

## Parte II:

# As críticas do ambientalismo

*Se eu tivesse o dom de falar nas línguas dos homens e dos anjos e não entanto não tivesse amor, eu seria como bronze que soa ou címbalo que tine. Se eu tivesse o dom de profetizar, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e tivesse o dom da fé, a ponto de falar a uma montanha e fizé-la sair do lugar, ainda assim não valeria absolutamente nada sem amor.*

Paulo,  
I CORÍNTIOS

Certa vez, um homem veio bater à porta de seu amigo.  
Seu amigo disse: *Quem és tu, ó homem fiel?*

Ele disse: *Sou eu.*

O outro respondeu: *Não podes entrar,  
Não há lugar para o 'cru' em meu bem cozido banquete.*

O pobre homem se foi, e por um ano inteiro  
Viajou ardendo de dor pela ausência do amigo.

Seu coração ardeu até que cozinhou;  
Então ele voltou e bateu à porta da casa de seu amigo.

Seu amigo gritou: *Quem está à minha porta?*

Ele respondeu: *És tu que estás à porta, ó Amado!*

O amigo disse: *Já que sou eu, que eu entre;  
Não há lugar para dois 'eus' em uma só casa.*

Jalaluddin Rumi,  
MASNAVI



# 4.

## As raízes estéticas do ambientalismo

### I

A emergência e desenvolvimento do ambientalismo que apresentarei a seguir se adequa à concepção evolutiva comentada na primeira parte. Chama a atenção, portanto, que a maior parte da reflexão sobre o movimento ambientalista tenha um caráter reducionista que descuida ou minimiza sua importância civilizatória. Seguindo a Viola, duas coisas podem ser observadas a este respeito.<sup>(1)</sup> Por um lado, apesar do ambientalismo apresentar sinais claros, a partir dos anos 60 de começar a consolidar-se como movimento transnacional, a grande maioria dos trabalhos tratam o movimento ambientalista no contexto de suas respectivas sociedades nacionais, sendo relativamente escassa a produção comparativa entre países ou sobre sua condição global. Por outro lado, constata-se que não sempre as abordagens das ciências sociais conseguem acompanhar a complexidade estrutural do ambientalismo.

As abordagens mais tradicionais do ambientalismo tendem a enquadrá-lo de três formas diferentes: como grupo de pressão ou interesse, como novo movimento social ou como movimento histórico. De acordo com a primeira perspectiva, utilizada especialmente nos Estados Unidos, o ambientalismo seria um grupo que se constitui basicamente como *lobby*, para exercer suas demandas no interior do sistema político (ao igual que outros grupos de diferentes interesses).<sup>(2)</sup> Neste caso se presume que as demandas de proteção ambiental não representam um grande desafio para o funcionamento da sociedade, nem uma ameaça do ponto de vista normativo. Segundo alguns autores, estas circunstâncias levariam ao ambientalismo a ter características elitistas.<sup>(3)</sup>

O ambientalismo entendido como novo movimento social foi um conceito elaborado principalmente em Europa.<sup>(4)</sup> Segundo esta perspectiva, relativamente contrária à anterior, o ambientalismo é percebido como um ator crítico e alternativo

em relação à ordem capitalista existente, tendo suas ações uma orientação fortemente ética e normativa (diferenciando-se, neste sentido, dos movimentos e grupos sociais tradicionais, e aproximando-se dos movimentos pacifista e feminista). Esta visão dá um destaque especial aos setores radicais do ambientalismo (auto-identificados normalmente como ecologistas) e associa seu desenvolvimento político à emergência dos partidos verdes.

A terceira perspectiva caracteriza o ambientalismo como movimento histórico, assumindo a sociedade atual como insustentável a médio ou longo prazo. Isto significa que não apenas se considera insustentável o modelo de desenvolvimento econômico, mas também as instituições e valores predominantes (especialmente aqueles que propiciam o consumismo e o crescimento econômico sem limites).<sup>(5)</sup> De acordo com este enfoque, o ambientalismo aponta na direção de mudanças em várias dimensões da vida social. Esta interpretação do ambientalismo é a que mais se aproxima a compreensão de sua complexidade, estabelecendo uma clivagem, no conjunto da sociedade contemporânea, entre forças conservadoras predatória-perdulárias e forças transformadoras que apontam na direção de um mundo ecologicamente sustentável.<sup>(6)</sup>

Para relativizar o caráter antropocêntrico implícito nas concepções de outros movimentos históricos, torna-se necessário entender o ambientalismo bergsonianamente, isto é, como um movimento histórico e vital. Já foi comentado que a essência de um movimento vital consiste em desenvolver-se na forma de um feixe de correntes sinérgicas que correm em diversas direções, compondo um quadro de grande riqueza cultural e força histórica. Precisamente, o enfoque do ambientalismo como grupo de interesse dá mais relevância às instituições de caráter técnico, embora com capacidade para influir no sistema político, assim como o conceito de novo movimento social dá mais relevância aos grupos ideologicamente radicais (sejam não-governamentais ou grupos de base). Mas o enfoque aqui adotado quer ir além ambas posições. Como movimento histórico-vital, o ambientalismo permite dar relevância à multiplicidade de suas expressões e suas interações, enfatizando tanto a importância do papel dos setores moderados quanto dos radicais, dos setores técnicos e dos políticos, dos não-governamentais e governamentais, dos cientistas como dos empresários, etc. Do mesmo modo, a perspectiva histórico-vital supõe perceber que o ambientalismo não estimula a cooperação por cima do conflito na relação entre os diversos setores e atores sociais (como no caso da literatura dos grupos de interesses), nem o conflito por cima da cooperação (como no caso da literatura dos novos movimentos sociais), senão que concebe a ambos (conflito e cooperação) atravessando e redefinindo o comportamento dos diversos setores e atores sociais em termos de suas orientações favoráveis ou contrárias a uma relação equilibrada entre a sociedade e a natureza. A introdução da questão ambiental produz, portanto, a clivagem principal e decisiva (civilizatória) da sociedade contemporânea, instalando no seio de cada um dos setores e atores sociais tradicionais uma nova e mais estratégica possibilidade, tanto para o conflito como para a cooperação.<sup>(7)</sup>

Não resulta difícil de comprovar que a emergência de um movimento histórico-vital ocorre primeiro como transfiguração imaginária da realidade. Seguindo a linha de pensamento de Toynbee talvez seja possível afirmar que o primeiro momento de uma ação civilizatória envolve sempre um fenômeno de natureza estética-cultural.<sup>(8)</sup> Sem entrar a explorar todas as questões afetadas por esta afirmação, quero com ela dizer que a busca de outra alternativa histórica, em um sentido forte, implica não simplesmente um cálculo de tipo racional ou material, mas também uma preferência de gosto (uma estética). As origens do ambientalismo se remontam assim a um conjunto de novas idéias e sensibilidades que, no contexto deste trabalho, configuram o que denomino uma fase estética.

Esta fase deve ser entendida como um espaço complexo de criação intelectual, onde se combinam as visões de artistas, cientistas e políticos, onde a arte e a utopia se encontram com a realidade. Embora não seja este o lugar para discutir a relação entre utopia e estética, não me parece que ela seja um produto arbitrário. A utopia se confunde com a arte em momentos históricos onde se abrem para a humanidade novas opções civilizatórias, já que estas implicam sempre novas opções de sensibilidade, de valores e de racionalidade. Corresponde lembrar aqui a observação de Nisbet em relação à tradição utópica ocidental, quando marca a importância das experiências comunitárias, derivadas da vasta série de literatura criativa (começada pela *Utopia* de Thomas More), concluindo que “a arte é capaz de influenciar a vida”.<sup>(9)</sup> Nisbet indica a existência de um vínculo estreito entre o imaginário das comunidades utópicas e as idéias ecológicas. Ele aponta vários significados como sendo compartilhados entre ambos, os quais praticamente permitiriam considerar à comunidade utópica como uma comunidade ecológica. A tradição comunitária imagina as relações econômicas como interdependências naturais de tipo íntimo e coesivo, que se correspondem perfeitamente com o significado grego da palavra ecologia (*oikos*), o qual refere-se diretamente ao lar e a economia doméstica pensados em uma relação harmoniosa com a natureza.<sup>(10)</sup>

## II

A visão dualista da natureza e da sociedade é uma das principais características da cultura ocidental e, em particular, da época moderna. Ela se exemplifica claramente nos primeiros séculos desta época na profunda desvalorização dos animais selvagens e das florestas virgens.<sup>(11)</sup> No século XVIII, o território da Inglaterra padece uma extensa erosão das antigas matas, a qual irá a repetir-se mais tarde em outros lugares de Europa (e, posteriormente, no resto do mundo, produzida quase sempre pela colonização européia). Keith Thomas cita o caso de um dicionário que, já a meados de século XVII, sugere os seguintes epítetos como apropriados a uma floresta virgem: terrível, sombria, selvagem, deserta, agreste, melancólica, desabitada e assolada por feras.<sup>(12)</sup> As matas eram, portanto, lar de animais e não de homens e, em conseqüência, todo homem que vivesse nelas devia ser rude e

bárbaro. Assim como acreditava-se amplamente que os primeiros seres humanos eram homens silvestres, do mesmo modo se afirmava que o progresso da humanidade ia da floresta e do campo em direção às cidades.<sup>(13)</sup> Até o próprio Locke, que entre os contratualistas modernos colocava-se junto àqueles que consideravam positivamente ao Estado de Natureza, contrastava aos habitantes “civis e racionais” das cidades com aqueles mais ignorantes que moravam nos bosques e florestas.<sup>(14)</sup> O caso inglês é um claro exemplo de como o processo de expansão do industrialismo e do capitalismo em geral produz nos séculos XVI e XVII uma estética que poderíamos chamar anacronicamente de anti-ambientalista, expressada como uma convergência de convenções literárias com experiências efetivas. Evidentemente, não houve nenhuma virada dramática de uma estética anti-ambientalista para outra ambientalista, mas no século XIX começam a surgir, embora sem muita ostentação, as primeiras sinais da emergência do ambientalismo, inaugurando assim uma mudança significativa em relação aos séculos anteriores.

No começo do período moderno o paradigma cartesiano instaura um corte radical entre o homem (possuidor de alma) e o resto da criação (entendida como matéria inerte desprovida de toda dimensão espiritual), propiciando assim o exercício ilimitado da dominação humana sobre a natureza que o avanço das forças produtivas requeriam. Embora o domínio do homem sobre a natureza vai ser a marca civilizatória indelével de nossa época, por volta do século XVIII esse objetivo deixara de ser incontestado.<sup>(15)</sup> A essa altura começaram a surgir dúvidas sobre o lugar do homem na natureza e o caráter de seu relacionamento com as outras espécies. O estudo cuidadoso da história natural em muito contribuiu para diminuir o antropocentrismo herdado, na medida que introduzia um senso de afinidade com a criação e debilitava as crenças no homem como um ser “único”. Mas o interesse pela história natural era unicamente um aspecto de uma mudança muito mais ampla e complexa que envolvia não apenas novos conhecimentos, senão também novas idéias e sensibilidades que se situavam na contramão da corrente civilizatória. Por efeito de uma lógica sutil, emergiram aos poucos valores e atitudes defensivas e protetoras do mundo natural, face às conseqüências da dinâmica socio-econômica das sociedades européias mais avançadas. Assim, o crescimento das cidades conduziu a um novo anseio pelo campo, o progresso da lavoura a um gosto crescente por montanhas e natureza não dominada, a segurança diante dos animais selvagens a um empenho cada vez maior em sua proteção no seu estado natural, e o isolamento urbano em relação aos animais e plantas em geral a uma visão cada vez mais sentimental dos animais e das plantas enquanto seres de estimação e contemplação.<sup>(16)</sup>

O final do século XVIII foi rico em idéias políticas e filosóficas de todo tipo. Ele também foi testemunha dos primeiros fermentos que décadas mais tarde dariam origem aos conceitos científicos da ecologia. Essas idéias se organizaram em torno de duas vertentes principais, uma estruturada em torno de Gilbert White e a outra de Carl Linnaeus.<sup>(17)</sup> A primeira, trazendo uma visão arcádica da natureza, que propunha uma vida simples e humilde para o homem a fim de restaurar uma

convivência harmoniosa com as outras espécies. A segunda, promovendo uma visão taxonômica e racionalista, menos compromissada com qualquer ética ecológica. Em termos da germinação de idéias e propostas ambientalistas entre o grande público, ao longo dos anos, não resta dúvida da maior importância de Gilbert White. Seu livro: *The Natural History of Selborne*, editado por primeira vez em 1788, continua sendo editado até hoje e se transformou em uma obra clássica da literatura inglesa.<sup>(18)</sup> White era pároco e botânico em uma pequena aldeia rural inglesa (Selborne), sendo talvez essa combinação uma condição importante para sua visão científica da natureza plena de emoção e sentido poético, alternativa e discordante da tendência científica principal (representada por homens como Linnaeus). Vale a pena observar que a popularidade de White não foi imediata, começando realmente na metade do século XIX, quando já o impacto do desenvolvimento econômico na Inglaterra tinha quase produzido o desaparecimento das paisagens e das cenas da vida rural descritas pelo pároco de Selborne.<sup>(19)</sup> A obra de Linnaeus, pelo contrário, tornou-se popular quase imediatamente. Embora pessoalmente embebido, tanto como White, de uma admiração pela natureza como criação divina, sua principal obra apresenta um retrato estático da mesma, onde cada espécie ocupa um nicho e desempenha uma função perfeitamente delimitada e articulada com as outras, que tende a se aproximar da visão mecanicista galileana-cartesiana predominante.<sup>(20)</sup>

Para contextualizar melhor as contribuições desses autores no terreno da política poderia ser estabelecido um paralelo entre as concepções de Linnaeus e White e as de Hobbes e Rousseau, respectivamente. Se, por um lado, a visão de White rejeitava, de um modo comparável com Rousseau, a arrogância da civilização tecnológica frente à natureza e apelava para uma forma de vida humilde em um meio rural bucólico, por outro lado, o afã taxonômico de Linnaeus levava a uma atomização do mundo natural que, para funcionar de um modo não anárquico necessitava, da mesma forma que a sociedade hobbesiana, da intervenção de uma entidade externa concebido como um ser supremo.<sup>(21)</sup> O sistema ecológico de Linnaeus estabelecia assim relações claras de subordinação entre as espécies, colocando no topo o Criador e imediatamente abaixo o homem. Podemos concluir então que, assim como White constitui praticamente o primeiro antecedente ambientalista de uma linha radical e mais biocêntrica (que se continuaria em autores como Thoreau, chegando até a *deep ecology* de nossos dias), as contribuições de Linnaeus podem ser interpretadas como um dos primeiros antecedentes do *mainstream* ambientalista de tipo moderado e mais antropocêntrico (que iria a popularizar-se rapidamente através de teorias e posições como as de Darwin que, se bem instalavam ao homem em uma maior interdependência com a natureza, ao mesmo tempo, continuavam preservando sua posição privilegiada frente ao resto das espécies).

Worster argumenta persuasivamente que seria um erro procurar nos autores do século XVIII a constituição de uma ética ambientalista (ou de um movimento ambientalista).<sup>(22)</sup> Embora concorde com Worster, não tenho dúvida que a compre-

ensão do ambiente natural que emergiu dos escritos de homens como Linnaeus e White, a partir do final do século XVIII, afetou significativamente a relação do homem com a natureza. Foi pela sua influência que poucas décadas após, a meados do século XIX, estarão funcionando várias centenas de sociedades de história natural e clubes de campo nos principais países europeus.<sup>(23)</sup> Certamente, a ênfase explícita da maioria dessas organizações era mais a contemplação e o estudo da natureza que sua preservação e proteção, porém, não pretendo afirmar que o ambientalismo surgiu apenas da contemplação da natureza. Desde suas origens, o ambientalismo implicou mais que uma simples crítica pasiva do olhar “dualista” galileo-cartesiano, gerando tanto uma atitude contemplativa sobre a natureza, como uma atitude ativa destinada a expandir e integrar as relações da sociedade com a natureza. O que chamo uma estética ambientalista surgirá, então, no século XIX do encontro (fortuito?) da preocupação dos naturalistas por conhecer melhor à natureza, com a preocupação democrático-revolucionária (contextualizada historicamente pelas revoluções do século XVIII nos Estados Unidos e na França) pelos direitos do homem.<sup>(24)</sup> Pode assim afirmar-se que a comoção produzida pela reivindicação política de direitos para todos os homens por igual, junto ao conhecimento do vínculo natural entre o homem e as outras espécies, geram as condições para que possam ser melhor avaliadas as ameaças e danos que as sociedades humanas estavam produzindo na natureza.

São vários os autores que registram os numerosos contatos existentes entre os naturalistas, os abolicionistas da escravidão e aqueles que se opunham à crueldade contra os animais.<sup>(25)</sup> Os sinais mais visíveis destas raízes do ambientalismo serão precisamente as campanhas contra a crueldade com os animais. Na Inglaterra, país pioneiro no tema, funda-se a Society for the Protection of Animals em 1824, e no final do século XIX encontraremos numerosas lutas e organizações em Europa em favor não apenas dos animais domésticos senão também dos selvagens. A East Riding Association for the Protection of the Sea Birds, fundada em Inglaterra em 1867, foi uma das primeiras organizações dedicadas à proteção da vida selvagem no mundo. É interessante observar, como um indicador do surgimento de uma estética ambientalista, que a oposição à matança de pássaros para a utilização de sua plumagem com fins decorativos foi dirigida por organizações onde as mulheres eram maioria.<sup>(26)</sup>

A rápida expansão de uma estética ambientalista deve ser contextualizada na perda de confiança no desenvolvimento social e econômico, dadas suas consequências destruidoras não apenas do meio ambiente e das belezas naturais, senão da moral, da ordem social e da saúde humana. A depressão econômica da década de 1880 ressaltará estes problemas, colocando em dúvida a capacidade da indústria e da tecnologia para ajudar realmente ao homem. Neste contexto, a noção de *wilderness* (vida natural/selvagem), subjacente à luta pela preservação de áreas virgens e da vida selvagem em geral, se constituirá no eixo principal desta fase de constituição estética do ambientalismo. Os primeiros antecedentes do ambientalismo foram um fenômeno tipicamente europeu. Não obstante, o papel



dos Estados Unidos será central na difusão do ideal preservacionista presente na estética da *wilderness*. De certa forma, há paralelos entre o crescimento do interesse pelo ambiente natural na Europa e nos Estados Unidos, no século XIX. Porém, existia uma diferença óbvia dada pelo fato de que, enquanto os países europeus foram há muito tempo colonizados e explorados, os americanos ainda possuíam enormes extensões de terras novas que começavam a ser abertas à colonização.<sup>(27)</sup>

O começo da colonização inglesa no Novo Mundo respondeu ao padrão de mentalidade típica dos séculos XVII e XVIII. A maioria dos colonos via as áreas virgens como uma ameaça e o machado era sem dúvidas um símbolo da primeira atitude americana frente a natureza.<sup>(28)</sup> Mas durante o século XIX a luta dos colonos, das companhias de mineração e das madeireiras contra as áreas virgens se dava simultaneamente com sua defesa por parte de alguns ambientalistas. Os trabalhos de Henry David Thoreau e George Perkins Marsh influenciaram fortemente o pensamento americano sobre o homem e a natureza, destacando-se do resto.<sup>(29)</sup> A perspectiva romântica de Thoreau era herdeira da visão arcádica de White, mas sua posição se colocava muito mais perto de nosso século pela combinação de seu romantismo com uma sofisticada filosofia da natureza, junto a uma ativa luta ecológica.<sup>(30)</sup> De fato, sua posição não supunha a recomendação de retorno a um estado selvagem. Na sua visão, o homem devia extrair o melhor da *wilderness* e da vida civilizada, isto é, não renunciar a nenhuma, senão combiná-las.<sup>(31)</sup> Neste sentido, apesar de Thoreau ser um precursor, ele se apresenta como um ambientalista maduro pela sua vocação holista para fazer pontes e equilibrar as várias dimensões da realidade, invés de escolher ou tomar partido por uma ou outra. Sua insistência em que todo conhecimento é profundamente ético, de que não pode haver verdadeiro entendimento da realidade que não seja baseado no amor e na simpatia (a capacidade para sentir intensamente o laço que une aos diversos organismos no universo), e de que a sabedoria do homem de ciência (branco) deve combinar-se com a mais perfeita sabedoria do homem nativo (índio), são alguns exemplos de sua contemporaneidade.

Em 1864, Marsh publicou seu livro, *Man and Nature*, cuja idéias levariam quase um século para serem discutidas.<sup>(32)</sup> Marsh apontava que a civilização tinha produzido um efeito disruptivo sobre a harmonia natural do meio ambiente, que era possível de ser observado por todas partes. Penetrado de um espírito religioso que, a rigor, tinha base científica, ele declarou: "...o homem esqueceu faz muito tempo que a Terra foi dada a ele somente em usufruto, não para consumo, e muito menos para despejar lixo."<sup>(33)</sup> Marsh acreditava que o Novo Mundo devia aprender do declínio dos grandes impérios mediterrâneos da antiguidade, o qual, na sua opinião, acontecera pelas inundações, erosões e mudanças climáticas desfavoráveis resultantes do desmatamento indiscriminado de florestas nas nascentes dos rios.<sup>(34)</sup> A preservação da vida natural tinha para ele, portanto, justificações tanto poéticas e religiosas como econômicas e políticas.

A noção de *wilderness*, assim como as idéias de Thoreau e Marsh em geral, tiveram profunda influência sobre especialistas florestais de muitos países (Australia,

Canadá, França, Itália, Nova Zelândia e Índia, entre outros), além dos próprios americanos. O fato de que, no final do século XIX, a diferença dos países europeus, Estados Unidos ainda possuía enormes extensões de território virgem sob domínio público, tornou possível a preservação de áreas virgens. Estas preservações foram praticamente uma invenção americana, levando a que o estabelecimento dos parques americanos de Yellowstone (1872) e Yosemite (1890) fosse um modelo a ser imitado por outros países.<sup>(35)</sup> Que esta primeira fase do ambientalismo é fundamentalmente estética comprova-se também, por exemplo, no fato de que a noção de *wilderness*, popularizada através da criação dos parques naturais, era uma visão imaginária da realidade existente. Diegues aponta corretamente que a idéia de parque com área selvagem e desabitada, típica dos primeiros ambientalistas americanos, omitia que esses territórios eram dos índios. Tanto que, Yellowstone, o primeiro parque natural do mundo, foi criado em uma região onde viviam tribos Blackfeet, Shoshone-Bannock e Crow, os quais não deixaram a área espontaneamente.<sup>(36)</sup>

### III

Na virada do século, o ambientalismo começou lentamente a sair de sua fase estética, na medida que as diversas posições sobre o mundo natural começaram a encarnar-se em atores diferenciados. Surgia o debate entre preservacionistas e conservacionistas, o qual foi bem sintetizado no conflito entre as propostas de Pinchot e Muir (que, embora fossem americanos, representavam posições que se encontravam tanto dentro como fora dos Estados Unidos).<sup>(37)</sup> Inspirados em Muir, os preservacionistas adotavam posições mais radicais, buscando preservar as áreas virgens de qualquer uso, permitindo nelas apenas atividades recreativas ou educacionais. Guiados por Pinchot, os conservacionistas tinham uma atitude mais moderada, pretendendo que os recursos naturais fossem explorados de um modo racional que os protegesse de sua degradação.<sup>(38)</sup>

Em uma linha próxima ao biocentrismo de White, Thoreau e Marsh, Muir não reconheciam nos seres humanos nenhum direito especial sobre o resto das espécies. Seu ambientalismo radical pode ser observado nos seus repetidos apelos aos direitos dos animais e, especialmente, na sua conhecida frase: “Se uma guerra de raças chegasse a acontecer entre os animais selvagens e seus amos humanos, eu estaria tentado a ficar do lado dos ursos”.<sup>(39)</sup> Ao contrário da maioria de seus predecessores, Muir era um ativista que conseguiu importantes triunfos, sendo um deles a implantação do Parque Nacional Yosemite em 1890, assim como, dois anos mais tarde, ajudou a fundar o Sierra Club, uma organização não governamental americana, pioneira na luta preservacionista e que continua existindo até hoje. Enquanto Muir e seus seguidores falavam de proteger ou preservar a natureza virgem de qualquer uso humano produtivo ou comercial, Pinchot e muitos outros achavam exagerado essa lealdade e propunham um ambientalismo que contem-

plasse os interesses e valores predominantes da civilização atual, sem por isso cair em um desenvolvimento a qualquer custo. Pinchot foi, em certa forma, precursor do que hoje se conhece como desenvolvimento sustentável. Desde sua forte posição governamental (foi o primeiro chefe do Serviço de Florestas americano e colaborador estreito do presidente Theodore Roosevelt), defendeu três princípios para garantir ao mesmo tempo o uso e a conservação da natureza: o uso dos recursos naturais pela geração presente, a prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para a maioria e não para uma minoria dos cidadãos.<sup>(40)</sup>

A rápida expansão e popularidade do ambientalismo no século XX residirá precisamente em seus múltiplos atrativos. Enquanto Pinchot, por um lado, apresentava um ambientalismo mais antropocêntrico e utilitarista que era compatível com o desenvolvimento econômico, assegurando a máxima utilização sustentável dos recursos naturais, contando com um eficiente controle do Estado, por outro lado, Muir apresentava um ambientalismo mais biocêntrico, com forte apelo ético e espiritual, cuja defesa da natureza se apoiava fundamentalmente em instituições da sociedade civil. A envolvente dialética das posições preservacionistas e conservacionistas já sugere o caráter histórico-vital do ambientalismo, embora isto ainda não esteja colocado em clara evidência (como acontecerá após a Segunda Guerra Mundial, quando as diversas posições do ambientalismo apareceram encarnadas concretamente em atores sociais provenientes de cada um dos diferentes setores da sociedade).

#### NOTAS:

(1) VIOLA, Eduardo J. 1992. "O Movimento Ambientalista no Brasil (1971- 1991): Da Denúncia e Conscientização Pública para a Institucionalização e o Desenvolvimento Sustentável". In: GOLDENBERG, M. (Org.) *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro, Revan, p. 50.

(2) Cf. LOWI, T. 1969. *The End of Liberalism*, Nova Iorque, Norton; MITCHEL, 1985. *From Conservation to Environmental Movement: The Development of the Modern Environmental Lobbies*, Washington, Resources for the Future.

(3) TUCKER, W. 1982. *Progress and Privilege*, Garden City, Anchor-Doubleday.

(4) OFFE, C. 1985. "New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics", *Social Research*, No. 52; MELUCCI, A. 1985. "The Symbolic Challenge of Contemporary Movements", *Social Research*, No. 51; GALTUNG, J. 1983. "Los Azules y los Rojos; los Verdes y los Pardos: Una Evaluación de Movimientos Políticos Alternativos", *Alternativas*, No. 1 (Santiago de Chile).

(5) MILBRATH, L. 1984. *Environmentalists: Vanguard for a New Society*, Albany, State University of New York Press; TOURAINÉ, A. 1987. "Le Lotte Antinucléaire", em: GIDDEENS, A. *et al.*, *Ecologia Política*, Milano, Feltrinelli; McCORMICK, J. 1992. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará; NASH, R. 1989. *The Rights of Nature. A History of Environmental Ethics*, Madison, University of Wisconsin Press; YOUNG, J. 1990. *Sustaining the Earth. The Story of the Environmental Movement, its Past Efforts and Future Challenges*, Cambridge, Harvard University Press; PAEHLKE, R. 1989. *Environmentalism and*

*the Future of Progressive Politics*, New Haven, Yale University Press.

(6) VIOLA, Eduardo J. 1992. *op. cit.*, p. 51.

(7) O conceito de ambientalismo como movimento histórico, com especial ênfase em seu caráter multissetorial, foi originariamente elaborado no Brasil por Eduardo J. Viola e outros; ver: VIOLA, Eduardo J. 1992. *op. cit.*; VIOLA, Eduardo J. e BOEIRA, S. 1990. "A Emergência do Ambientalismo Complexo-Multissetorial no Brasil (Particularmente na Microregião de Florianópolis", em: *Universidade e Sociedade face a Política Ambiental Brasileira*. Brasília, IBAMA; VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor R. 1991. "Desordem Global da Biosfera e Nova Ordem Internacional: O Papel Organizador do Ecologismo", em: LEIS, Héctor R. *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro, Vozes; VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor R. 1992. "A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: Do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo orientado para o Desenvolvimento Sustentável", em: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo F. (Orgs.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, Campinas, Ed. UNICAMP; VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor R. 1993. "O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para além da Rio-92: O Desafio de uma Estratégia Globalista Viável", Brasília.

(8) QUIJANO, A. 1992. "Estética da Utopia", *Plural*, Ano 2, No. 3, p. 60

(9) NISBET, Robert. 1982. *Os Filósofos Sociais*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 318.

(10) *idem*, p.317 e ss.

(11) THOMAS, Keith. 1988. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 232.

(12) *idem*.

(13) *ibidem*, p. 233.

(14) LOCKE, John. 1960. *Two Treatises of Government* (Peter Laslett, Org.), Cambridge, p. 201 (citado por THOMAS, Keith. 1988. *op. cit.* p. 233.

(15) THOMAS, Keith. 1988. *op. cit.* p. 289.

(16) *idem*, p. 356.

(17) WORSTER, Donald. 1988. *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 33 e ss.

(18) WHITE, Gilbert. 1788. *The Natural History of Selborne*, New York.

(19) WORSTER, Donald. 1988. *op. cit.*, p. 14.

(20) LINNAEUS, Carolus. 1751. *Specimen academicum de Oeconomia Naturae*, Uppsala.

(21) WORSTER, Donald. 1988. *op. cit.*, p. 45.

(22) *idem*, p. 55.

(23) McCORMICK, John. 1992. *Rumo ao Paraíso : A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, p. 23.

(24) NASH, R. F. 1989. *The Rights of Nature*. Madison, The University of Wisconsin Press, p. 22.

(25) NASH, R. F. 1989. *op. cit.*, p. 32; McCORMICK, John. 1992. *op. cit.*, p. 24.

(26) McCORMICK, John. 1992. *op. cit.*, p. 23.

(27) *idem*, p. 28.

(28) NASH, R. 1982. *Wilderness and the American Mind*. New Haven, Yale University Press, p. 32.

(29) As principais obras desses autores são: THOREAU, Henry David. 1958. *Consciousness in Concord*. Boston, Perry Miller; \_\_\_\_\_. 1972. *The Maine Woods*. Princeton, Princeton University Press; \_\_\_\_\_. 1971. *Walden*. Princeton, Princeton University Press; MARSH, George Perkins.

1965. *Man and Nature*. Cambridge, Harvard University Press.

(30) NASH, R. 1982. *op. cit.*, p. 84 e ss.

(31) *idem*, p. 95.

(32) McCORMICK, John. 1992. *op. cit.*, p. 29.

(33) MARSH, George Perkins. 1965. *op. cit.*, p. 36.

(34) NASH, R. 1982. *op. cit.*, p. 105.

(35) DIEGUES, Antonio Carlos. 1994. *O mito moderno da Natureza Intocada*. São Paulo, NUPAUB, USP, p. 20.

(36) *idem*, p. 22.

(37) As principais obras desses autores são: PINCHOT, Gifford 1947. *Breaking New Ground*. New York; \_\_\_\_\_. 1910. *The Fight for Conservation*. New York, Doubleday Page & Co.; MUIR, John. 1917. *A Thousand-Mile Walk to the Gulf*. Boston; \_\_\_\_\_. 1911. *My First Summer in the Sierra*. Boston; \_\_\_\_\_. 1938. *The Unpublished Journals of John Muir*. Boston.

(38) NASH, R. 1982. *op. cit.*, p. 122.

(39) *Apud* NASH, R. F. 1989. *op. cit.*, p. 39.

(40) McCORMICK, John. 1992. *op. cit.*, p. 31.



# 5.

## **As ciências e o debate ambientalista**

### I

Desde suas origens o ambientalismo foi um movimento global, de características transnacionais. Portanto, era de esperar que os primeiros passos do ambientalismo, rumo a uma expressão significativa, fossem interrompidos pela eclosão dos nacionalismos que promoveram as duas guerras mundiais na primeira metade do século XX. Em 1908-1909, quando o mandato de Theodore Roosevelt chegava a seu fim, o ambientalismo americano encabeçado por Pinchot, prevendo que um novo presidente americano provavelmente não seria tão favorável ao conservacionismo, trabalhou duramente para organizar dois encontros internacionais.<sup>(1)</sup> O primeiro, o Congresso Conservacionista Norte-Americano (Washington, D.C., fevereiro de 1909), foi realizado sob a direção de Pinchot (excluindo deliberadamente a Muir e suas forças), contando com representantes de Canadá, México e Estados Unidos. O resultado mais importante deste encontro foi reconhecer que a conservação do meio ambiente não era um problema nacional senão internacional, sendo portanto urgente organizar uma segunda e ampla conferência mundial sobre o tema. Assim, Roosevelt chegou a expedir convites para que 58 países estivessem presentes num congresso em Haia. Infelizmente, depois que o presidente deixou seu cargo e quando quase a metade dos países tinha aceitado o convite, o novo presidente Taft cancelou o evento, frustrando-se assim uma grande oportunidade de legitimação internacional para o conservacionismo e os problemas ambientais de modo geral.

Na mesma época, do lado europeu, os ambientalistas conseguiram levar até o cenário internacional preocupações de ordem mais preservacionista que conservacionista. Em 1909, em Paris, reuniu-se o Congresso Internacional para Proteção da Natureza, propondo seus representante a criação de um organismo

internacional de proteção da natureza.<sup>(2)</sup> A idéia foi assumida pela preservacionista suíço Paul Sarasin (e apoiado pelo governo de seu país), quem contactou e obteve a adesão dos principais países europeus (incluindo aos Estados Unidos e a Argentina, no continente americano). Em 1913 foi assinada em Berna a fundação de uma Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza, com o propósito de organizar uma conferência internacional para falar de questões como a pesca da baleia, o comércio internacional de peles e plumagens e a proteção dos pássaros migratórios. As duas guerras mundiais detiveram os ímpetus tanto dos conservacionistas americanos como dos preservacionistas europeus, e o ambientalismo teve que esperar para sua definitiva emergência ao espírito globalista e de cooperação que acompanhou à criação das Nações Unidas, no fim da Segunda Guerra Mundial.

O espírito dos primeiros anos da pós-guerra não impediu a ação ambientalista, mas também não foi pro-ambientalista. Um longo e complexo processo seria percorrido ainda pelos ambientalistas para consolidar suas preocupações nos diversos sistemas e setores da sociedade e do Estado. Como será mostrado nos próximos capítulos, o movimento ambientalista surgirá de uma forma não linear, constituindo-se através de diversos feixes ou setores sociais. Os atores de cada setor irão convergindo, em ondas relativamente sucessivas no tempo, até conformar um ambientalismo de características multissetoriais progressivamente articuladas. Cada tipo de atores terá especificidades teóricas e práticas que constituem a marca de seu momento histórico dentro do conjunto. Analisarei aqui essas especificidades sem por isso supor que elas não compartilham causas e efeitos com os atores de outros feixes. Cada feixe representa assim uma condensação significativa de aspectos teóricos e práticos singulares, porém intimamente articulados com a dinâmica mais ampla do ambientalismo.

Saindo de sua longa hibernação na primeira metade do século XX, o ambientalismo retomará a questão da preservação e da conservação através da ação de um setor orientado basicamente por cientistas. Este setor, igual aos outros que logo o seguirão, não terá sua emergência produzida a partir de decisões políticas. Trata-se de uma autêntica conversão ambientalista de uma massa crítica significativa da comunidade acadêmica. É obvio que a preocupação estética pelo meio ambiente, a partir da sua origem no século XIX, espalhou-se por todo tipo de lugar e conscientizou a pessoas e membros das mais variadas formações e pertencentes a todo tipo de instituições e setores sociais. Mas isto não quer dizer que o processo de conformação do ambientalismo seja indiferenciado ou que este tenha surgido de forma equivalente e proporcional de cada um dos diversos grupos e setores sociais existentes. Precisamente, chamo a atenção para o fato de que os primeiros atores ambientalistas de transcendência mundial partiram de genuínas preocupações no campo científico.

Uma leitura mais sociológica do ambientalismo (como grupo de interesse, por exemplo) pode levar a pensar que as primeiras práticas e influências internacionais dos ambientalistas se constituíram num campo determinado (ou sobre-deter-



minado) pela política em sentido amplo. De fato, após a guerra, Pinchot voltou a insistir junto ao governo americano para levar o conservacionismo ao primeiro plano internacional. Ele continuava sendo amigo dos presidentes e tinha convencido a Franklin D. Roosevelt para conversar com Stalin e Churchill, em Yalta (1945), sobre a necessidade de convocar uma conferência mundial, na qual representantes de todos os governos e diversos especialistas da área abordassem a conservação dos recursos naturais como uma das bases para a paz permanente.<sup>(3)</sup> Embora não existam provas do tema haver sido tratado em Yalta, a verdade é que a conferência nunca foi cogitada seriamente pelo governo americano nem pelas outras potências. Circunstância que acabou diluindo qualquer tratamento e/ou planejamento do tema ao fazer que fosse derivado para os programas dos órgãos que estavam sendo criados nas Nações Unidas para resolver problemas gerais de outra ordem (basicamente de tipo econômico e social, como o Conselho Econômico e Social, a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Banco Mundial).<sup>(4)</sup> A idéia de Pinchot de politizar mundialmente a problemática ambiental havia fracassado, e deveriam passar mais de duas décadas para que os atores políticos se interessassem realmente pelo tema.

Os anos 50 foram então orientados pela ação dos cientistas. A fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN), criada por um grupo de cientistas vinculados às Nações Unidas em 1948, é um fato ilustrativo do papel dominante que os cientistas tem na época, dentro do campo ambientalista.<sup>(5)</sup> Concluída a guerra, a preocupação central das principais potências era a reconstrução econômica e a reabilitação social do mundo. Entre as prioridades dessa agenda, a mais próximo da problemática ambiental era a questão da fome, a qual fora incumbida à FAO. Muitos economistas, ecólogos e ambientalistas, em geral começavam a perceber que o mau gerenciamento dos recursos naturais, junto ao crescimento populacional, eram obstáculos para a solução da crise de alimentos.<sup>(6)</sup> Mas, as políticas que os governos orientavam através das agências e programas das Nações Unidas não se preocupavam tanto com o meio ambiente como com o desenvolvimento econômico, e os comprovados fracassos da FAO em incluir realmente às questões ecológicas em seus planos para a agricultura dos países pobres confirmam claramente isto.<sup>(7)</sup> Reiteradas vozes de alarma soavam insistentemente nos meios científicos, pedindo às pessoas e aos governos, por igual, que se conscientizassem das complexas relações entre o homem e os recursos naturais, mas a guerra tinha sido acompanhada por uma austeridade que todos queriam agora abandonar e substituir pelo consumo e a prosperidade. A proteção da natureza ecoava em muitos ouvidos como um chamado a uma nova austeridade que ninguém queria escutar, e uma inserção efetiva dos ambientalistas nas atividades e no sistema das Nações Unidas (e na política em geral) deveria esperar praticamente até a conferência de Estocolmo-72 sobre Meio Ambiente Humano.

Logo depois do fim da guerra foi fundada a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO) e Julian Huxley, conhecido naturalista preocupado com questões ambientais, foi designado seu diretor-geral. A

UNESCO estava dedicada a promover a cooperação internacional na ciência e na cultura, e a palavra conservação aparecia na sua constituição apenas em relação a livros, obras de arte e monumentos.<sup>(8)</sup> Mas o interesse pessoal de Huxley (somado ao de Needham, um bioquímico pertencente ao Conselho Internacional de Associações Científicas, e outros cientistas) conseguiu que a UNESCO, na sua Conferência Geral de 1947, em México, incluísse a proteção da natureza em sua súmula. Foram assim as motivações de um pequeno grupo de cientistas-ambientalistas que conseguiram naquele momento levar a discussão da proteção da natureza à UNESCO e através dela atrair a atenção dos governos. De fato a IUPN foi constituída provisionalmente em um encontro de ambientalistas realizado em Brunnen, Suíça, em junho-julho de 1947. Mas essa reunião não tinha sido verdadeiramente internacional (faltavam países tão importantes quanto URSS, China, Canadá, Índia, etc.), nem suficientemente operativa como para por as coisas em marcha. Por isso a UNESCO foi praticamente convocada a identificar-se com o projeto de criação da IUPN, para organizá-la definitivamente. A UNESCO comprometeu seus recursos financeiros para realizar uma conferência na França, contando com o apoio do governo francês para convidar aos governos e dos ambientalistas suíços para convidar as organizações não-governamentais. A conferência foi realizada em Fontainebleau, em setembro-outubro de 1948, e foi a partir dessa reunião que a IUPN começou a sair do papel. De acordo com seu Ato Constitucional, a União se definiu como uma mistura de órgãos governamentais e não-governamentais (que até hoje é um arranjo institucional sumamente raro no cenário internacional), outorgando um poder mais ou menos equivalente a ambos setores. A mentalidade dos cientistas que orientava a criação da IUPN era ampla e vocacionalmente multissetorial. Ela pretendia tanto equilibrar o poder dos Estados e da sociedade civil, como promover a preservação da vida selvagem ao mesmo tempo que a conservação dos recursos.<sup>(9)</sup> A agenda da IUPN era extremamente ambiciosa, a instituição devia proteger a natureza em todas suas formas, desenvolver uma ampla pesquisa científica e fazer campanhas de divulgação e educação ambiental. Para orientar esses propósitos a IUPN declarava explicitamente (em seu Ato Constitucional) que a consideração da natureza era um aspecto da vida espiritual e seu tratamento e exploração formavam a base da civilização humana e que, assim sendo, a exaustão dos recursos naturais significava tanto uma degradação da natureza como da qualidade da vida humana.<sup>(10)</sup> Esta degradação podia ser impedida se o homem acordasse a tempo para compreender sua íntima relação e dependência com a natureza e desenvolvesse políticas adequadas a tais fins.<sup>(11)</sup> A IUPN adotava assim uma filosofia ampla que apontava em todas as direções da problemática ambiental conhecida na época.

A importância do papel dos cientistas na organização do ambientalismo, na primeira década da pós-guerra, se torna evidente quando se observa que as duas conferências mundiais mais importantes sobre temas ambientais são de caráter científico. Em agosto e setembro de 1949 foi realizada em Lake Success, no Estado de Nova York, a Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e

Utilização de Recursos (UNSCCUR), integrada unicamente por expertos nesses assuntos (engenheiros, economistas, ecologistas, etc.), para tratar exclusivamente os aspectos científicos da conservação de recursos. Foi organizada pela FAO, UNESCO e outras agências da ONU e participaram representantes de quase todos os países (excluindo a União Soviética). Na oportunidade discutiram-se questões globais vinculadas a minerais, combustíveis, energia, água, florestas, terra, vida selvagem, peixes, alimentos, tecnologias apropriadas, etc. Em todos os casos, os problemas foram discutidos desde a ecologia e a ciência ambiental, não desde a política (embora alguns aspectos políticos dos problemas possam ter sido mencionados). A conferência não tinha poder para impor compromissos aos governos, nem para fazer-lhes recomendações.<sup>(12)</sup>

A outra conferência mundial importante foi organizada pela IUPN, praticamente em paralelo com a anterior. Foi denominada Conferência Técnica Internacional sobre Proteção da Natureza (ITC) e discutiu também a conservação dos recursos naturais renováveis. Participaram cientistas de 32 países e 11 organizações internacionais, inclusive a Organização de Estados Americanos (OEA). Suas conclusões foram surpreendentemente visionárias, afirmando, entre outras coisas, a necessidade de: promover amplamente o estudo da ecologia humana para melhor proteger a natureza; considerar o impacto ambiental dos grandes projetos de desenvolvimento; controlar o uso de pesticidas na agricultura; etc. Embora as conclusões da UNSCCUR e da ITC tivessem gerado grandes discussões nas esferas vinculadas às Nações Unidas e ao campo científico em geral, elas não tiveram nenhum efeito imediato sobre a política internacional. Os governos (e o sistema político em geral) seriam testemunhas silenciosas, por ainda mais duas décadas, dos esforços produzidos basicamente nos campos científico e não-governamental, para recém então incluir em suas agendas aquelas conclusões. A amplitude e capacidade de previsão das resoluções destas conferências são uma prova de que elas foram o primeiro marco importante da emergência do ambientalismo no cenário mundial.<sup>(13)</sup>

## II

Sem estarem muito cientes de seu papel, os cientistas que se aproximaram do ambientalismo nos anos 50, tinham uma concepção ampla e holística dos problemas ambientais, que favorecia o trabalho interdisciplinar e lhes permitia produzir conhecimentos científicos verdadeiramente inovadores. Sem dúvida, este mérito deve, em grande parte, ser atribuído à peculiaridade da ecologia enquanto disciplina, a qual tinha avançado vertiginosamente nas últimas décadas. Definida por Haeckel<sup>(14)</sup> na segunda metade do século XIX, a ecologia surgiu como um campo do conhecimento que tratava das relações entre os organismos e seu meio ambiente orgânico e inorgânicos. O longo e frutífero caminho percorrido de lá para cá se deve, precisamente, ao fato de estudar interrelações invés de objetos ou dimensões

da realidade.<sup>(15)</sup> A ecologia não definia *a priori* uma unidade de análise, seja esta composta de objetos, organismos vivos ou ambientes físicos (e suas características e processos), tal como faziam o conjunto das ciências físicas, naturais e sociais. Enquanto algumas disciplinas (como a botânica, antropologia, psicologia, sociologia, etc.) estudavam as características e processos de diversos organismos, e outras (como a geologia, química, geografia, hidrologia, etc.) estudavam as características de diversos ambientes, a ecologia, embora utilizando os conhecimentos destas disciplinas, se preocupava em compreender as interconexões desses diferentes organismos e meio ambientes, dentro de um sistema (ecológico) total. Por priorizar então as interrelações, ela não tem uma única dimensão possível, podendo estudar tanto o sistema ecológico constituído por um organismo individual e seu ambiente (sistema denominado ecoide), como o sistema composto pela totalidade dos seres vivos da Terra (biosfera), com seu ambiente físico planetário (sistema conhecido como ecosfera).<sup>(16)</sup>

Não corresponde aqui descrever as propriedades dos sistemas ecológicos,<sup>(17)</sup> senão apontar a evolução histórica e as características da ecologia como campo de conhecimento. A ecologia é claramente uma ciência de origens múltiplas, que evidência desde o primeiro momento seu caráter holístico e de síntese.<sup>(18)</sup> Por esse motivo, enquanto a maioria das ciências seguia uma evolução que se assemelhava a um tronco, que se ramificava em diversas especializações através do tempo, a ecologia, inversamente, teve uma evolução que poderia representar-se como a de um conjunto de raízes ou rizomas que crescem e nutrem um único tronco.<sup>(19)</sup> Não foi fácil, no começo, perceber o fator de convergência dessas várias raízes, que orientava o crescimento da ecologia e lhe permitia incorporar sucessivamente importantes elementos de outras disciplinas (tais como: em um primeiro momento, a botânica, a zoologia, a climatologia e a geografia; em um segundo momento, a bioquímica, a microbiologia, a matemáticas, a computação e a análise de sistemas; e, por último, a demografia, a sociologia, a economia, a ciência política e a filosofia). Por certo, esse longo caminho constituiu um corpo de conhecimentos menos coesivo metodologicamente que o das outras disciplinas. As ciências modernas são, em geral, analiticamente consistentes porque são reducionistas e, vice-versa, são fortemente reducionistas porque são analíticas. Por isso suas maiores virtudes são de ordem metodológica e não tanto epistemológica. Pelo contrario, no caso da ecologia, sua maior consideração pelas interrelações entre os seres vivos e seu meio ambiente (e não pelos próprios seres ou pelo meio ambiente), faz que seu fator de conhecimento seja tanto epistemológico como metodológico (neste sentido, deve ser registrado o importante valor epistemológico-metodológico que teve o conceito de ecossistema neste processo de constituição da ecologia, o qual surgirá precisamente nos anos 50).

Cagri aponta cinco fases no processo de constituição do campo de conhecimentos da ecologia.<sup>(20)</sup> Desde sua origem, no século XIX, até as primeiras décadas deste século, a ecologia dedicou-se a estudar unicamente espécies singulares, em seu meio ambiente. Em uma segunda fase, a ênfase passou para o estudo do con-

junto de espécies vegetais e animais que vivem em uma determinada área. Nos anos 50 a ecologia recebeu um enorme impulso através da Teoria Geral dos Sistemas que se desenvolvia, em forma paralela, estudando o comportamento dos sistemas complexos.<sup>(21)</sup> Foi aqui que aparece o conceito de ecossistema, uma unidade de estudo que inclui todas as interações existente entre organismos e componentes vivos e não vivos em um espaço sistemicamente definido. A utilização de computador nos anos 60 daria um enorme alcance a este conceito permitindo-lhe processar grandes quantidades de dados sobre ecossistemas de todo tipo e tamanho. Foi neste contexto que começaram a formar-se equipes de pesquisa interdisciplinar, especialmente nos países mais avançados. A quarta fase da ecologia aparece nos anos 60, quando começam a enfatizar-se os problemas globais e a importância das interconexões entre os ecossistemas. Surge então a preocupação pelos aspectos científicos de conservação da biosfera, que levará ao lançamento do Programa Biológico Internacional (IBP) em 1964, contando com o apoio da UNESCO e de vários países europeus. Este programa culminará praticamente na Conferência da Biosfera, realizada em Paris em 1968, a qual dará continuidade a UNSCCUR e a ITC, e será o último e mais importante evento internacional produzida pelo ambientalismo orientado pelos cientistas.<sup>(22)</sup> A quinta fase (e atual) da ecologia, surgida nos anos 70 e 80 implica a inclusão do homem na biosfera, isto é, a consideração dos problemas sociais, econômicos e políticos junto aos ambientais e, portanto, sua vinculação com as ciências sociais e humanas em geral.<sup>(23)</sup>

Em outras palavras, pode dizer-se que o campo da ecologia se expande, progressivamente, desde estudos parciais da natureza, com base disciplinar na biologia, até estudos cada vez mais complexos e integrados da natureza e a sociedade, com base interdisciplinar nas ciências físicas, biológicas e sociais.<sup>(24)</sup> Do ponto de vista epistemológico, resulta surpreendente comprovar que esta circunstância tem chamado escassamente a atenção dos cientistas sociais. Esta sucessiva incorporação de problemas dentro da ecologia, indo dos ecossistemas naturais mais simples aos ecossistemas naturais e sociais mais complexos, supõe uma tomada de consciência acelerada, por parte dos cientistas naturais (que tem seu germe nos anos 50 e 60), da existência de uma problemática social concomitante à problemática ambiental. Infelizmente, a inversa teve que esperar quase duas décadas para acontecer.

Os cientistas sociais praticamente esperaram até os anos 80 para mostrar algum interesse em percorrer o caminho inverso (e recíproco) de seus colegas que estudam a natureza. Em certa forma, até hoje os cientistas sociais não conseguem enxergar muito bem que a problemática social contemporânea supõe, do mesmo modo, a existência de uma problemática ambiental concomitante (retomarei mais na frente a questão do obstáculo epistemológico das ciências sociais para considerar relevantes os problemas ambientais). A predominância de biólogos e cientistas naturais, no debate ambientalista das primeiras décadas da pós-guerra (especialmente dos anos 50 até os 80), é indiscutível. Da mesma forma que no final do século XIX, não é fácil encontrar algum sociólogo ou cientista político de destaque

no debate ambientalista dessa época.<sup>(25)</sup> A agenda ambiental tinha evoluído e mudado bastante de um século para o outro, podendo agora se observar claramente o protagonismo da comunidade acadêmica na definição dos termos das posições em debate. Por sinal, o debate intelectual mais difundido na época foi disputado por dois biólogos americanos: Paul Ehrlich x Barry Commoner. Esses cientistas naturais se destacaram nitidamente no debate ambientalista dos anos 60 nos Estados Unidos, embora o mesmo já não girasse em torno de questões estritamente naturais (como era o caso da poluição industrial e do crescimento populacional, introduzidas por um grupo bastante numeroso de cientistas, entre os quais, além de Ehrlich e Commoner, podemos destacar também a LaMont Cole, Eugene Odum, Kenneth Watt e Garret Hardin).<sup>(26)</sup>

Ehrlich, que desde fins dos anos 50 vinha defendendo idéias neo-malthusianas em espaços acadêmicos, foi encomendado por uma organização ambientalista (Sierra Club) a escrever um livro de divulgação científica sobre o crescimento populacional e os problemas ambientais. A divulgação foi tão bem sucedida que em poucos anos venderam-se mais de três milhões de exemplares de seu livro *The Population Bomb*.<sup>(27)</sup> Como Malthus, Ehrlich chega a ser também muito popular ao introduzir o alarmismo no debate ambientalista do século XX. Em seu livro, publicado em 1968, afirmava que centenas de milhões de pessoas enfrentariam a fome nos anos 70 e 80, se não se controlasse o crescimento da população humana. Segundo ele, a maioria dos problemas ambientais era uma resultante dos esforços, cada vez mais desesperados, por alimentar a uma população humana cada vez maior. Frente a esse aumento da população não era possível sequer imaginar soluções ou mudanças tecnológicas salvadoras.<sup>(28)</sup> Embora o senso comum da época (como de muitos governos do Sul até hoje) acreditava que as posições neo-malthusianas apontavam, em geral, às populações dos países menos desenvolvidos, vale a pena observar que a demanda de Ehrlich para limitar o crescimento da população se dirigia, da mesma forma, a esses países e aos mais avançados.<sup>(29)</sup> O controle da população se aplica especialmente a um país como Estados Unidos, por ser este o maior consumidor de recursos renováveis e poluidor do meio ambiente *per capita*. Inclusive, a chamada revolução verde da produção agrícola, prevê Ehrlich, não poderia produzir alimentos suficientes para atender um crescimento populacional indefinido.<sup>(30)</sup>

Commoner se colocava em uma posição contrária a Ehrlich. Preocupado desde início dos anos 50 com os efeitos da radiação nuclear produzidos pelos testes com bombas, estava convencido de que a principal causa da degradação do meio ambiente se devia ao impacto destrutivo da tecnologia. Em 1971 publicou *The Closing Circle*, onde afirmou que, embora os índices do crescimento populacional e do consumo tivessem incrementado fortemente, após a Segunda Guerra Mundial, esses aumentos eram notavelmente pequenos quando comparados com os aumentos dos índices de poluição para o mesmo período. Sua conclusão apontava na direção das novas tecnologias introduzidas após 1946 (responsáveis pela produção de sintéticos, pesticidas, produtos descartáveis, detergentes, etc.), as quais produzi-

am, segundo seus cálculos, 95% da emissão total de poluentes.<sup>(31)</sup> O problema não estava, portanto, no crescimento populacional nem no desenvolvimento econômico, senão na forma em que este desenvolvimento era alcançado. De todas formas, se nada for feito, sua visão do futuro imediato era tão catastrofista quanto a do Ehrlich, exigindo também uma política limitacionista, embora não baseada na população, senão na economia. Como se pode imaginar, o contraste entre estas posições deu lugar a um debate radicalizado onde se misturavam argumentos científicos e ideológicos.<sup>(32)</sup>

Já não interessa mais tomar posição nesse debate, o tempo tem demonstrado que ambos tinham uma parte de verdade e uma parte de erro. Os erros do debate ambientalista da época partiam de sua extrema polarização, a qual tinha sido facilitada porque os problemas ambientais não tinham ainda conseguido interessar significativamente aos cientistas sociais. Hoje parece óbvio que os problemas ambientais globais dependem de uma multiplicidade de fatores, sistemicamente estruturados, de tal modo que nenhum deles pode ser isolado ou supervalorado excessivamente. Mas a carência de estudos baseados nas ciências sociais, que permitissem um enfoque realmente interdisciplinar, levava aos cientistas naturais a extrapolar seus campos de especialidade e/ou os impedia avaliar corretamente ao conjunto de fatores (incluindo os sociais) da problemática ambiental.

Não foram poucas as conseqüências políticas de um debate ambientalista com essas características. Embora Ehrlich e Commoner não chegaram nunca a um consenso entre eles, a comunidade acadêmica acabou construindo sua principal tese, desses anos (fins dos 60 e começo dos 70), juntando os pólos do debate em um consenso limitacionista único. O crescimento zero era tão necessário em relação à população como na economia. A amplitude desta visão na época ficou clara no fato de que, tanto o ambientalismo politicamente radical, como o reformista, basicamente acabaram afirmando as mesmas coisas. Um significativo grupo de cientistas ingleses (a maioria cientistas naturais, incluindo dois prêmios Nobel) deram sua adesão a um manifesto elaborado pela revista *The Ecologist*, que afirmava a impossibilidade da humanidade continuar indefinidamente no mesmo caminho e a necessidade urgente de estabilizar o crescimento da população e da economia.<sup>(33)</sup> O modelo radical, recomendado pela conhecida revista inglesa, não era muito diferente daquele (supostamente mais reformista) que vinham elaborando os cientistas convocados pelo Clube de Roma (fundado em 1968). Este clube era uma associação (com ramificações na maioria dos países industriais avançados) de cientistas, políticos e empresários preocupados com a governabilidade dos problemas globais. O Clube de Roma encomendou um ambicioso plano de trabalho ao Massachusetts Institute of Technology (MIT), baseados no método da dinâmica de sistemas de Jay Forrester, que permitia o processamento de grande quantidade de variáveis através da utilização de computadores.<sup>(34)</sup> Foram vários os estudos e relatórios globais produzidos pelo cientistas convocados pelo Clube de Roma, sendo o mais conhecido de todos aquele chamado (não por acaso) *The Limits to Growth*, e publicado pouco antes da conferência de Estocolmo-72.<sup>(35)</sup>

Segundo esse famoso relatório, os principais problemas ambientais são globais e sua evolução acontece a ritmo exponencial. A simulação feita no computador do comportamento das diversas variáveis mostrava que a catástrofe era inevitável, caso não se tomassem medidas preventivas. A tragédia aconteceria em poucos anos, no final do século XX, e seus principais sintomas seriam a exaustão dos recursos naturais, a poluição industrial e a falta de alimentos. Havia, então, uma necessidade urgente de reconhecer os limites existentes no meio ambiente para o crescimento indefinido da economia e da população e, portanto, de estabilizar tanto a uma quanto a outra.

Os textos mencionados anteriormente (o da revista *The Ecologist* e os do Clube de Roma) mostram que, na época, existia um estendido consenso a favor de limitar severamente o crescimento da população e da economia, tanto nos setores radicais como reformistas do ambientalismo. Mas, a rigor, esse consenso existia, muito mais, nos países capitalistas avançados, do que nos países em vias de desenvolvimento. Na conferência de Estocolmo teremos oportunidade de comprovar as dificuldades e mal-entendidos gerados pelo consenso ambientalista em torno da hipótese de crescimento zero (que tinha alcançado enorme visibilidade pública a partir dos relatórios do Clube de Roma). Este consenso inscreveu-se dentro da complexa problemática das relações Norte-Sul, criando desconfiança e uma atitude defensiva, por parte dos países do Sul, que acreditaram que o Norte levantava os problemas ambientais para impedir seu rápido desenvolvimento (e manter assim sua dependência em relação aos países desenvolvidos). De fato, *The Limits to Growth* não pedia um “congelamento” do Sul, observando explicitamente que a interrupção solicitada no crescimento econômico se aplicava, sobretudo, ao Norte, dado que o Sul, pelo contrário, devia ser ajudado a acelerar seu desenvolvimento.<sup>(36)</sup> As fortes críticas dirigidas ao relatório do Clube de Roma são um exemplo das características do debate ambientalista, no eixo Norte-Sul. Desde muito cedo o Sul começou a polarizar suas posições dando maior importância aos problemas sociais que aos ambientais. Um bom exemplo encontra-se no chamado modelo mundial latino-americano, produzido pela Fundação Bariloche, onde um grupo interdisciplinar de cientistas argentinos criticou ao relatório do Clube de Roma, por dar uma ênfase exagerado aos limites naturais do crescimento, obscurecendo portanto o fato de que os verdadeiros problemas estriam nas condições sociais e políticas dos países em desenvolvimento.<sup>(37)</sup>

### III

Pela progressiva extensão de seu domínio a diversos campos e atores, os conceitos da ecologia tem sofrido diversas transformações e alterações.<sup>(38)</sup> Como vimos, a pesquisa ecológica partiu das ciências naturais até chegar a interessar e afetar às ciências sociais e humanas em geral. Muitos de seus conceitos (a própria palavra ecologia é o melhor exemplo) foram assim conotados e/ou associados a diversas visões procedentes não apenas das ciências, senão também da filosofia e



da religião (e até do senso comum). Não estou interessado (nem poderia dar conta) na alquimia ecológica existente no conjunto das disciplinas, mas me parece evidente (como já comentei) que isto se deve à matriz não reducionista da ecologia, em contraste com o paradigma da ciência moderna. A ecologia conseguiu escapar dos pressupostos das ciências físicas e sociais em geral, os quais levaram a estas a procurar o conhecimento a partir da análise de objetos cada vez mais recortados da realidade. Não é por acaso que o caráter integrador e holístico da ecologia fez que alguns autores a qualificassem como ciência subversiva.<sup>(39)</sup>

Existem muitas características semelhantes entre a ciência ecológica e o movimento ambientalista. Ambos tem um caráter integrador que lhes facilita pensar e agir em várias dimensões da realidade ao mesmo tempo. Embora seja obvio dizelo, isto não impede que as propriedades da ecologia (enquanto ciência) devam diferenciar-se do papel dos cientistas desta disciplina, dentro do ambientalismo e da política ambiental.<sup>(40)</sup> Estes são indivíduos, com uma origem científica específica, que estão contextualizados necessariamente nos diversos debates acadêmicos, não possuindo uma visão integradora e equilibrada do conjunto. Assim, assumo que as diversas teorias e as práticas ambientalistas avançam em função de uma ação sinérgica com o conjunto, sem com isto pressupor que uma parte possa ter plena consciência das outras, na medida que a constituição do ambientalismo supõe (com esta sendo registrado) uma emergência e aproximação desigual em tempos, espaços e intensidades de diversos setores e atores.

O papel da ecologia e das ciências ambientais deve distinguir-se dos papéis políticos dos cientistas que contribuem para seu desenvolvimento. Do mesmo modo, deve distinguir-se o papel do ambientalismo, enquanto movimento multissetorial, do papel dos diversos atores e setores que o compõem. A marca do ambientalismo dos anos 50 e 60 foi dada, sem dúvida, pelos cientistas. Foram eles quem conduziram e definiram o ambientalismo da época, penetrando e organizando os diversos projetos governamentais e não-governamentais que começavam naqueles anos. Seu papel foi fundamental para dar credibilidade e valor à estética ambientalista herdada do século XIX.<sup>(41)</sup> Os primeiros anos do ambientalismo da pós-guerra (ou seja, a primeira fase de sua emergência como movimento histórico) são assim uma particular combinação de valores e visões éticas, estéticas e científicas. Mas, esta combinação levou ao ambientalismo, daqueles anos, para um excessivo radicalismo e voluntarismo, nas posições políticas.

Talvez a visão catastrofista, que expressam as teses dos limites do crescimento, não tivessem aparecido com tanta força se os cientistas sociais estivessem mais e melhor representados naquele debate. A falta de realismo do mesmo se deve, em parte, ao atraso das ciências sociais que condicionou uma ausência relativa de análises sistemáticos e integrados das problemáticas social, econômica, política e ambiental. Se o realismo é um aspecto fundamental para a realização de um projeto político ou econômico, do mesmo modo, a radicalidade de uma idéia ou mensagem é também um componente essencial para sua melhor difusão e expansão. É válido supor, então, que o ambientalismo daqueles anos radicalizava seus conteú-

dos porque necessitava chamar a atenção sobre problemas que até o momento eram ignorados. Por outro lado, o ambientalismo podia radicalizar porque o desinteresse dos setores econômicos e políticos com a problemática ambiental não lhe exigia, por enquanto, nenhum compromisso maior com o realismo. A medida que a opinião pública começa a reagir positivamente ao apelo ambientalista, o realismo de suas posições deverá também ir aumentando.

É interessante registrar que o interesse das ciências sociais pelo meio ambiente não se antecipará ao ingresso de representantes dos setores econômicos, políticos e sociais no ambientalismo. Neste sentido, comprovamos que as ciências sociais respondem reativamente, acompanhando quase como um reflexo o impacto que a problemática ambiental tem sobre o comportamento daqueles setores, que tradicionalmente constituem seu objeto de estudo. A potencialidade interdisciplinar da ecologia encontrou, nas primeiras décadas da segunda metade deste século, diversos obstáculos para realizar-se no campo das ciências sociais, favorecendo assim a colonização do debate ambientalista por parte dos cientistas naturais. Eles tinham outras lentes para olhar a realidade e a natureza parecia-lhes apenas um telão de fundo para o verdadeiro drama da humanidade.

A história das ciências sociais caracteriza-se por um relacionamento ambivalente com o meio ambiente natural.<sup>(42)</sup> Se, por um lado, as teorias sociais modernas foram em suas origens, influenciadas por visões organicistas, trazidas das ciências naturais, por outro lado, seu desenvolvimento posterior construiu uma matriz fortemente marcada pelas reações contra o reducionismo biológico e o determinismo natural. Lamentavelmente, essa complicada herança foi esquecida pela maioria dos cientistas sociais contemporâneos, os quais, normalmente, não se reconhecem nesse passado anti-biológico. Circunstância que, paradoxalmente, levou às ciências sociais em direção ao reducionismo-determinismo epistemológico que estavam querendo evitar (embora com um signo diferente, já que ele não seria agora biológico senão sociológico). Esta foi a razão principal de que o surgimento e popularização do ambientalismo nos anos 60 e 70 provocaram uma resposta cética e/ou displicente da maior parte da comunidade acadêmica das ciências sociais.<sup>(43)</sup> A existência humana deveria ser estudada mais adequadamente dentro das ciências sociais, na medida que a vocação fundacional destas foi estudar o conjunto de aspectos que influenciam a vida social, não devendo, portanto, omitir-se de abordar a relação da sociedade com sua base de recursos naturais. Mas o desenvolvimento das ciências sociais (especialmente da sociologia) tomou uma direção crescentemente antropocêntrica (ou sociocêntrica e, inclusive, etnocêntrica) que acabou dificultando-lhe a possibilidade de responder ao desafio do ambientalismo.

Os avanços em direção a uma ecologia humana integral, requeriam uma íntima articulação (interdisciplinar e até transdisciplinar) entre a biologia e a sociologia. Mas, embora o debate já esteja instalado, o trabalho de pesquisa interdisciplinar recém está começando.<sup>(44)</sup> O que as vezes chama-se de ciências sociais e políticas ambientais são áreas de conhecimento que ainda não produziram um impacto expressivo nos *mainstream* de suas disciplinas.

## IV

A modo de exemplificação dos obstáculos epistemológicos das ciências sociais em relação aos problemas ambientais, analisemos rapidamente alguns aspectos teóricos dos clássicos da sociologia moderna. Apesar das diferenças que existem entre Marx, Durkheim e Weber, esses autores construíram um modelo de análise (ou paradigma) para as ciências sociais que enfatiza a primazia das variáveis sociais, descuidando a importância das variáveis naturais.<sup>(45)</sup> Isto não impede registrar que o legado dos clássicos foi menos antropocêntrico nas suas obras que nas suas posteriores leituras, as quais tiveram que maximizar a especificidade do social para institucionalizar a disciplina.

Marx, Durkheim e Weber reagiram contra teorias sociais de fundo biológico, mas seu legado é mais complexo do que uma simples negação do meio ambiente natural. De fato, as teorias sociais e políticas clássicas e medievais (especialmente de Aristóteles até Santo Tomás, incluindo a Santo Agostinho) foram construídas analogicamente às concepções biológicas da época.<sup>(46)</sup> Praticamente até Spencer e Comte (inventor do termo sociologia), a sociedade era comparada com um organismo vivo e as instituições sociais com os órgãos de um corpo que, em consequência, deviam adaptar-se funcionalmente ao meio ambiente (embora entre os dois autores não existisse concordância sobre os fatores da adaptação, que para o primeiro residiam num processo de seleção à moda de Darwin, e para o segundo no progresso do conhecimento).<sup>(47)</sup> Levando isto em conta, não resta dúvidas de que Marx, embora aceitando algumas idéias darwinianas, ao enfatizar o proletariado e a base econômica, rejeitou totalmente a analogia biológica (organicista) que dá igual importância a todas as partes do organismo social. Do mesmo modo, não causa surpresa que uma das maiores polêmicas de Marx foi contra o reducionismo biológico existente na teoria social de Malthus. No caso de Durkheim é também evidente que enfrentou ao evolucionismo biológico de Spencer e outros, afirmando que os fenômenos sociais não poderiam ser explicados a partir de variáveis biológicas, como raça, instinto, etc. Embora Weber seja um caso mais complexo, também não resta dúvida que sua principal crítica se dirige contra o determinismo marxista e o evolucionismo de sua época, deixando clara sua posição contra extrapolações metodológicas, de outras esferas para o campo dos fenômenos sociais. Mas a distância que tomaram as teorias de Marx, Durkheim e Weber do pensamento social de seu tempo, não necessariamente tinha que constituir uma herança de desconfiança generalizada para os argumentos de raiz biológica e as variáveis ambientalistas, tal como acabou sendo. De fato, esses autores deixaram também uma base teórica para pensar o meio ambiente.

A abordagem de Durkheim respeito à morfologia social é geralmente considerada como uma inspiração clássica para o campo de conhecimento, desenvolvido pela Universidade de Chicago, em torno da ecologia humana.<sup>(48)</sup> No seu conhecido texto, sobre a divisão do trabalho, Durkheim observa e ressalta o papel de fatores (ecológicos), como a densidade demográfica e a escassez de recursos, no processo

de divisão do trabalho.<sup>(49)</sup> Obviamente, Durkheim enfatizou mais o papel da industrialização do que a escassez de recursos, já que ele não tinha realmente uma visão complexa da problemática ambiental e por isso estava interessado em descobrir como esta influenciava a sociedade, mas pouco se importava com o inverso, ou seja com a forma em que a sociedade influenciava o meio ambiente. A rigor, essa semente de sociologia ambiental durkheimiana, que estava germinando nas ciências sociais (fundamentalmente americanas), foi definitivamente apagada quando sobreveio a hegemonia do pensamento funcionalista de Talcott Parsons.<sup>(50)</sup>

O caso de Marx é um pouco mais controvertido que o de Durkheim, já que seu pensamento tem sido utilizado como fonte permanente de otimismo contra as vertentes conservadoras de caráter neomalthusiano. Os marxistas foram, precisamente, os críticos mais ativos do pensamento ambientalista dos cientistas naturais, especialmente daquele estruturado em torno das hipóteses de crescimento zero. Os ambientalistas foram assim obrigados a criticar duramente o antropocentrismo e otimismo dos marxistas, que acreditavam que os avanços das forças produtivas resultariam na solução de todos os problemas ambientais.<sup>(51)</sup> Porém, ainda aceitando que Marx e Engels lutaram fortemente contra o pensamento biologicista de sua época, é incorreto não reconhecer a importância da obra desses autores em relação às numerosas observações que fizeram sobre as interações entre a sociedade e o meio ambiente natural.<sup>(52)</sup>

A completa exclusão de Max Weber do campo das preocupações ambientalistas também não parece fazer-lhe justiça. Talvez não existam referências ecológicas nas suas obras mais conhecidas, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* e *Economia e Sociedade*, mas em sua *História Econômica Geral* desenvolveu alguns elementos que apontam certamente na direção de uma ecologia humana.<sup>(53)</sup> Concretamente, Weber trata aqui aos fatores ambientais como sendo componentes interativos dentro de modelos multi-causais, enfatizando que esses fatores podem chegar a favorecer a sobrevivência de algumas camadas sociais sobre outras.<sup>(54)</sup>

Resumindo, os chamados clássicos da sociologia moderna desenvolveram um pensamento relativamente antropocêntrico, marcado por fortes reações contra interpretações biologicistas. Mas seria incorreto ver suas teorias como um retrocesso em relação às anteriores. Pelo contrário, os clássicos, sempre que sejam corretamente contextualizados historicamente, representam um avanço sobre as teorias sociais de sua época. A des-contextualização dos autores clássicos abriu a porta para o dogmatismo dos discípulos, que assim impediram registrar os componentes ambientalistas de suas teorias. É nesta perspectiva que devem ser entendidos os argumentos de Catton e Dunlap, quando observam que todas as correntes teóricas clássicas são variações menores de um paradigma maior de características antropocêntricas e, portanto, contrário à consideração sociológica da problemática ambiental.<sup>(55)</sup> Na opinião dos autores mencionados, a ignorância desta matriz antropocêntrica levou às posteriores gerações de cientistas sociais a exagerar as diferenças entre as várias correntes teóricas (marxismo, funcionalismo, positivismo, estruturalismo, etc.), esquecendo suas premissas comuns. As premissas que cons-

tituiriam o paradigma normalizado (em sentido de Kuhn) das ciências sociais são as seguintes: a) a espécie humana é a única que possui uma cultura, fato que a torna singular em relação às outras espécies; b) a cultura varia permanentemente, sendo o processo de mudanças culturais muito mais rápido que o das mudanças biológicas; c) em função do anterior, se conclui que a maioria dos problemas e diferenças humanas são um produto social e não natural, podendo, portanto, ser socialmente mudados e corrigidos; d) do mesmo modo, se conclui também que o processo de acumulação cultural não tem limites e, portanto, a curto ou longo prazo todos os problemas sociais terão solução.<sup>(56)</sup>

Este paradigma das ciências sociais é altamente funcional à idéia de progresso da modernidade, rejeitando qualquer possibilidade de escassez (de recursos naturais ou de qualquer outro tipo) como um fator relevante para elaborar propostas políticas. A partir do anterior, não surpreende que a proposta ambientalista de colocar limites ao crescimento não tivesse boa acolhida por parte dos cientistas sociais, ou que relatórios como os do Clube de Roma produzam uma clara rejeição nesse campo.<sup>(57)</sup> Segundo Catton e Dunlap, para que as ciências sociais possam se aproximar aos problemas ambientais seria necessário uma mudança de paradigma, que assuma uma relação equilibrada entre as sociedades humanas e os ecossistemas naturais. As premissas que constituiriam este paradigma alternativo das ciências sociais são as seguintes: a) a biosfera é a base da vida social, e a espécie humana é apenas uma das muitas espécies que, em forma interdependente, vivem na mesma; b) a ação social intencional produz, com freqüência, resultados inesperados no meio ambiente; c) sendo finita a natureza e seus recursos, existem limites físicos e biológicos para o crescimento econômico e a expansão da sociedade humana em geral.<sup>(58)</sup>

Mas não acredito que existam razões válidas para obrigar a fazer uma escolha entre esses dois paradigmas. O paradigma ambiental, embora privilegiando a relação social dos seres humanos com a natureza, constitui um conjunto de crenças cognitivas tão indemostráveis cientificamente como as do outro paradigma. Por isso, o limitado impacto que a questão ambiental teve nos cientistas sociais não é tanto um indicador das carências ou deficiências dos dados científicos, como um sinal do consenso existente em torno do chamado paradigma antropocêntrico das ciências sociais.

#### NOTAS:

(1) McCORMICK, John. 1992. *op. cit.*, p. 23 e ss.

(2) BOARDMAN, Robert. 1981. *International Organization and Conservation of Nature*. Bloomington, Indiana University Press, p. 28.

(3) McCORMICK, John. 1992. *op. cit.*, p. 44.

(4) *idem*.

- (5) LEIS, Héctor R. 1992. "Ética Ecológica: Análise Conceitual e Histórico de sua Evolução", Em: AA.VV. *Reflexão Cristã sobre o Meio Ambiente*. São Paulo, Loyola, p. 68.
- (6) McCORMICK, John. 1992. *op. cit.*, p. 46.
- (7) HAMBIDGE, Gove. 1975. *The Story of FAO*. New York, Van Nostrand, p. 71.
- (8) HUXLEY, Sir Julian. 1973. *Memories*. New York, Harper & Row, Vol II, p. 133.
- (9) McCORMICK, John. 1992. *op. cit.*, p. 51-51.
- (10) HUXLEY, Sir Julian. 1973. *op. cit.*, p. 121.
- (11) McCORMICK, John. 1992. *op. cit.*, p. 52.
- (12) NICHOLSON, Max. 1972. *The Environmental Revolution*. Londres, Hodder & Stoughton, p. 187.
- (13) McCORMICK, John. 1992. *op. cit.*, p. 53.
- (14) HAECKEL, Ernest. 1866. *Generelle Morphologie der Organismen*. Berlin, 2 vol.
- (15) GALLOPÍN, Gilberto. 1986. "Ecología y Ambiente", Em: LEFF, Enrique (Org.), *Los Problemas del Conocimiento y la Perspectiva Ambiental del Desarrollo*. México, Siglo XXI, p. 127.
- (16) GALLOPÍN, Gilberto. 1986. *op. cit.*, p. 128-129.
- (17) Para isto ver, entre outros, os trabalhos clássicos de: BERTALANFFY, L. Von. 1953. "The Theory of Open Systems in Physics and Biology", *Science*, No, 111, pp. 23-29; COLLIER, B. D. et al. 1973. *Dynamic Ecology*. Londres, Prentice Hall; ODUM, Eugene P. 1988. *Ecologia*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- (18) CASTRI, F. di. 1981. "La ecología moderna: génesis de una ciencia del hombre y de la naturaleza", *Correo de la UNESCO*, p. 6.
- (19) GALLOPÍN, Gilberto. 1986. *op. cit.* p. 130.
- (20) CASTRI, F. di. 1981. *op. cit.* p. 7 e ss.
- (21) BERTALANFFY, L. Von. 1953. *op. cit.*
- (22) McCORMICK, John. 1992. *op. cit.*, p. 97 e ss.
- (23) GALLOPÍN, Gilberto. 1986. *op. cit.* p. 138.
- (24) ODUM, Eugene P. 1975. *Ecology: the link between the natural and the social sciences*. Londres, Holt Reinhart & Winston, p. 23.
- (25) Um claro exemplo do afirmado é o relatório científico preparado a principios dos anos 70, como subsidio não oficial (embora encarregado pela ONU) para a conferência de Estocolmo-72 sobre meio ambiente. O comitê científico, organizado por Barbara Ward e René Dubos para ajudar na preparação e/ou comentários do documento, estava integrado por 152 membros procedentes de 58 países. Desse total, apenas dois eram cientistas sociais de filiação estritamente acadêmica: Daniel Bell e Margaret Mead. Ver: WARD, Babara e DUBOS, René. 1974. *Una Sola Tierra*. México, FCE, pp. 10-18.
- (26) McCORMICK, John. 1992. *op. cit.*, p. 82.
- (27) EHRlich, Paul R. 1968. *The Population Bomb*. Nova York, Ballantine Books.
- (28) EHRlich, Paul R. 1968. *op. cit.* p. XIII.
- (29) TAMAMES, Ramón. 1985. *Ecología y Desarrollo: La polémica sobre los límites al crecimiento*. Madri, Alianza Universidad, pp. 96-97.
- (30) Durante vários anos as predições catastrofistas de Ehrlich pareciam não querer cumprir-se. De fato, a produção dos principais grãos das dietas humanas, expandiu-se fortemente de 1950 até 1984, superando a taxa de crescimento da população mundial e conseguindo assim reduzir notavelmente a fome e a desnutrição no mundo. Mas, a partir dessa data (até 1992, de acordo

com as estatísticas disponíveis) a produção de alimentos ficou retrasada respeito do crescimento da população, com uma queda aproximada de 1% (manifestando-se o mesmo fenômeno com o abastecimento de frutos do mar, a maior fonte de proteínas animais do mundo). Ver: BROWN, Lester R. (Org.) 1993. *Qualidade de Vida, 1993: Salve o Planeta!* São Paulo, Globo, pp. 32-36; BROWN, Lester R. et al. 1993. *Vital Signs 1993*. Nova Iorque, Norton, pp. 25-37.

(31) COMMONER, Barry. 1971. *The Closing Circle: Nature, Man and Technology*. Nova York, Knopf, p. 145.

(32) McCORMICK, John. 1992. *op. cit.*, p. 83.

(33) GOLDSMITH, E. et al. 1972. *A Blueprint for Survival*. Harmondsworth, Penguin.

(34) FORRESTER, Jay W. 1971. *World Dynamics*. Cambridge, Massachusetts, Wright-Allen Press. Para informes detalhados sobre aspectos técnicos dos relatórios encomendados pelo Clube de Roma ao MIT ver: TAMAMES, Ramón. 1985. *op. cit.*, cap. X.

(35) MEADOWS, Donella et al. 1972. *The Limits to Growth*. Londres, Potomac.

(36) McCORMICK, John. 1992. *op. cit.*, p. 88.

(37) HERRERA, A. 1977. *Un Monde pour tous*. Parsi, Presses Universitaires.

(38) CALDWELL, Lynton K. 1993. *Ecología, Ciencia y Política Medioambiental*. Madri, McGraw-Hill, pp. 12 e ss.

(39) SHEPARD, P. e McKINLEY, D. (orgs.). 1969. *The Subversive Science: Essays Towards An Ecology of Man*. Boston, Houghton Mifflin.

(40) CALDWELL, Lynton K. 1993. *op. cit.*, p. 13.

(41) CALDWELL, Lynton K. 1993. *op. cit.*, p. 16.

(42) BUTTEL, Frederick H. 1992. "A sociologia e o meio ambiente: Um caminho tortuoso rumo à ecologia humana", *Perspectivas*, São Paulo, V. 15, p. 69.

(43) GREENWOOD, D. J. 1984. *The Taming of Evolution*. Ithaca, Cornell University Press, pp. 78-95.

(44) Para estudar os canais de aproximação entre a biologia e a sociologia política ver: SOMIT, A. (Org.) 1976. *Biology and Politics*. Paris, Mouton, MSH; THOMPSON, William I. (Org.) 1988. *Ecología e Autonomia. La Nuova Biologia: Implicazioni Epistemologiche e Politiche*. Milano, Feltrinelli.

(45) Cf.: CATTON, Jr. W. R. 1980. *Overshoot: The Ecological Basis of Revolutionary Change*, Urbana, Illinois, University of Illinois Press; CATTON, Jr. W. R. e DUNLAP, R. E. 1978. "Environmental Sociology: A New Paradigm?" *The American Sociologist*, Vol. 13, pp. 41-49.

(46) NISBET, T. 1969. *Social Change and History*. Nova Iorque, Oxford University Press, cap. I; e BOCK, K. 1978. "Theories of Progress, Development and Evolution", em: BOTTOMORE, T. e NISBET, R. (Orgs.). *A History of Sociological Analysis*. Nova Iorque, Basic Books, pp. 39-79.

(47) BUTTEL, Frederick H. 1992. *op. cit.*, p. 72.

(48) SCHNAIBERG, A. 1980. *The Environment: From Surplus to Scarcity*. Nova Iorque, Oxford University Press, p. 78.

(49) DURKHEIM, E. 1966. *De la División del Trabajo Social*. Madri, Aguilar.

(50) BUTTEL, Frederick H. 1992. *op. cit.*, p. 75.

(51) CATTON, Jr. W. R. 1980. *op. cit.*, p. 242.

(52) Cf. PARSONS, Howard L. 1977. *Marx and Engels on Ecology*. Westport, Greenwood Press.

(53) WEBER, Max. 1944. *Historia Económica General*. México, Fondo Cultura Económica.

(54) BUTTEL, Frederick H. 1992. *op. cit.*, p. 77.

(55) CATTON, Jr. W. R. e DUNLAP, R. E. 1978. *op. cit.*, p. 41.

(56) CATTON, Jr. W. R. e DUNLAP, R. E. 1978. *op. cit.*, pp. 42-43.

(57) Até houve cientistas sociais que inverteram a tese dos limites do crescimento transformando-a em outra sobre os limites sociais do crescimento, apontando (ao modo de Rousseau) para as características iníquas da sociedade atual. Ver: HIRSCH, Fred. 1976. *Social Limits to Growth*. Cambridge, Harvard University Press.

(58) CATTON, Jr. W. R. e DUNLAP, R. E. 1978. *op. cit.*, p. 45.



# 6.

## A revolução ambiental da sociedade civil

### I

De acordo com Max Weber, as peculiaridades do mundo moderno são um derivado direto da importância alcançada pelas forças do mercado e do Estado.<sup>(1)</sup> Não surpreende, portanto, que as estratégias de desenvolvimento e modernização do século XX foram organizadas em torno de dois modelos, um centrado no papel do mercado e outro no do Estado (expressados ideologicamente pelo liberalismo e socialismo, respectivamente). Esses modelos foram eficazes para produzir dramáticas e rápidas transformações sociais, apesar de que tinham estratégias que não levavam exatamente aos mesmos resultados. Até pouco tempo atrás, o papel das organizações não-governamentais (ONGs), entendido como o intento por parte da sociedade de redefinir as relações de indivíduos e comunidades com o Estado e o mercado, não tinha sido valorizado nem teorizado de modo não subordinado a essas duas esferas (o próprio nome de “organização não-governamental” torna evidente esta subordinação).

O processo de secularização da vida moderna cria uma sociabilidade especial, ligada às esferas econômicas e políticas, que desvaloriza a sociabilidade tradicional (entendendo esta como laços familiares e locais, e como valores de tipo moral e religioso). Mas nos anos 60 os processo de modernização, de um e outro signo, começaram a perder legitimidade e confiança frente à aparição de fortes mal-estares de ordem cultural, social, moral e ambiental. Aparece uma preocupação por revisar valores e práticas fundamentais de nossa civilização, destacando-se as reivindicações pela paz, pelas questões de gênero, pelos direitos humanos e das minorias, e pelo meio ambiente, entre outras. A prioridade ontológica do Estado e do mercado em relação à vida social começa ser questionada.

Talvez como uma prova das dificuldades que as ciências sociais de nosso tempo tem para acompanhar a realidade, uma reflexão teórica aprofundada sobre a sociedade civil acontecerá recém a fins dos anos 80, quase duas décadas mais tarde do surgimento e expansão das organizações não-governamentais.<sup>(2)</sup> Antes de apresentar as características do ambientalismo surgido nesses espaços vale a pena ver então as notas básicas do conceito de sociedade civil. Na obra de Cohen e Arato, de longe o maior esforço já realizado para pensar a sociedade civil contemporânea, comprova-se a importância dos fenômenos vinculados aos movimentos sociais e a esfera pública para a elaboração do novo conceito.<sup>(3)</sup> A noção de esfera pública é requerida precisamente porque através dela os movimentos sociais podem organizar-se livremente, tanto fora do Estado como do sistema econômico (ainda que não totalmente neste último caso). Embora o arcabouço teórico principal seja extraído da obra de Habermas<sup>(4)</sup>, deve observar-se que a idéia de reivindicar um espaço público tem fortes raízes no pensamento contemporâneo.<sup>(5)</sup> Mas, o interessante aqui é que, através dos movimentos sociais emergentes na sociedade civil, se reivindica uma visão não-dualista da política, diferente das teorias e ideologias dominantes da modernidade (como é o caso do liberalismo e do marxismo).<sup>(6)</sup>

Em efeito, a nova teorização aponta a construir uma visão tripartite a partir da qual, ao mesmo tempo que se pretende distinguir lógicas sociais relativamente diferentes, se hierarquiza a sociedade civil em relação à economia e ao Estado (fazendo à primeira o lugar da comunicação e da solidariedade contra a instrumentalidade das duas últimas esferas). O fato que permite constatar a existência ontológica desta “nova realidade” é que os movimentos sociais que a caracterizam, por mais críticos que sejam das estruturas do mercado e do Estado, não colocam como prioridade acabar com essas estruturas, senão criar e expandir espaços sociais para o exercício de uma vida ética.<sup>(7)</sup>

É conhecida a argumentação habermasiana (apresentada na *Teoria da Ação Comunicativa*) de que as sociedades modernas, sejam capitalista ou socialista, estruturam-se através de dois princípios diferentes. O primeiro, definido como sistêmico, em que domina a ação instrumental e organiza o mercado e o Estado, e o segundo, definido como racionalidade comunicativa que organiza o mundo da vida (*Lebenswelt*). Esses princípios definem mundos que se interpenetram, disputando entre si o espaço social existente.<sup>(8)</sup> Mas o análise concreto destes mundos leva a Habermas a concluir que o mundo da vida está sendo colonizado pelo mundo sistêmico (circunstância chamada por ele como patologia da modernidade). Porém, a institucionalização política de uma normatividade que possibilite a racionalidade comunicativa, desejada por Habermas como terapia para essa patologia, acaba sendo uma exigência teórica bastante abstrata, sem vínculo direto com atores concretos capazes de defender o mundo da vida de sua colonização.<sup>(9)</sup>

Cohen e Arato partem da prática dos movimentos sociais e da teoria habermasiana para elaborar um conceito de sociedade civil que supere o impasse do próprio Habermas. Isto é conseguido diferenciando duas dimensões no mundo da vida. Uma, estritamente habermasiana, entendida como base para a ação co-

municativa e referida ao conjunto de tradições encontradas na linguagem e na cultura, e outra mais institucional, identificada como sociedade civil (habermasiana também, mas em sentido lato), referida à organizações e movimentos sociais que se regulam basicamente a partir da ação comunicativa. Esta caracterização permite a Cohen e Arato vincular a noção de sociedade civil a instituições permanentes, com capacidade de intermediar e limitar de forma efetiva tanto as ações do mercado como do Estado.<sup>(10)</sup>

Vale a pena lembrar que esta elaboração tem uma clara inspiração em Rousseau, já que este pensador tem também uma visão tripartite da sociedade e seu princípio de comunidade nos permite compreender perfeitamente à cidadania e aos movimentos sociais que vem surgindo nesta época.<sup>(11)</sup> A idéia de Rousseau de uma obrigação política e moral horizontal, entre os cidadãos de todos os níveis, além de romper com as alternativas conceptuais dualistas do liberalismo e do socialismo, supõe a existência de uma sociabilidade multidiferenciada e o estabelecimento de um espaço público reflexivo, tal como aparecem na reflexão de Cohen e Arato. Em Rousseau, o interesse geral não se articula com o interesse de classe. Sua posição a respeito da propriedade privada e da representação política reflete claramente este ponto. A atualidade de seu pensamento vem da antecipação teórica do fracasso das utopias que reivindicaram para o Estado ou o mercado a capacidade de transformar positivamente a sociedade em seu conjunto. Enquanto que para Rousseau, a utopia oferecida pelo contrato social está dada pela capacidade da comunidade para regular coerentemente as ações do mercado e do Estado através de um suporte ideológico ou consciência constituída transversalmente às diferenças das classes (isto é que não interpela indivíduos como membros de uma classe ou grupo por oposição a outros, e sim como membros de uma comunidade de livre e iguais na fraternidade). Neste sentido, frente à desordem política, social e ambiental do mundo contemporâneo, a emergência do ambientalismo constitui um sinal da vigência da lição de Rousseau, por cima incluso de clássicos posteriores do pensamento moderno.<sup>(12)</sup>

Hoje não existem razões para opor Marx a Weber.<sup>(13)</sup> Considerando que o primeiro baseou a vida social sobre relações de dominação e o segundo fez o mesmo demonstrando que os atores se orientam por valores, pode concluir-se que o ambientalismo (como muitos outros movimentos sociais emergentes na sociedade civil atual) faz uma síntese de ambos. Observa-se facilmente isto quando atores setorializados e territorializados, separados por conflitos e enfrentados por relações de dominação, são atravessados por orientações culturais semelhantes que lhes permitem (sobretudo no mundo globalizado e comprimido de hoje) constituir novos atores multi-setoriais e trans-territorializados a partir deles.<sup>(14)</sup> É evidente que os fenômenos descritos são complexos e não estão associados apenas ao movimento ambientalista. Porém, parece-me que este, entre todos os antigos e novos movimentos sociais (trabalhadores, empresários, estudantes, feministas, pacifistas, etc.), é quem melhor exemplifica esta novidade teórica e prática.

## II

Quando a notícia da existência das organizações não-governamentais chegou aos relatórios internacionais, há muito tempo que elas já eram uma força política.<sup>(15)</sup> As ONGs ambientalistas começaram a emergir nos anos 60 e 70, aproveitando-se da preocupação científica bastante consolidada nessa área. O World Wildlife Fund (WWF)<sup>(16)</sup>, a primeira ONG ambientalista de espectro verdadeiramente mundial, foi criada em 1961. A partir das dificuldades financeiras e a falta de interesse político que encontrou a instituição ambientalista científica IUCN<sup>(17)</sup> em seus primeiros anos, surgiu a idéia entre alguns de seus aderentes de criar uma rede mundial de apoio à mesma.<sup>(18)</sup> Mas o WWF rapidamente enveredou por um caminho mais autônomo do que subordinado ao da IUCN, com projetos próprios que se expandiam mais rápido e eficazmente que naquela. Em seus primeiros três anos de vida WWF tinha bases em Inglaterra, Estados Unidos, Suíça, Holanda, Alemanha e Áustria, chegando em dez anos a ter bases em vinte países. As características conservacionistas dos projetos de WWF (voltados para espécies individuais, áreas virgens, apoio a organizações existentes, educação para a conservação, etc.) são representativas da orientação das organizações não-governamentais ambientalistas dos anos 60.<sup>(19)</sup>

Apesar do ambientalismo conservacionista ser ideologicamente neutro respeito ao sistema econômico internacional, ele está marcado desde um primeiro momento por preocupações transnacionais que o fazem moderadamente crítico das pautas vigentes no funcionamento do sistema político internacional.<sup>(20)</sup> Como exemplo disso vemos que em 1967, quando as atividades de WWF já estão consolidadas, apesar dos aportes e membros da organização serem maioritariamente originários de países desenvolvidos, o 56% de seus projetos estavam em África e Ásia. Embora a questão dos fundos fosse um pouco mais problemática, já que esses projetos utilizavam apenas 26% do orçamento da organização, indo para Europa e Estados Unidos o 52% dos fundos, estas proporções mudariam rapidamente nos anos seguintes (por exemplo, os fundos gastos nos países desenvolvidos passariam de quase 50% em 1971 para menos de 10% em 1977). Como prova do sucesso e consolidação do ambientalismo não-governamental, no orçamento de 1986, no momento de seu 25 aniversário, a instituição recolheria quase 100 milhões de dólares em tudo mundo.<sup>(21)</sup>

É conhecido o fato de que nas décadas de 60 e 70 várias questões sociais e políticas criaram um clima de participação cidadã e ativismo individual na maioria dos países, como nunca tinha sido observado em anos anteriores. Obviamente, o ambientalismo beneficiou-se muito deste clima revolucionário que ia desde a contracultura dos *hippies* do Primeiro Mundo até a guerrilha do Terceiro Mundo, comprometendo desde os estudantes e classes médias até os profissionais e classes baixas. Mas deve ficar claro que entre o ambientalismo e o resto dos movimentos sociais da época existiam valores muito diferentes e tinham públicos também muito diferentes. De fato, a maioria dos analistas dos primeiros anos do ambientalismo

achavam que este era elitista e contava apenas com o apoio da classe média.<sup>(22)</sup> Apesar das diferenças existentes entre os países do Norte e do Sul, acreditava-se que esse análise aplicava-se globalmente, tanto a uns como a outros. Enquanto nos anos 60 os negros dos Estados Unidos lutavam por seus direitos, acreditando que o ambientalismo era “coisa de brancos”,<sup>(23)</sup> praticamente o mesmo acontecia na época com os revolucionários do Terceiro Mundo, que achavam no ambientalismo uma forma de neocolonialismo que interessava apenas à burguesia.

Após algum tempo ficou claro que o interesse do público pelas questões ambientais não contradizia seu interesse por outras questões de ordem social ou política. Mas, apesar da história ter-se encarregado de demonstrar seu erro àqueles analistas que atribuíam um caráter elitista ao ambientalismo, persistem ainda alguns equívocos semelhantes respeito aos origens e rápido crescimento do ativismo ambientalista. Neste sentido, é certamente incorreto afirmar que a “agitação” ambientalista explica-se fundamentalmente a partir do fato de que quando os outros movimentos sociais da época começaram a esvaziar-se e/ou a ser derrotados, seu ativismo voltou-se para o meio ambiente.<sup>(24)</sup> Sem desmerecer totalmente a análise anterior, parece mais apropriado procurar explicações não tanto a partir do empreguismo (ou des-empreguismo) do ativismo, senão na maior abrangência da perspectiva ambientalista, que traduzia-se em dar mais importância aos valores éticos de novo tipo do que a objetivos materiais de velho tipo.

Acompanhando os supostos explicitados anteriormente, a propósito das características dos movimentos sociais e da sociedade civil, parece então adequado atribuir o destaque do ambientalismo à maior complexidade e amplitude de seus valores. Tal como sugere Nash, aqui reside, precisamente, o caráter revolucionário do ambientalismo.<sup>(25)</sup> Neste sentido, os valores que inspiram o ambientalismo não apenas não contradizem àqueles de outros movimentos, mas os continuam dando-lhes a maior abrangência possível. De um ponto de vista evolutivo (no sentido anteriormente explicitado), a tomada de consciência de que a relação homem-natureza deve ser tratada desde uma perspectiva moral representa um extraordinário avanço intelectual na história de ocidente. Sem pretender simplificar o tema, concordo com Nash quando sugere uma ampliação progressiva da responsabilidade ética que vai desde o eu, passando pelos círculos ainda restritos da família, a tribo, o povo e a nação, até chegar às preocupações mais amplas e universais com a humanidade, a natureza e o próprio Universo.<sup>(26)</sup>

Embora a responsabilidade moral com seres e espaços não-humanos coloca uma série de problemas ainda não resolvidos pela ética,<sup>(27)</sup> as traduções na política e no direito desta responsabilidade indicam, pelo menos, que sua intenção existe de forma clara e incontestável. Exemplificando com o caso dos Estados Unidos, Nash parte do conceito de direito natural (recuperado da antigüidade) que marca fortemente o pensamento político dos séculos XVII e XVIII para assinalar alguns dos grandes momentos desta evolução até hoje: a Declaração da Independência (1776), a Proclamação da Emancipação dos Escravos (1863), a XIX Emenda à Constituição sobre a mulher (1920), a Ata sobre a Cidadania do Índio Americano (1924), a Ata

sobre as Relações de Trabalho (1938), a Ata sobre os Direitos Civis dos negros (1957), e a Ata sobre as Espécies em Extinção (1973).<sup>(28)</sup>

Se no início de 1960 poucas pessoas tinham ouvido falar sobre o meio ambiente e, em abril de 1970, quase meio milhão de americanos participaram do Dia da Terra, isso tinha acontecido porque a emergência das organizações não-governamentais na época tinha sido acompanhada por uma renovação do ambientalismo. O preservacionismo e conservacionismo, que dominaram o ambientalismo nas décadas anteriores, eram revitalizados agora para uma expressão que combinava as preocupações estéticas e científicas com as sociais. A revolução ambiental colocava em pauta a questão da própria sobrevivência humana, levantando problemas sócio-ambientais cuja solução não sempre era funcional aos sistemas político, econômico e social vigentes. O ambientalismo trazido pelas ONGs era o resultado de uma importante mudança de valores na sociedade civil, assim como a proposta de drásticas transformações na economia, nos estilos de vida e no comportamento reprodutivo da humanidade, a nível global.<sup>(29)</sup>

O novo ambientalismo teve então um forte e mais amplo apelo moral que permitiu-lhe ganhar maior diversidade, dinamismo e apoio popular do que nunca antes.<sup>(30)</sup> Começando nos anos 60 com um número escasso de entidades internacionais e nacionais, as ONGs ambientalistas tiveram um crescimento exponencial em todo o mundo que as levou a somar dezenas de milhões de aderentes nos inícios dos anos 90. Como já na primeira fase estava presente o caráter global (e não apenas internacional) do ambientalismo das ONGs, não resulta difícil entender que a multiplicação dessas entidades aconteceu não apenas nos países desenvolvidos mas também naqueles não-desenvolvidos. Enquanto, no período 1965-95, o número de organizações em Europa cresceu quase 10 vezes e em América do Norte aproximadamente 15 vezes, em África cresceu 6 vezes e em América Latina mais de 12 vezes.<sup>(31)</sup>

Foram muitas as organizações criadas nesses anos, mas talvez nenhuma seja tão conhecida pelo público quanto Greenpeace. Não seria neste caso um tema conservacionista o estopim de sua criação, senão uma questão bem representativa da complexidade do novo momento histórico: a luta contra a poluição atmosférica vinculada aos testes nucleares. Foi então em 1971, tentando impedir uma prova atômica dos Estados Unidos nas costas de Alasca, que surgiram os autodenominados Guerreiros do Arco-íris.<sup>(32)</sup> Desta forma começou e continuou agindo Greenpeace, estabelecendo um estilo próprio de ação direta (embora não-violenta) que desde o início atraiu a atenção da prensa internacional e o público em geral. Em certa forma, invertendo o modelo do ambientalismo conservacionista, Greenpeace partiu das protestas contra as armas nucleares até abranger um grande número de projetos, entre os quais a luta contra espécies em extinção (como as baleias) e pela preservação de ecossistemas naturais (como a Antártica, na qual chegaram a ter uma base própria) tiveram também grande importância e sucesso.<sup>(33)</sup> Ao igual que WWF, Greenpeace tem filiais em numerosos países do Norte e do Sul. Do mesmo modo que no plano político, os Guerreiros do Arco-íris evidenciam sua radicalidade e

sua autonomia também no plano financeiro, aceitando apenas ajuda voluntária de indivíduos (não aceitando doações de instituições públicas ou privadas, como é o caso de WWF).

A revolução ambientalista havia ultrapassado aos movimentos conservacionistas, mas não por isso os suprimia. Tanto os antigos como os novos grupos, de um modo ou outro, foram adaptando-se à complexidade política do meio ambiente na época. Uma boa exemplificação da complexidade e diversidade das ONGs ambientalistas, na década de 70, está dada pela linha que vai desde o ambientalismo conservacionista de WWF, que busca a recuperação da natureza fazendo *lobby* nas maiores empresas e Estados líderes, até o ambientalismo radical de ação direta de *Greenpeace*, que não faz concessões nem a uns nem a outros (sejam capitalistas ou socialistas) e se apoia exclusivamente na sociedade civil. Embora tanto WWF como *Greenpeace* são instituições globais de nascença, é bom reiterar que nesta época todas as organizações ambientalistas, ainda as de origem estritamente nacional, começam cada vez mais a prestar atenção para os problemas globais (preparando assim o terreno para os anos 80 e 90, onde praticamente todo o ambientalismo não-governamental estará atuando nos espaços públicos nacional e mundial através de todo tipo de redes, tal como mostraria Rio-92).

A criação de Friends of the Earth (Amigos da Terra) é o melhor exemplo das mudanças que afetam ao ambientalismo, incluso a seus setores conservacionistas mais tradicionais, e do futuro do ambientalismo em geral.<sup>(34)</sup> A entidade foi fundada em 1969 por David Brower, diretor executivo desde 1952 do Sierra Club (conhecida instituição conservacionista americana, fundada em 1892 por John Muir), depois dele ser demitido por suas campanhas no clube contra os plano do governo americano de construir duas barragens no Grand Canyon. A nova entidade assumiu logo que a solução para os problemas ambientais não residia em medidas cosméticas conjunturais, senão em mudanças sociais profundas. A tal fim, ela foi concebida para apoiar-se numa estrutura de ativistas a escala internacional. Usando praticamente a mesma rede de conservacionistas amigos de Sierra Club (colocando assim em evidência para onde caminhava a experiência acumulada das lutas conservacionistas) e com a mesma velocidade que oito anos antes havia sido o lançamento mundial de WWF, Brower consegue agora expandir sua idéias pelo mundo (o primeiro escritório foi aberto em São Francisco em 1969, seguindo-lhe outros dois em 1970, em Paris e Londres, para em 1971 estabelecer-se como uma instituição claramente global e abrir sedes em quase todos os países de Europa Ocidental, assim como em Malásia e África do Sul).

Assim como os Guerreiros do Arco-íris foram inovadores, mostrando a importância da resistência não-violenta frente à ação deletéria dos Estados e das corporações econômicas, os Amigos da Terra também inovaram em um aspecto não menos importante para o ambientalismo. A diferencia de outras organizações que contavam com autoridades internacionais centralizadas (como era o caso, parcialmente, de WWF e, totalmente, de *Greenpeace*), os fundadores dos Amigos da Terra desenharam uma estrutura que dava primazia à autodeterminação dos di-

versos grupos, permitindo que em cada lugar se tomassem decisões por consenso. Parafraseando Habermas, poderia ser dito que esta organização era a que mais se nutria da ação comunicativa e o espaço público internacional.

Tal como acontecera com a anterior vertente dos cientistas, que aproximadamente após duas décadas de existência, nos anos 70, se encontrará bem consolidada no interior de seu próprio campo, o mesmo irá acontecer com as ONGs ambientalistas. A começar dos anos 80 estimava-se que elas estavam espalhadas por todo o planeta, ainda que em forma desigual (80% estavam nos países do Norte e as 20% restantes nos países do Sul).<sup>(35)</sup> Neste cálculo, obviamente, não foram considerados os numerosos movimentos ambientalistas que normalmente funcionam sem ter nenhum registro jurídico nos países do Sul, de qualquer forma chama a atenção a diferença entre os países de um e outro hemisfério. Mas, nas primeiras duas décadas de vidas das ONGs ambientalistas, as diferenças mais expressivas não estavam tanto no número como nas estratégias e ideologias de umas e outras. A cultura ecológica elaborada inicialmente no Norte expressa a experiência social das sociedades industriais avançadas, a qual não deixa de representar uma visão etnocêntrica que pode levar algumas organizações ambientalistas a considerar como mais graves os problemas do Sul de aumento da população ou da desaparecimento das florestas tropicais do que os modelos de consumismo ou de uso intensivo de combustíveis fósseis exportados mundialmente pelo Norte. Vice-versa acontece no Sul, onde a questão da pobreza, por exemplo, tende a relativizar, muito mais que no Norte, a visão da crise ecológica. Outra diferença, talvez menos observada que as anteriores, está constituída pelo fato de que os aspectos globais da crise ecológica sempre apareceram muito mais focalizados no Norte, em contraste com o Sul, onde os aspectos domésticos tendiam a ser quase exclusivos. Nos anos 80, quando a integração global do ambientalismo não era ainda um processo claramente visível e/ou definitivo, podiam pensar-se várias alternativas como saídas para esse impasse Norte-Sul.<sup>(36)</sup> Hoje, a partir da progressiva constituição de numerosas redes ambientalistas globais e da articulação mundial de diversos setores da sociedade em defesa do meio ambiente, não resta dúvida de que o ambientalismo é cada vez mais uma realidade global na qual seus diversos aspectos e setores se interpenetram profundamente, alterando assim suas identidades e visões originais.

Talvez seja oportuno dar alguns exemplos desta nova realidade.<sup>(37)</sup> No meado da década dos 90, além dos mais de dez milhões de aderentes que somam WWF, Greenpeace e Friends of the Earth, com sedes espalhadas por todos os rincões do mundo (incluindo o Leste Europeu, Rússia e outros países ex-socialistas), vale a pena mencionar também ao European Environmental Bureau, que reúne a vinte milhões de aderentes nos diversos Estados da Comunidade Européia. Em relação a redes de organizações se registram também casos notáveis, como a Antarctic and Southern Ocean Coalition (que a inícios dos 90 chegou a reunir a 176 organizações em trinta e três países para opor-se ao tratado sobre mineração na Antártica), a Climate Action Network (fundada em 1989 por organizações de vinte e dois países para reduzir as emissões de dióxido de carbono, atualmente com representantes



em quase cem países), a World Rainforest Network, a Pesticides Action Network, a aliança entre ONGs americanas e os povos indígenas da Amazônia brasileira, etc. Casos não menos interessantes foram dados pelo Forum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, que funcionou no âmbito do Forum Global da Rio-92 representando a quase 2.000 organizações com atuação em 108 países (e que deliberou e aprovou 36 tratados sobre problemas globais), assim como os numerosos fóruns ambientais nacionais criados no contexto dos preparativos para a Rio-92 (entre os quais destaca-se o Forum de ONGs Brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que, após dois anos de trabalho, chegou a congregar mais de 1.200 entidades envolvidas em diferentes questões relacionadas com o meio ambiente, como a ação social e cultural e movimentos sociais de mulheres, índios, negros, trabalhadores, moradores urbanos, atingidos por barragens, seringueiros, etc.).<sup>(38)</sup>

### III

Na extensa literatura publicada nos últimos anos sobre o papel geral das ONGs,<sup>(39)</sup> aparece claro seu tremendo crescimento qualitativo e quantitativo, tanto como o fato de elas não serem um epifenômeno, nem um fator importante apenas na esfera doméstica. Existe consenso entre os analistas que elas trazem uma contribuição original para a política mundial contemporânea. Mas não tem sido corretamente avaliado que o papel das ONGs no plano local, embora importante, não chega a ser tão significativo como no plano mundial. O Estado ainda possui (e seguirá possuindo) legitimidade e uma capacidade relativa (maior ou menor, dependendo dos casos) para enfrentar os problemas locais. Porém, frente aos problemas globais sócio-ambientais e a globalização econômica, o sistema político internacional baseado em Estados soberanos não possui (nem possuirá) nenhuma capacidade efetiva para abordá-los no futuro fora do plano retórico. Por essa razão, a governabilidade dos problemas globais depende hoje mais da sociedade civil mundial que emergiu através das ONGs do que dos Estados.

Resulta por isso irônico que Cohen e Arato, autores do principal trabalho sobre a teoria da sociedade civil contemporânea, não tenham abordado em detalhe as questões da globalização e da sociedade civil planetária. Existe também outra omissão, não menos curiosa que a anterior: nas quase oitocentas páginas de sua obra não existe qualquer referência significativa à questão ambiental. Talvez seja possível explicar isto a partir da falta de percepção de que as ONGs de maior criatividade e crescimento global, nas últimas décadas, são ambientais.

Caldwell foi provavelmente o primeiro em chamar a atenção para o fato de que no campo ambiental a importância das ONGs dificilmente poderia ser superestimada.<sup>(40)</sup> Apesar das mesmas terem sido absolutamente essenciais para a política e a ação internacional nessa área, seu papel na política internacional ainda não foi devidamente estudado.<sup>(41)</sup> Os elementos centrais para entender este fenômeno são

as características da crise ecológica global e suas implicações para a política tradicional. Em particular, que os problemas ecológicos são transnacionais e produzem efeitos naturais inesperados, enquanto que a política tradicional é nacional ou internacional e se regula a partir de efeitos artificiais esperados. Em outras palavras, os componentes biofísicos da realidade contemporânea não têm uma fácil tradução dentro dos atores e do pensamento político que são tradicionais.<sup>(42)</sup> Comentei antes esta questão, mas é bom repeti-la: a modernidade se apoia na ignorância dos fundamentos biológicos da governabilidade política.

A intervenção da sociedade civil mundial nos problemas ambientais representa muito mais que uma simples ação dirigida a corrigir efeitos deletérios do mercado e dos Estados. Ela deve ser vista em dois planos: como a construção de vínculos globais entre realidades locais (aspecto transnacional), mas também como a construção (ou reconstrução) estratégica de vínculos entre as dimensões biofísica, cultural e política da humanidade.<sup>(43)</sup> Até aqui, no período considerado das décadas do 60 e 70, a variedade de expressões do ambientalismo que vem das vertentes estética, científica e social ou não-governamental se projeta em direção à uma revolução ambiental que supõe construir os vínculos necessários entre as dimensões biofísica e política da humanidade. As vertentes política e econômica do ambientalismo, que a seguir será analisada, convergirão também sobre a mesma questão, mas tentando, obviamente, de adaptar as demandas colocadas às possibilidades dos sistemas econômico e político existentes. As vertentes do ambientalismo que emergiram nas décadas dos 50, 60 e 70 aportaram o lado ético-utópico que nos 80 e 90 passará pela prova do realismo. Sem considerar por enquanto as complicações do questão espiritual, o ambientalismo irá a transformar-se agora em um movimento realista-utópico.

#### NOTAS:

(1) Cf. WEBER, Max. 1981. *Economía y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica.

(2) ELY, John. 1992. The Politics of "Civil Society", *Telos*, No. 93, p. 173. Ver também este artigo para uma revisão bastante completa da literatura mais recente sobre o conceito de sociedade civil.

(3) COHEN, Jean e ARATO, Andrew. 1992. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, MIT Press (ver especialmente o cap. X, pp. 492 e ss.).

(4) Em particular: HABERMAS, Jürgen. 1984. *The Theory of Communicative Action*, Vol. I e II. Boston, Beacon Press.

(5) No caso de Arendt, por exemplo, a preocupação pela esfera pública é anterior e talvez mais forte que em Habermas. Ver: ARENDT, Hannah. 1958. *The Human Condition*. Chicago, University of Chicago Press.

(6) COHEN, Jean e ARATO, Andrew. 1992. op. cit., pp. 410 e ss.

(7) AVRITZER, L. 1993. "Alem da Dicotomia Estado/Mercado: Habermas, Cohen e Arato". *Novos*

*Estudos*, No. 36, p. 219.

(8) HABERMAS, Jürgen. 1984. op. cit. Vol. II., p. 331.

(9) AVRITZER, L. 1993. op. cit., p. 220.

(10) COHEN, Jean e ARATO, Andrew. 1992. op. cit., p. 431 (Figura 2).

(11) SANTOS, Boaventura de Sousa. 1995. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez, p. 263.

(12) LEIS, Héctor R. 1993. "As condições subjetivas da democracia: A lição de Rousseau para nossa época", *Revista de Ciências Humanas*, Vol. 9, No. 13, Florianópolis, pp. 52 e ss.

(13) Tal como também sugere-se em: TOURAINE, Alain. 1987. *El regreso del actor*. Buenos Aires, Eudeba, pp. 29-30.

(14) Fenômeno que a literatura específica dos movimentos sociais ultimamente denomina como "redes de movimentos" (*networks*). De acordo com esta literatura as características das redes são as seguintes: a) busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; b) transnacionalidade; c) pluralismo organizacional e ideológico; d) atuação nos campos cultural e político. Para detalhes e exemplos destas características ver: SCHERER-WARREN, Ilse. 1993. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, pp. 119-123. Para maiores referências bibliográficas ver: *id.*, pp. 125-141.

(15) Um dos documentos que melhor sinalizou a importância do que vinha acontecendo na sociedade civil nas últimas décadas foi o relatório das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano do ano 1990, quando explicitou que as ONGs obrigavam a repensar em profundidade as relações da comunidade com o Estado e com o mercado. Ver: UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. 1990. *Human Development Report 1990*. Nova York, Oxford University Press, pp. 29 e ss.

(16) Originalmente denominada como Fundo Mundial da Vida Selvagem, mudou a partir de 1988 para Fundo Mundial para a Natureza. Esta ONG é conhecida internacionalmente pela sigla WWF.

(17) A IUCN (*International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*) corresponde à antiga IUPN (ver cap. 5), que mudou seu nome em 1956.

(18) McCORMICK, John . 1992. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, p. 56.

(19) McCORMICK, John . 1992. op. cit., p. 57.

(20) VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor. R. 1991. "Desordem Global da Biosfera e Nova Ordem Internacional: O Papel Organizador do Ecologismo", Em: LEIS, Héctor. R. (Org.) *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro, Vozes, p. 44.

(21) McCORMICK, John. 1992. op. cit., p. 58.

(22) ZINGER, Clem L. et al. 1973. *Environmental Volunteers in America*. Washington, EPA, p. 20; FOX, Stephen. 1981. *John Muir and his legacy: The American Conservation Movement*. Boston, Little Brown, p. 345;

(23) RIDGEWAY, James. 1970. *The Politics of Ecology*. Nova York, E. P. Dutton, p. 208.

(24) Tal como sugere: FOX, Stephen. 1981. op. cit., p. 325.

(25) *The Rights of Nature*. Madison, The University of Wisconsin Press, p. 7.

(26) NASH, R. F. 1989. op. cit., Figura I, p. 5.

(27) Para uma discussão dos problemas originados na ampliação da responsabilidade ética à Natureza, ver: ROLSTON III, Holmes. 1992. "Challenges in environmental ethics", Em COOPER, David E. e PALMER, Joy A. (Orgs.), *The Environment in Question*. Nova York, Routledge. Para maiores indicações bibliográficas ver: SIMMONS, D. A. 1988. *Environmental Ethics: A Selected*

*Bibliography for the Environmental Professional*. Chicago, Council of Planning Librarians.

(28) NASH, R. F. 1989. op. cit., Figura II, p. 7.

(29) BROWN, Lester R. 1992. "O início da Revolução Ambiental", Em: *Qualidade de Vida-1992: Salve o Planeta!*, São Paulo, Globo, pp. 225-226.

(30) McCORMICK, John. 1992. op. cit. p. 64.

(31) As porcentagens foram calculadas com dados extraídos de: DURRELL, Lee. 1988. *Gaia. El futuro del Arca*. Madri, Blume, *passim*; e PRINCEN, Thomas e FINGER, Matthias. 1994. *Environmental NGOs in World Politics: Linking the Local and the Global*. Londres, Routledge, *passim*.

(32) Os fundadores de Greenpeace se inspiraram numa lenda dos índios americanos sobre a chegada de uma nova tribo integrada por pessoas de todas as raças e culturas (de nome Guerreiros do Arco-íris), que iria acontecer quando a Terra estivesse doente e fosse necessário restaurar sua beleza original através de ações.

(33) LEIS, Héctor R. 1991. "Ecologia e soberania na Antártica", Em LEIS, H. R. (Org.), *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro, Vozes/FASE/AIRI, pp. 60-64.

(34) Para detalhes sobre *Friends of the Earth* ver: McCORMICK, John. 1992. op. cit. pp. 144 e ss.

(35) PORTER, Gareth e BROWN, Janet W. 1991. *Global Environmental Politics*. Boulder, Westview Press, p.56.

(36) De fato, essa foi minha interpretação nos anos 80, quando escrevi que existiam três alternativas possíveis para o cenário global do ambientalismo: a) predominância das organizações e da cultura ambientalista do Norte sobre o Sul; b) desenvolvimento significativo de um ambientalismo autônomo no Sul, mas com hegemonia mundial do Norte; e c) equilíbrio Norte-Sul. (Ver: VIOLA, E. J. e LEIS, H. R. 1991. "Desordem Global da Biosfera e Nova Ordem Internacional: O Papel Organizador do Ecologismo". Em: op. cit., pp 45-46.) Acreditando com mais prováveis as duas primeiras alternativas, esqueci de apontar uma quarta alternativa de integração, que atualmente, após a Rio-92, está tornando-se predominante (além de ser a única realmente estratégica para o ambientalismo no longo prazo).

(37) Para maiores detalhes e exemplos ver: PORTER, Gareth e BROWN, Janet W. 1991. op. cit., pp. 57 e ss; WAPNER, Paul. 1995. "Politics Beyond the State: Environmental Activism and World Civic Politics", *World Politics*, No. 47, pp 311-340; e PRINCEN, Thomas e FINGER, Matthias. 1994. op. cit.

(38) Para avaliar o trabalho desses foruns ver: FÓRUM INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS. 1992. *Tratado das ONGs*. Rio de Janeiro, Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais; e FÓRUM DE ONGs BRASILEIRAS. 1992. *Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros*. Rio de Janeiro, Fórum de ONGs Brasileiras.

(39) Para uma extensa documentação e bibliografia sobre o tema das ONGs em geral ver o primeiro capítulo de: PRINCEN, Thomas e FINGER, Matthias. 1994. op. cit. pp. 13-58.

(40) CALDWELL, Lynton K. 1990. *International Environmental Policy*. Durham, Duke University Press, p. 313.

(41) Para avaliar o papel das ONGs na política internacional ambiental ver: BENEDICK, R. E., 1992, "Inner Workings of the New Global Negotiations", *The Columbia Journal of World Business*, Vol. 27, Nos. 3-4; GRUBB, M. et al., 1993, *The Earth Summit Agreements*, Londres, Earthscan; HAAS, P. M., 1993, "Epistemic Communities and the Dynamic of International Environmental Co-Operation". Em: RITTBARGER, V.(Org.), *Regime Theory and International Relations*, Oxford, Clarendon Press; LIST, M. e RITTBARGER, V. 1992, "Regime Theory and International Environmental Management". Em: HURRELL, A. e KINGSBURY, B. *The International Politics of the Environment*, Oxford, Clarendon Press.

---

(42) ANDERSON, Walter T. 1983. "Beyond Environmentalism: The Biological Foundations of Governance", Em: *Rethinking Liberalism*, Nova York, Avon, p. 233.

(43) PRINCEN, Thomas et al. 1995. "Nongovernmental Organizations in World Environmental Politics", *International Environmental Affairs*, Vol. 7, No. 1, pp. 47.



# 7.

## A chegada da ecologia ao Estado

### I

Nos capítulos anteriores vimos que o debate ambientalista dos anos 60 e começos dos 70 inclinava-se com facilidade para posições radicais. As idéias neomalthusianas e de crescimento zero da economia prosperavam ao amparo das ameaças à sobrevivência da espécie humana. Do outro lado, obviamente, não faltavam aqueles que achavam que tudo isso era puro alarmismo e que os problemas poderiam resolver-se facilmente sem sacrifícios para ninguém. Como é comum nestes casos, os extremos se encontravam. Naqueles anos, o ambientalismo radical tinha em comum com as posições mais cosméticas o fato de ambos serem apolíticos.<sup>(1)</sup> A síndrome do apocalipse produzia severos obstáculos para uma verdadeira ação política, tanto quanto as soluções voluntaristas e individualistas de seus críticos. De fato, a questão ambiental ainda não tinha penetrado o tecido político das sociedades.

Alguns autores sugerem que para uma determinada questão receber atenção política, precisa passar antes por vários estágios prévios.<sup>(2)</sup> Basicamente, para chegar ao ponto onde o sistema político está disposto a encarar a solução de um problema é necessário previamente chamar a atenção do público, justificar a necessidade de intervenção política e avaliar os custos e alternativas de modo realista. Embora com as dificuldades próprias da complexidade dos problemas ambientais, nos países desenvolvidos isto já tinha começado a ser feito. Nos anos 70, muitos ambientalistas (incluindo aos conservacionistas, tradicionalmente mais longe de qualquer tomada de posição política) começaram a politizar-se gradualmente frente à incapacidade e insensibilidade das instâncias estatais para absorver suas demandas.

As resistências encontradas nos Estados, naquela época, para assumir os problemas ambientais, indicam que não se deve imaginar uma relação linear, onde os problemas simplesmente detonam as respostas políticas. Os problemas ambientais não eram os únicos condicionantes da iniciação política do ambientalismo. É verdade

que a conferência de Estocolmo-72 catapultou uma série de problemas ambientais no cenário político internacional, mas algo mais singular que um grande evento de legitimação internacional estava acontecendo. Obviamente, o ambientalismo não existiria sem a presença dos problemas ambientais, mas não por isso deve concluir-se que ele se assemelha ao padrão geral de comportamento da maioria dos movimentos sociais que lhe são contemporâneos. Embora todos os movimentos exemplifiquem um processo de emergência da sociedade civil, o ambientalismo tinha começado um longo caminho que, nos anos 70, daria sinais nítidas de sua singularidade. Sem perder a força de seus conteúdos utópicos, o ambientalismo mostraria um amadurecimento e uma capacidade para articular os fatores emocionais com argumentos racionais, e o pensamento com a ação, em um grau que outras expressões da sociedade civil nunca chegariam a alcançar.<sup>(3)</sup> O ambientalismo não colocaria apenas novos problemas num velho cenário político, mas também uma visão e sensibilidade originais e novos atores que redefiniriam os restantes problemas da agenda.<sup>(4)</sup> Sem seus aderentes ser muito cientes desta condição, o ambientalismo tinha gerado uma série de idéias e valores verdes que permitiam tanto fazer escolhas pessoais como orientar à ação coletiva em um número significativamente grande de assuntos da vida pública e privada dos cidadãos.

Quando falo aqui de idéias verdes ou do ambientalismo como expressão política não necessariamente estou fazendo referência aos partidos verdes, embora deva dar-se a eles algum destaque. A rigor, entendendo o ambientalismo como um movimento histórico-vital, os partidos verdes devem ser considerados uma expressão daquele, mas não vice-versa. Uma prova disso encontra-se no fato de que a importância (e os votos) dos diversos partidos verdes quase nunca refletem o grau de adesão pública ao ambientalismo, nem o grau de desenvolvimento das políticas públicas ambientais, em cada país (existindo casos, como no brasileiro e no americano, onde isto é particularmente notável).<sup>(5)</sup> Isto também está associado ao a-topismo da matriz do ambientalismo (capacidade de não situar-se nem a esquerda, nem a direita, do espectro político existente).<sup>(6)</sup> Por assim dizer, o ambientalismo estará em todos os lugares, mas sem ocupar um lugar privilegiado e/ou determinado dentro da infra-estrutura ou superestrutura da sociedade.

Freqüentemente, tem-se confundido esta característica singular do ambientalismo com um *slogan* que parece oportunista. Porém, “nem a esquerda, nem a direita” não é um lema oportunista, reflete uma posição ideológica singular que, embora incluindo vários aspectos das principais ideologias políticas existentes (liberalismo, socialismo, conservadorismo), distingue-se perfeitamente de todas elas.<sup>(7)</sup> Isto se faz possível, precisamente, porque esse conjunto de idéias e valores verdes não aparece, nos anos 70, trazido da mão por qualquer teoria ou ideologia política preexistente, mas por alternativas convergentes, colocadas nas décadas anteriores, resumidas em valores e práticas claramente extra-políticas (estéticas, científicas e sociais, em sentido amplo). Por isso, esse lema “nem esquerda, nem direita”, mais que um *slogan*, reflete a atipicidade do ambientalismo em relação às ideologias e partidos políticos existentes.



Nos primeiros capítulos foi levantada a hipótese do ambientalismo e a crise ecológica estarem colocando em discussão novos fundamentos para a ação política. Esse “a-politicismo” que emergiu nos começos do ambientalismo representa uma primeira confirmação dessa hipótese. Para um novo começo se requer, antes de qualquer outra coisa, negar o existente. Mas do que isso, as bases de uma nova teorização política supõem uma ruptura com a ordem anterior, incluindo desde o político até o universo cósmico-simbólico dominante.<sup>(8)</sup> Se até aqui, considerando os feixes ou setores ambientalistas anteriores, isto podia não ter ficado suficientemente explicitado (embora a nova ciência ambiental fosse um antecipo significativo), com a entrada dos subseqüentes setores político, econômico e religioso, deverá ficar mais claro. Vejamos então as características da nova política.

De acordo com Spretnak e Capra, a política verde surgirá nos anos 70 pautada por quatro princípios básicos: ecologia, responsabilidade ou justiça social, democracia direta ou participativa (*grassroots democracy*) e não-violência.<sup>(9)</sup> O primeiro destes princípios refere-se, obviamente, a todos os objetivos e critérios, levantados nas décadas anteriores pelo ambientalismo no campo da ciência. Basicamente, esse princípio demanda, de um modo geral, um conjunto de políticas destinadas a estabelecer uma boa qualidade vida ambiental, baseada numa relação equilibrada entre a sociedade e a natureza (o conceito de desenvolvimento sustentável ainda não tinha aparecido).

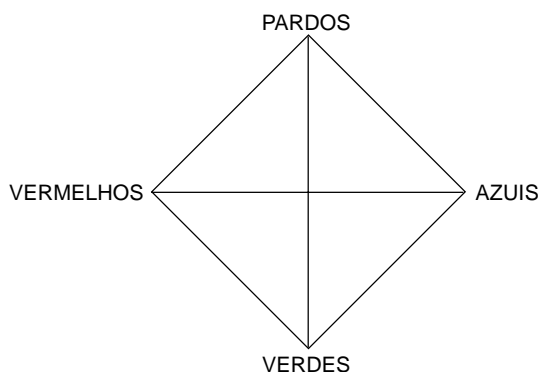
O segundo desses princípios é a porta de entrada para as demandas de justiça social que provêm dos setores populares da sociedade. Não é difícil verificar que, neste caso, a ideologia verde se situa num contexto de relativa continuidade com as idéias socialistas. Ao confrontar-se com a necessidade de reestruturar a economia, para evitar seus efeitos deletérios sobre a natureza e as populações mais pobres (as quais indiretamente são levadas a degradar ao meio ambiente para poder sobreviver), o ambientalismo entra em contacto com algumas idéias socialistas (as quais, certamente, não tem nada a ver com o socialismo interpretado pelos Estados marxistas). A rigor, o ambientalismo e o socialismo estão associados extemporaneamente. Entre os socialismos do passado (entendidos como um processo inspirado num principio de proteção social que ultrapassa a visão estatista-revolucionária do marxismo-leninismo, incluindo desde o tradicional socialismo democrático europeu até o socialismo espiritualista de Ghandi)<sup>(10)</sup> e os ambientalismos do presente existem diferenças significativas, mas também não são menos seus aspectos complementares. Ambos movimentos tem caraterísticas defensivas frente aos aspectos deletérios da expansão do mercado e se inspiram na necessidade de preservar relações de solidariedade e cooperação entre os homens. As diferenças podem parecer maiores porque com freqüência a percepção de um novo momento histórico se realiza através de visões ideológicas cristalizadas nas particularidades de um momento anterior. Quando nos países capitalistas mais avançados dos séculos XVIII e XIX a expansão do mercado desestruturou as economias das comunidades locais, impondo o império do mercado dentro dos limites do Estado nacional, o contramovimento defensivo da sociedade civil se concen-

trou mais nas populações de cada país, do que na preservação dos recursos naturais. Na época, vale a pena lembrar, a natureza era percebida como uma cornucópia de recursos infinitos, e de fato os espaços disponíveis no planeta para a ocupação e a exploração humana eram ainda enormes. O ambientalismo que começa a surgir na segunda metade do século XX, após o fim do período das guerras mundiais nacionalistas-imperialistas da primeira metade, responde a uma situação semelhante à vivida nos séculos XVIII e XIX. Com a diferença de que agora a expansão do mercado se realiza por cima das enfraquecidas barreiras nacionais em um planeta vastamente habitado. Neste contexto, o contramovimento defensivo é de caráter fundamentalmente global e não pode privilegiar exclusivamente as questões social e nacional como antigamente. Agora, o foco da atenção concentra-se tanto na relação das forças produtivas com as forças sociais, como com a natureza. A preocupação com a degradação do fator humano é estendida ao meio ambiente que agora é percebido como uma base de recursos finitos que estabelece severos limites a um crescimento econômico contínuo e à própria reprodução da espécie humana.<sup>(11)</sup>

O terceiro princípio mencionado, a democracia direta ou participativa, está influenciado pelas características do acionar dos movimentos emergentes na década dos 60 e 70 (não apenas ambientalistas, mas também pacifistas, direitos humanos e civis, feministas, consumidores, etc.). Em torno deste princípio também se está expressando claramente uma rejeição do sistema político existente (num leque que compreende desde as elitistas democracias liberais até as não menos elitistas ditaduras burocráticas, sejam capitalistas ou socialistas). O prestígio do lema ambientalista surgido nos 70, “pensar globalmente e agir localmente”, reflete a desconfiança nos existentes poderes políticos centralizados, ao mesmo tempo que a necessidade de construir uma política de novo tipo sobre bases participativas.<sup>(12)</sup>

O quarto é último pilar, a não-violência, foi aplicado também de uma forma múltipla, como uma forma geral de rejeição da política dominante. Ele servia como diferenciação da violência da esquerda revolucionária, tanto como daquela das classes capitalistas e as diversas elites contra os setores populares. Acompanhando o pensamento de autores como Ghandi e Thoreau, o princípio de não-violência foi idealizado pelos verdes como uma resistência ativa a ser aplicada nos vários campos das relações humanas.<sup>(13)</sup>

De acordo com Spretnak e Capra, os quatro valores anteriores nunca se apresentam isolados no acionar político. Esses princípios básicos não sempre são explicitados, mas normalmente aparecem de forma implícita, interligados entre si e com vários outros não menos importantes, embora de valor secundário para orientar à ação (entre estes últimos destacam-se os valores pós-patriarcais ou feministas e os espirituais). A lista dos valores políticos ambientalistas apresentados por Galtung e Paehlke, não diferem muito dos já vistos, embora as vezes sejam expressados em outros termos.<sup>(14)</sup> Para melhor perceber as interações dos verdes com as restantes forças político-ideológicas reproduzo a seguir o esquema de Galtung.<sup>(15)</sup>



### ***Quadro 2: Relações entre os valores políticos, segundo Galtung***

As diferentes distâncias entre os quatro pontos do quadro anterior permitem entender que, para Galtung, o eixo de maior oposição encontra-se entre os pardos (violentos, centralizadores, autoritários, etc.) e os verdes. A opção vermelha corresponde à ideologia genérica das forças socialdemocrata-socialista-comunista, nas quais o Estado recebe um papel dominante em comparação com o do mercado. Vice-versa, a opção azul, onde o papel principal é dado ao mercado, se expressa na ideologia das forças liberal-capitalista. Segundo Galtung, no mundo bipolar dos anos 70 e 80, tanto os pardos como os verdes tinham supostamente equivalentes possibilidades de fazer alianças com os azuis e os vermelhos (obscurecendo e verdificando ambos lados do quadro). É evidente que a queda do bloco socialista e o fim da Guerra Fria tornaram bastante anacrônico um esquema de polaridade equivalente entre azuis e vermelhos, mas não por isso o quadro perdeu validade. De fato, a relativa diluição daquela polaridade aumenta mais ainda a importância da alternativa, colocada pelo eixo pardos-verdes, entre um modelo anti-ambientalista e outro ambientalista.<sup>(16)</sup>

Tratando de pensar a condição política do ambientalismo caberia então ver suas relações com as tradicionais ideologias liberal, conservadora e socialista, na medida que os esquemas oferecidos introduzem um enfoque bi-dimensional, em vez do usual unidimensional. Como Max Weber tinha antecipado, não existe dúvida que o principal debate político neste século gira em torno dos papéis do Estado e do mercado.<sup>(17)</sup> Deste modo, é possível representar as diversas alternativas ideológicas (unidimensionais) da modernidade ao longo de um único eixo contínuo (horizontal). Por um lado, partindo de posições muito estatistas (comunismo), indo em direção ao centro na medida que aumenta o papel do mercado (socialdemocracia). Do mesmo modo, e pelo lado contrário, partindo do livre-mercado (liberalismo ou neoliberalismo), indo em direção ao centro, passando por posições mais ou menos conservadores, na medida que aumenta o papel do Estado. Relativamente no centro, como um exemplo de compromisso entre ambos lados do es-

pectro, situam-se algumas experiências keynesianas e/ou populistas. Esse espectro de posições constitui o núcleo do paradigma ideológico da modernidade atuante no século XX.

Em contraposição a esse repertório de propostas, os verdes postulam suas políticas desde a perspectiva da sociedade civil, no sentido de que estas exigem aos cidadãos assumir o maior grau de autocontrole possível de suas vidas social e política. Uma política congruente com os valores verdes apresentados anteriormente (ecologia, justiça social, democracia participativa, não-violência, feminismo e espiritualidade) é impossível de ser imaginada de forma funcional às lógicas do Estado ou do mercado. A política verde supõe que os seres humanos recuperem a soberania sobre a sociedade e a natureza. A racionalidade ecológica não pode brotar espontaneamente dos sistemas econômico e político vigentes. Seguindo a Habermas e a Luhmann (ainda que por diversas razões), acredito que seria inviável realizar um programa coerente de políticas ambientalistas a partir de um modelo de sociedade auto-regulada sistemicamente, independentemente da participação consciente e permanente de seus cidadãos. Não é este o lugar para dar conta do debate entre Luhmann e Habermas sobre os limites e possibilidades abertas à política pelo conceito de sistema. Interessa somente dizer que, apesar de ambos compreenderem a sociedade moderna a partir desse conceito, Luhmann critica convincentemente as expectativas exageradas depositadas na política, negando a possibilidade de regular a sociedade em função de critérios estritamente ecológicos e/ou éticos em geral, enquanto a noção habermasiana do mundo da vida constitui uma fonte de racionalidade comunicativa que explica adequadamente as práticas do ambientalismo.<sup>(18)</sup>

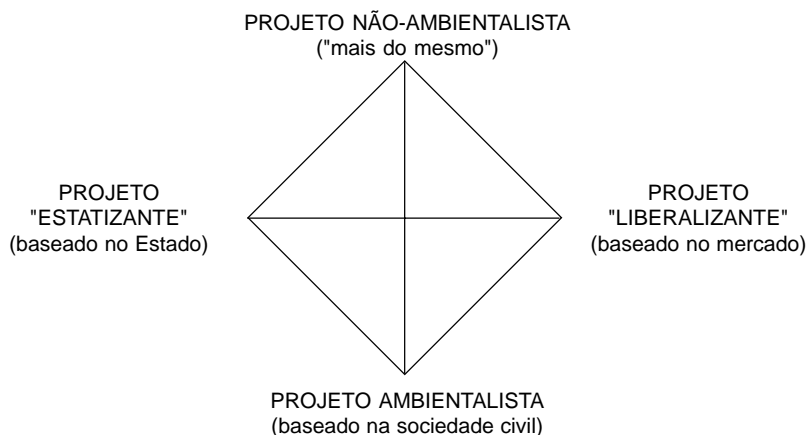
Morin lembra que os princípios da política verde são complexos e comportam incertezas e/ou antagonismos que levariam ao impasse a uma ação pensada exclusivamente do ponto de vista instrumental.<sup>(19)</sup> De fato, eles comportam finalidades que são conservadoras, por um lado, e revolucionárias, por outro. Se, por exemplo, alguns valores orientam a ação para conservar a diversidade biológica e nossas heranças culturais, outros a orientam para revolucionar as relações sociais e políticas existentes. Esse duplo imperativo conservar/revolucionar é paradoxal se observado do ponto de vista racional-instrumental. No primeiro capítulo foi comentado que a complexidade dos problemas ambientais obriga a fazer numerosas trocas e negociações (*trades-off*) entre os diversos atores sociais e políticos envolvidos. As finalidades da política verde, que obrigam a conservar algumas coisas e revolucionar outras ao mesmo tempo, sinalizam a necessidade de que esses *trades-off* sejam pensados dialogicamente e não apenas instrumentalmente.

Uma vez quebrado o tabu da matriz ideológica dominante, os valores ambientalistas geraram uma orientação que, além de não ser nem de esquerda nem de direita, tinha desenvolvido fortes laços tanto em um como em outro lado do espectro. A ideologia e a prática política ambientalista se constituíram assim de forma eclética e pragmática.<sup>(20)</sup> De forma contrária à homogeneidade das tradições de esquerda e direita, o ambientalismo se nutre de um amplo leque de opções de diferentes signos. Assim, as políticas do ambientalismo podem combinar orientações a fa-

vor de privatizações como de nacionalizações, do mesmo modo que podem ser a favor de aumentar as despesas do Estado em algumas áreas e diminuí-las em outras ou de liberar o mercado para alguns produtos e regulá-lo para outros.

Esse pragmatismo ambientalista se explica não apenas pela particularidade dos valores de seu imaginário, mas também pelas características da problemática ambiental. Problemática que levou ao ambientalismo a interessar-se não apenas pelas questões específicas de sua própria agenda, mas praticamente pelo conjunto de políticas e problemas colocados em pauta. A política do ambientalismo não deve então entender-se como referida apenas a determinados objetivos, já que a complexidade dos mesmos levou aos atores a ter que envolver-se também na produção dos meios (técnicos, políticos e culturais, em sentido amplo) para sua realização. Deve ficar claro que decidir uma política ambiental supõe mais do que escolher meios técnicos, supõe também a imposição de certos valores e idéias sobre o que está certo e errado. Uma política destinada a enfrentar um problema de poluição leva, por exemplo, a ter que decidir sobre complexos temas político-éticos de justiça distributiva.

Talvez o resultado mais expressivo da emergência política do ambientalismo tenha sido substituir um debate de tipo unidimensional por outro bidimensional.<sup>(21)</sup> A distância do ambientalismo, em relação ao debate entre esquerda e direita, não quer dizer que este último deva considerar-se irrelevante, mas que deveria ser recontextualizado dentro do debate mais amplo entre as posições ambientalistas e não-ambientalistas. Vice-versa, deve assumir-se que o ambientalismo tem condições de selecionar, absorver e resignificar diversos aspectos dos imaginários tanto da esquerda como da direita. Melhorando o esquema anterior de Galtung, no seguinte quadro mostram-se as diversas bases de sustentação dos projetos políticos, de acordo com a visão recém apresentada do ambientalismo.



**Quadro 3: Projetos políticos e suas bases**

O projeto ambientalista supõe então que nem as estratégias da esquerda, nem as da direita (que privilegiam os atores pertencentes ao Estado e ao mercado, respectivamente) são capazes de compensar a falta de racionalidade ecológica das sociedades modernas. Mas como nenhum projeto político pode prescindir do Estado ou do mercado os processos de democratização tornam-se essenciais para o projeto ambientalista. Partindo de uma perspectiva política democrática é possível imaginar uma maior regulação comunicativa da vida social que opere como verdadeiro contrapeso frente à regulação sistêmica das forças do Estado e do mercado. Esta é a razão que explica porque a maioria dos atores ambientalistas fazem uma clara opção a favor da democracia.

Advirta-se que fala-se aqui não tanto da democracia liberal representativa, entendida como sistema político com formas de ação imediatistas e códigos utilitários predefinidos que dificultam (e até impedem) sua ecologização,<sup>(22)</sup> mas de democratização, a qual deve ser entendida como um processo de formação de vontade pública consistente e efetivo, a partir de uma participação política de tipo horizontal. Arendt e Habermas fornecem contribuições fundamentais para compreender esse processo. Não é possível entrar nos detalhes das teorias deste autores sobre o espaço público, mas interessa apontar que o declínio desta esfera, segundo eles, se corresponde com a crescente importância dos sistemas de necessidades econômicas dos indivíduos.<sup>(23)</sup> A democratização na sociedade contemporânea pode (e deve) ser vista como o crescimento de uma esfera pública autônoma, capaz de recolocar no debate valores e interesses universais. Independentemente das diferenças que possam encontrar os diversos autores no funcionamento da esfera pública, não resta dúvida que as práticas de muitos ambientalistas se orientam para um uso intenso daquela. Deste modo, parece razoável acreditar que o futuro do ambientalismo está em parte atrelado às possibilidades que se derivem da esfera pública, assim como da existência de uma sociedade civil fortemente estruturada.

## II

Embora as forças políticas verdes tenham alcançado maturidade nos anos 80, quase uma década após a conferência de Estocolmo-72, sua ideologia foi o caldo de cultivo que propiciou o rápido e profundo impacto desta conferência sobre a opinião pública e o sistema político internacional. Uma força que não estava “nem a direita, nem a esquerda, mas na frente” tinha a desvantagem de criticar a todos, mas também tinha a vantagem de não ser inimigo declarado de ninguém. Essas características, do ponto de vista ideológico, pareceriam inclinar a balança no sentido contrário à possibilidade de criar um consenso fundacional capaz de dar origem a um partido. Mas a forte inclinação do ambientalismo para o diálogo público e aberto acabou inclinando a balança exatamente para o outro lado.

O processo de constituição e ascensão dos verdes são um claro exemplo da íntima relação do ambientalismo político com a esfera pública. Em janeiro de 1980

foi fundado o Partido Verde alemão (Die Grunen). Apenas três anos depois o parlamento alemão tinha 27 representantes verdes. Como foi possível tal façanha? Observando a ampla diversidade das vertentes que convergiram nos verdes deveremos concluir que unicamente um diálogo não menos amplo seria capaz de criar um partido em tais condições. O fato é que partido nasceu de uma complexa rede de organizações de cidadãos orientados para o ambientalismo que atraiu a conservadores preocupados pela proteção do meio ambiente, a cristãos preocupados pela destruição da Criação, a liberais preocupados pelos riscos tecnológicos, a socialistas preocupados pelos efeitos residuais do capitalismo, além de um grande número de grupos alternativos e anarquistas.<sup>(24)</sup> Si todos esses setores podiam trabalhar juntos, ultrapassando em pouco tempo a barreira dos 5% dos votos que exige a legislação para um partido estar representado no parlamento, foi porque na sociedade existia uma mudança em direção a valores ambientalistas, e também porque esses valores e os problemas ambientais eram especialmente aptos para gerar consensos em sociedades com um espaço público relativamente estabelecido.

A explicação mais comum da literatura sobre o rápido ascenso dos partidos verdes consiste em vincular esse surgimento ao fracasso dos outros partidos e/ou do sistema político existente em cada país para tratar da questão ambiental.<sup>(25)</sup> Não me parece que este seja exatamente o caso dos partidos alemães, os quais não levaram muito tempo em começar a responder aos problemas ambientais. De fato, aquela explicação não parece ser adequada na maioria dos casos. Em todos os países onde existe um ambientalismo com significativa expressão política encontramos que a condição para esse surgimento foi muito mais a existência de um espaço público consolidado, do que o fracasso de seus partidos tradicionais para abordar o tema ambiental. Obviamente, sem o surgimento de novos valores e movimentos no seio da sociedade civil não se pode esperar que surjam partidos verdes ou políticas ambientais. Mas, sem um espaço público consolidado capaz de permitir o encontro e o diálogo entre os diversos setores que se interessam pelos novos valores e problemas, o ambientalismo encontrará grandes obstáculos para seu desenvolvimento político. Não é uma simples coincidência que o ambientalismo, nos anos 70 e 80, tenha tido uma relativamente forte projeção política em Europa e os Estados Unidos, comparada com uma mais moderada em América Latina e outra praticamente inexistente nos países socialistas e na maior parte das ditaduras do qualquer tipo.<sup>(26)</sup>

Embora na Alemanha o partido verde tenha tido maior destaque que em outros lugares, houve muitos outros casos (a maioria europeus) com um impacto relativamente equivalente. O primeiro partido ambientalista (ainda que não levasse o nome verde) foi fundado em 1972, em Nova Zelândia. Logo vieram o partido verde inglês, fundado em 1973, e o francês, em 1974. Um pouco depois, foram fundados partidos verdes em Bélgica (1978), em Suíça (1979), em Finlândia (1980), em Suécia (1981), em Áustria (1982), em Holanda (1983), seguindo a esses muitos outros partidos fundados na segunda metade da década de 80 (Brasil, Itália, Estados Unidos, Canadá, Espanha, etc.).<sup>(27)</sup>

Interessa agora observar que todos esses partidos, entre cinco e dez anos após sua fundação, tinham praticamente fracassado como alternativas de poder importantes dentro do esquema partidário de seus respectivos países. Na década de 90, praticamente nenhum partido verde atraiu demasiado a atenção pública e eram escassos seus representantes nos parlamentos. Mas não por isso a questão ambiental tinha desaparecido do cenário político ou perdido importância. Pelo contrário, a Conferência Rio-92 demonstraria que a agenda política ambiental já estava firmemente consolidada nesses anos. Precisamente, isto deve interpretar-se como uma confirmação do ambientalismo como movimento histórico-vital, composto por um quadro de forças de diferente tipo, mas com uma relação sinérgica entre elas. O qual permite o deslocamento e circulação do debate e da ação ambientalista pelos vários setores da sociedade, sem cristalizar em nenhum deles, focalizando-os apenas no tempo de duração de sua emergência histórica.

A politização do ambientalismo incluiu tanto o surgimento dos partidos verdes como a institucionalização de órgãos governamentais de meio ambiente e políticas públicas para essa área nos diversos países. Isto aconteceu nos anos 70 e 80, recebendo um forte impulso dos setores que tinham se ambientalizado anteriormente. Nas próximas décadas, o benefício desse impulso ambientalista passará para novos setores da sociedade. Não resta dúvida que, entre outros fatores, onde o espaço público estava melhor instituído, ele se transformava em um eficiente canal para a circulação dessa energia. Aqueles países que não tinham um espaço público suficientemente desenvolvido seriam os que mais se beneficiariam da Conferência de Estocolmo-72. A tentativa para definir uma agenda internacional sobre problemas ambientais iria a produzir o surgimento de um espaço público mundial que, por sua vez, se constituiria num grande facilitador da circulação da energia ambientalista no interior das diferentes nações.

### III

Para perceber o salto do ambientalismo a partir de Estocolmo-72, pode-se comparar o número de países que tinham programas ambientais antes e depois da conferência. Em 1971, apenas 12 países contavam com agências estatais para cuidar do meio ambiente.<sup>(28)</sup> Dez anos depois, mais de 140 países tinham criado órgãos administrativos nessa área.<sup>(29)</sup> Considerando que estiveram presentes na conferência apenas 113 países (entre eles a China, recém aceita na ONU, mas deixaram de comparecer à reunião a URSS e outros países socialistas, em protesto contra a exclusão de Alemanha Oriental), o elevado número de países que aderiram rapidamente ao espírito de Estocolmo permite comprovar o grau de penetração alcançado pelo ambientalismo no sistema político.

Se antes de Estocolmo a maioria dos países que tinha agências ambientais eram desenvolvidos, depois teremos uma relação quase proporcional entre os mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos. Mas o rápido crescimento das agências



governamentais ambientais não quer dizer que os respectivos governos estavam realmente interessados em tratar do tema a fundo.<sup>(30)</sup> Muitos países criaram organismos ambientais pobremente equipados e com poderes de ação bastante limitados. A rigor, uma grande maioria de países do Sul, incluindo alguns do Norte, criaram essas instâncias para responder a uma demanda internacional que, em muitos casos, ainda não tinha penetrado profundamente em suas próprias sociedades civis. Estocolmo não deu soluções para os problemas que a convocaram, mas seu papel mais importante não deve ser buscado aqui senão na legitimação política mundial da questão ambiental. Nos países onde existiam demandas preexistentes, talvez seu papel não tenha sido tão decisivo como naqueles onde a questão ambiental era praticamente ignorada. Países como Índia e Brasil, por exemplo, foram abertamente contrários a dar-lhe ao meio ambiente um lugar privilegiado na agenda internacional.<sup>(31)</sup> A reação dos países mais pobres chegou ao ponto de acusar aos mais ricos de querer impor um novo colonialismo.<sup>(32)</sup> Já foi mencionado anteriormente que os relatórios do Clube de Roma, em torno da necessidade do crescimento zero, tinham criado uma forte desconfiança nos países do Sul, que chegaram a pensar que levantando as bandeiras ambientalistas estava-se atentando contra seu próprio desenvolvimento. Apesar das desconfianças (que eram realmente descabidas, já que o enorme crescimento da dívida externa dos países menos desenvolvidos naqueles anos mostra que ninguém estava mais interessado que os países ricos em “ajudar” o desenvolvimento dos pobres), os resultados alcançados foram inesperadamente positivos.

O conceito de meio ambiente proposto inicialmente na agenda de Estocolmo não fazia referências a questões que não fossem ecológicas em sentido estrito, mas foi precisamente a partir da reação dos países do Sul que acabou mudando-se o conteúdo dessa noção para englobar também a problemas como a fome e a pobreza.<sup>(33)</sup> Comparando os avanços dos consensos Norte-Sul em questões ambientais e econômicas detectam-se notáveis diferenças. Fica claro nessa comparação que, assim como a nova ordem econômica internacional é mais um monólogo que um diálogo Norte-Sul, em matéria ambiental, pelo contrário, as preocupações e posições dos países do Sul são muito mais atendidas e conseguem chegar muito mais facilmente ao documento final fruto da negociação.<sup>(34)</sup> Isto é possível pela condição ético-comunicativa do ambientalismo, a qual favorece e permite uma utilização intensa de outros espaços que não apenas os definidos pelos governos. Nos anos 70, enquanto os encontros para tratar das questões econômicas se faziam exclusivamente através de representantes dos governos, em Estocolmo (antecipando claramente o que depois iria a ser um dos traços mais notáveis de Rio-92), a conferência oficial estava marcada pelo debate e ação ambientalista da sociedade civil mundial. Tanto estava isto presente, que os setores do ambientalismo que já tinham emergido no cenário público internacional (principalmente cientistas e não-governamentais) fizeram várias reuniões paralelas à conferência oficial.

Foi em Estocolmo a primeira vez que as organizações não-governamentais se destacaram ostensivamente em um grande encontro internacional. Mais de qua-

trocentas ONGs acudiram a um fórum ambiental que foi reconhecido como tal pela ONU e funcionou simultaneamente com a conferência oficial.<sup>(35)</sup> Apesar do anterior e a diferença do que depois aconteceria no Rio de Janeiro, o trabalho do setor ambientalista não-governamental não pesou tanto sobre os governos como o setor dos cientistas. Barbara Ward e René Dubos foram encarregados por Maurice Strong, secretário da conferência, de preparar um relatório não oficial (mais tarde publicado com o título de *Only One Earth*) para orientar os trabalhos dos delegados de Estocolmo.<sup>(36)</sup> Os relatores solicitaram a colaboração de 152 consultores científicos e *experts* para tratar dos principais temas da conferência, produzindo finalmente um texto um pouco retórico mas que foi bem recebido pelos participantes da conferência. Como sugere seu título, o texto concentrou seu apelo na necessidade de adotar políticas globais (em vez de nacionais), dada a interdependência planetária de todos os seres vivos. Outro mérito importante do documento residia em que, embora se pediam soluções globais, foram discriminados os problemas ambientais que afetavam aos países mais desenvolvidos e aos menos desenvolvidos. Contaminação, consumismo, mau uso do solo, pressão sobre os recursos naturais, etc., eram características do primeiro grupo; pressões populacionais, os problemas da Revolução Verde, crescimento urbano, etc., eram características do segundo grupo.<sup>(37)</sup>

No momento resultou difícil à maioria dos participantes perceber a importância dos acontecimentos que estavam vivendo, embora fosse a primeira vez que o meio ambiente estava sendo discutido em uma reunião de governos como tema principal da agenda. Mas observando o impacto da conferência sobre os países menos desenvolvidos (que os levaria a ter que definir políticas e instituições para o meio ambiente) e, sobretudo, o surgimento de um novo consenso global, comprova-se que o avanço conseguido foi enorme. Os países desenvolvidos tinham ido a Estocolmo decididos a discutir os problemas ambientais vinculados a poluição industrial e a conservação dos recursos naturais, assim como os países menos desenvolvidos (entre os quais os mais ativos foram Brasil e China) não estavam dispostos a falar de meio ambiente a não ser para reivindicar seu direito ao uso de seus recursos naturais para alcançar um maior desenvolvimento econômico. Esses pontos de vista inicialmente dicotômicos foram discutidos e balançados até que (para surpresa de muitos, inclusive do próprio Maurice Strong) se chegou a um consenso. Considerando o escasso tempo disponível para chegar a esse consenso e as dificuldades colocadas por alguns países (basta lembrar, por exemplo, que a delegação da China queria incluir no texto final que o meio ambiente estava sendo ameaçado pelo “pilhagem do imperialismo”) se pode concluir que os problemas ambientais apontam para uma outra concepção da política internacional, onde os diferentes interesses nacionais e ideológicos não impedem a obtenção de consensos globais.<sup>(38)</sup>

Embora as resoluções de Estocolmo não passaram de declarações de intenções que não continham cláusulas de cumprimento legal obrigatório, o consenso foi tão inspirado que legitimou o ingresso do ambientalismo no plano político, abrindo espaço para que as demandas e valores que estavam emergindo na sociedade civil

começassem a ser abordadas pelos Estados. Ainda era muito cedo para falar de desenvolvimento sustentável, mas os acordos de Estocolmo abriram a porta para as necessidades dos países pobres e, assim sendo, obrigaram a pensar uma aproximação entre desenvolvimento e meio ambiente.

#### IV

Apesar da significativa convergência do ambientalismo com a democracia, o impacto mais significativo da crise ecológica sobre a teoria política, produzida nos anos 70 e 80, opera paradoxalmente em outra direção. Partindo da hipótese da escassez dos recursos naturais, num contexto fortemente influenciado pela crise provocada pela sorpresiva alça artificial dos preços do petróleo em 1974, os autores mais importantes que se ocuparam da teoria política ambiental apontaram para uma solução dos problemas através da centralização do poder e a imposição de controles autoritários (inclusive em sociedades de tradição democrática liberal).<sup>(39)</sup>

Obviamente, a resposta eco-autoritária (como habitualmente é chamada) não pode ser considerada a única teoricamente consistente, mas é verdade que assim como os ativistas inclinam-se mais pela politização da ecologia através dos caminhos que abre a democracia, os analistas parecem querer contradizê-los assinalando que, em época de crise, se deve atender aos ensinamentos de Platão e Hobbes. É sabido que este último, ao referir-se ao Estado de Natureza, chama a atenção para os perigos que se derivam do fato dos homens desejarem uma mesma coisa, ao mesmo tempo.<sup>(40)</sup> Sendo impossível que essa coisa seja gozada por ambos, eles tornam-se inimigos. A igualdade e a liberdade próprias da natureza humana, caso não sejam submetidas ao poder de um soberano absoluto (o Leviatã), deixam os homens à mercê da escassez, a qual os leva à guerra. Vale a pena observar que a importância do problema da escassez para a instauração de uma autoridade fortemente centralizada é um tema mais de Hobbes que de Platão. Este último vê a necessidade de uma ordem centralizada muito mais na corrupção do que na escassez. Em geral, a escassez é um tema destacado por todos os pensadores modernos, e não apenas por aqueles da vertente autoritária. Por exemplo, vindo do lado contrário a Hobbes, Tocqueville indicou claramente que a democracia (na América) se apoiava não apenas no amor à igualdade e a liberdade de seus habitantes, mas também na abundância de terra (o seja, na ausência da escassez).<sup>(41)</sup>

Os primeiros que teorizaram politicamente a crise ecológica (G. Hardin, R. Heilbroner, W. Ophuls e outros) partiram, assim, de um duplo suposto: dos limites do crescimento, estabelecidos pelas ciências naturais para o desenvolvimento econômico, por um lado, e dos limites da ordem política em situações de escassez, estabelecidos pelos clássicos do pensamento moderno, por outro lado. De acordo com Heilbroner e Ophuls, o rápido crescimento da população, a diminuição dos recursos naturais, a contaminação dos ecossistemas e a urgência dos problemas ambientais (alem de outros problemas, como o perigo nuclear) obrigam a pensar

em mudanças radicais do sistema político vigente num sentido de maior concentração do poder estatal.<sup>(42)</sup>

Anos antes, Hardin (num trabalho que talvez seja o mais citado da história das idéias políticas ecológicas), partindo de uma matriz racional da ação coletiva, tinha comparado o drama da escassez ecológica do século XX com a situação dos aldeões ingleses do século XVIII, que tinham abusado das terras de pastagem de propriedade comum, perseguindo seu próprio interesse individual. Hardin denomina essa situação de tragédia dos bens comuns (*tragedy of the commons*).<sup>(43)</sup> Nesse caso, a tragédia acontece porque cada ator, comportando-se racionalmente, não pode evitar a destruição dos bens que não pertencem a ninguém individualmente. Se alguém guia sua ação pelo interesse coletivo, no meio ou longo prazo seria prejudicado e ficaria excluído do sistema social, sem por isso ter conseguido evitar a escassez dos bens comuns, dado que os restantes atores continuariam maximizando seus interesses individuais.

Seguindo a Hardin, Heilbroner e Ophuls descrevem a tragédia da escassez como inevitável, se as regras do presente continuassem a ser as mesmas que as do passado. Os três concordam que qualquer estratégia baseada na consciência individual dos danos ao meio ambiente não poderia impedir que a maioria dos indivíduos continue orientando suas ações para a realização de desejos e apetites egoístas (independentemente de suas consequências degradantes para o meio ambiente).<sup>(44)</sup> Situando-se claramente na linha de pensamento de autores como Hobbes, eles afirmam que as paixões dos homens necessitam de controles externos para que seja possível produzir as melhores condições de existência para a sociedade humana.

Referindo-se às instituições norte-americanas (mas, por extensão, à democracia dos países industrializados), Ophuls afirma que as mesmas não tem condições de enfrentar à escassez ecológica. Esta geraria pressões que obrigariam a pensar saídas hobbesianas, na medida que o sistema democrático-liberal funciona bem apenas quando os atores conseguem estabelecer um sistema de custo e benefício que relacione, no curto prazo, os interesses envolvidos com os problemas colocados em pauta (questão que dificilmente acontece com os problemas ambientais, os quais se colocam geralmente no longo prazo e afetam difusamente à população).<sup>(45)</sup> De acordo com Ophuls, a política da escassez deve inspirar-se não apenas em Hobbes, mas também em outros autores clássicos como Platão, já que numa época super-tecnológica, o comando do Estado deve dar-se a uma nova elite de guardiões tecnocráticos.<sup>(46)</sup>

Se na visão elitista de Ophuls existe ainda lugar para perspectivas otimistas da natureza humana, as quais permitiriam sair da crise ecológica sem custos excessivamente altos para os sistemas políticos existentes, as posições de Heilbroner remetem a um maior pessimismo. Ele parte do suposto que as pessoas, em nenhuma hipótese, aceitarão abrir mão de seus privilégios para realizar os sacrifícios exigidos pelos problemas ecológicos, de modo tal que a solução autoritária é uma condição para a sobrevivência da espécie humana. As mudanças institucionais requeridas são tão fortes que, na sua opinião excederiam inclusive às possibilidades oferecidas pelo autoritarismo dos regimes socialistas.<sup>(47)</sup>

Embora o pensamento de Hardin suponha um menor grau de intervencionismo nas instituições existentes, que o de Heilbroner ou de Ophuls, os três concordam claramente em que devem aumentar-se os poderes do Estado e diminuir-se significativamente a liberdade dos cidadãos. Em nada diminui a ênfase centralizadora desse pensamento, apelar para a necessidade de estabelecer um novo contrato ecológico (como faz Ophuls), já que o mesmo só poderá basear-se na premissa da escassez hobbesiana e não na sua oposta de abundância.<sup>(48)</sup> Se o fundamento indiscutido da democracia é o autogoverno dos cidadãos,<sup>(49)</sup> não resta dúvida que, nos anos 70 e 80, as expressões que vem de organizações da sociedade civil reivindicam mais democracia, contrastando, de modo geral, com as preocupações dos cientistas que apelam para saídas mais autoritárias e/ou centralizadoras. Obviamente, essa circunstância está contextualizada na visão catastrofista que influenciou fortemente o debate daqueles anos, mas ela também reflete uma visão pouco complexa da problemática ambiental, tanto como uma percepção valorativamente neutra (e simplificada) do papel da técnica e da tecnocracia, numa fase do ambientalismo em que este não estava ainda plenamente constituído como movimento multisetorial-vital (e, portanto, não tinha ainda desenvolvido uma crítica integral à sociedade moderna).

Acredito que as visões de Hardin, Heilbroner e Ophuls não devam ser interpretadas apenas como autoritárias, mas também como tecno-burocráticas. Esses autores pressupõem que o processo de expansão do poder burocrático do Estado, nos séculos XIX e XX, deve ser retomado e ampliado a fim de poder tomar conta da crise ecológica. Mas cabe aqui levantar vários interrogantes. Nenhum dos autores mencionados demonstra que as instituições burocráticas, que são altamente eficientes no atencção de questões onde os objetivos (e os meios) estão perfeitamente definidos, tenham a mesma eficiência para atender problemas complexos. De fato, as políticas públicas sobre temas ambientais complexos tem se caracterizado mais pelo fracasso que pelo sucesso.<sup>(50)</sup> Do mesmo modo, não discutem a reivindicação de neutralidade dos *experts* e técnicos governamentais, nem demonstram que suas rotinas e valores sejam os mais apropriados para gerar governabilidade e equidade para as soluções que eventualmente possam definir-se. É evidente que os supostos que permitem levantar a hipótese da governabilidade burocrática-centralizada se sustenta no sucesso que o Estado tem alcançado no passado na promoção da industrialização ou na organização da guerra. Mas é altamente discutível que a complexidade desses problemas em relação ao meio ambiente seja equivalente. É também duvidoso que a burocracia estatal, tradicionalmente representante de forças unidimensionais, sejam modernizadoras ou conservadoras, possa assumir o grau de criatividade e pluralidade de enfoques que demanda a questão ambiental.

Ainda que fosse possível imaginar uma substituição das atuais elites políticas por outras, dispostas a ecologizar radicalmente as instituições, continua sendo difícil imaginar a legitimação dessas novas elites no longo prazo, como supõem implicitamente os autores mencionados. Para que um Estado centralizado e autoritário consiga ganhar legitimidade com a proteção ambiental teria que produzir também im-

portantes mudanças culturais, capazes de obrigar às atuais elites a postergar indefinidamente a satisfação de seus interesses imediatos. Em última instância, tal como é colocada por esses autores, a perspectiva burocrática-elitista enfrenta os mesmos problemas que a democrática-participativa, já que nos dois casos teriam que produzir-se condições materiais e culturais (impossíveis de prever no momento) capazes de permitir a legitimação de uma nova minoria (no primeiro caso) e de uma nova maioria (no segundo caso). Em política, as urgências devem considerar-se tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo. Neste caso, a urgência ecológica reclamada por esses teóricos, embora fosse considerada objetiva, não por isso é percebida subjetivamente como tal pelas elites ou pela maioria da população.

Concordo com Hardin, Heilbroner e Ophuls que a escassez ecológica introduz um problema fundamental para a teoria democrática liberal contemporânea. Mas esses autores parecem não perceber que a questão ambiental introduz um problema decisivo para toda a teoria política contemporânea e não apenas para a teoria democrática liberal.<sup>(1)</sup> Uma visão mais compreensiva da teoria política, estabelecida a partir da questão ambiental, não poderá vir de uma readaptação de conceitos tradicionais (como esses autores defendem implicitamente) mas de uma reconceitualização e transformação da própria política e, o que é mais importante ainda, de uma crítica profunda ao dualismo implícito na política contemporânea, que trata à humanidade e à natureza como entidade separadas e diferentes. O pensamento desses autores sugere que não existe possibilidade alguma da sociedade ter uma participação mais orgânica com a natureza. Se a solução política oferecida por eles para o problema ecológico implica, em última instância, em mais coerção é porque eles colocam implicitamente aos cientistas “fora” da natureza e da sociedade, como espectadores capazes de entender racionalmente o que está acontecendo e, portanto, o que deve ser feito. Acredito que este argumento é falacioso, dado que a relação sociedade-natureza não pode ser transformada numa coisa passiva, esperando ser controlada pela ciência, esquecendo seu lado *wild*, imprevisível e não-racional e, portanto, incontrolável.

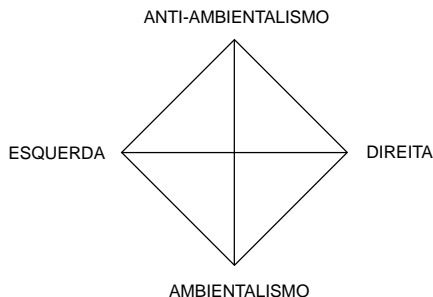
De qualquer forma, a importância dos argumentos de Hardin, Heilbroner e Ophuls estão fora de discussão. Os mesmos não podem ser subestimados nem entendidos como uma aberração. As perspectivas eco-democrática, mais normativa e utópica, e a eco-autoritária, mais realista e centralizadora-tecnocrática, constituem tendências que devem ser pensadas de forma complementar e não excludente.<sup>(2)</sup>

#### NOTAS:

(1) PAEHLKE, Robert C. 1989. *Environmentalism and the Future of Progressive Politics*. Londres, Yale University Press, p. 1.

(2) DOWNS, Anthony. 1972. “Up and Down with Ecology: The ‘Issue-Attention’ Cycle”, *The Public Interest*, No. 28.

- (3) SANDBACH, Francis. 1980. *Environment: Ideology and Policy*. Oxford, Basil Blackwell, pp. 31 e ss.
- (4) PAEHLKE, Robert C. 1989. op. cit., p. 3.
- (5) LEIS, Héctor R. 1996. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo-Blumenau, Editoras GAIA- FURB (ver cap. 4).
- (6) São muitos os autores que tem trabalhado este aspecto. Talvez os mais destacados sejam: SPRETNAK, Charlene e CAPRA, Fritjof. 1984. *Green Politics*. Santa Fe, Dutton; PAEHLKE, Robert C. 1989. op. cit.; GALTUNG, Johan. 1983. "Los azules y los rojos; los verdes y los pardos: una evaluación de movimientos políticos alternativos", *Alternativas*, No. 1., pp. 67-98.
- (7) O conceito de "ideologia" é tomado aqui em seu sentido mais singelo como um conjunto de idéias e valores políticos.
- (8) GUNNEL, John G. 1981. *Teoria Política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 100.
- (9) Na descrição desses princípios segue-se a SPRETNAK, Charlene e CAPRA, Fritjof. 1984, op. cit. pp. 30 e ss.
- (10) Este análise está inspirado em algumas das teses apresentadas em: POLANYI, K. 1980. *A Grande Transformação*, Rio de Janeiro, Campus. Para mais detalhes ver: LEIS, Héctor R. 1995. "Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial", em: VV.AA. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo, Cortez, pp. 28-32.
- (11) Não seria um socialista, mas um anarquista, o primeiro a assinalar o elo comum de solidariedade que articula às relações sociais e naturais, dando importantes pistas para entender hoje o caráter comum de ambos movimentos (ver: KROPOTKIN, P. A. 1978. *El Apoyo Mutuo: Un factor de la evolución*. Madri, Zero; e \_\_\_\_\_. 1980. *Campos, Fábricas y Talleres*. Madri, Jucar).
- (12) Esse lema ainda é utilizado por alguns grupos ambientalistas, mas hoje não é muito mais que uma rêmora do passado, vis-a-vis o grau de globalização alcançado pelo ambientalismo nos anos 90.
- (13) Cf. GANDHI, M. K. 1961. *Non-Violent Resistance (Satyagraha)*. Nova York, Schocken Books; THOREAU, H. D. 1962. *Walden and Other Writings*. Nova York, Bantam.
- (14) GALTUNG, Johan. 1983. op. cit. pp. 86-88; e PAEHLKE, Robert C. 1989. op. cit., pp 144-145.
- (15) GALTUNG, Johan. 1983. op. cit., p. 95.
- (16) Nesta linha se situam Paehlke e Cotgrove. Pouco depois de Galtung, esses autores desenharam (cada um por separado) outro quadro menos "colorido", tentando descrever a forte oposição entre a política atual e o ambientalismo:



(Ver: PAEHLKE, Robert C. 1989. op. cit., p. 190; e COTGROVE, Stephen. 1982. *Catastrophe or Cornucopia: The Environment, Politics and the Future*. Chichester, John Wiley & Sons, p. 112).

- (17) FRIBERG, M. e HETTNE, B. 1984. "El giro del mundo hacia el verde. Hacia un modelo no determinista de los procesos globales", em: VV.AA. *Adonde vamos? Cuatro visiones de la crisis mundial*. Rio Negro, Fundación Bariloche, p. 70.
- (18) Cf.: LUHMANN, N. 1986. *Fin y racionalidad en los sistemas*. Madri, Editora Nacional, pp. 399-445; e HABERMAS, J. 1984. *The Theory of Communicative Action*, Vol. II. Boston, Beacon Press. Para uma comparação de ambos autores em relação ao tema ecológico, ver: MÁRMORA, L. 1992. "A ecologia como Parâmetro das Relações Norte-Sul: A Atual Discussão Alemã em Torno do 'Desenvolvimento Sustentável'", *Contexto Internacional*, Vol. 14, No. 1, pp. 44-47.
- (19) MORIN, Edgar e KERN, A. B. 1995. *Terra-Pátria*. Porto Alegre, Sulina, pp. 105 e ss.
- (20) PAEHLKE, Robert C. 1989. op. cit., p. 276.
- (21) PAEHLKE, Robert C. 1989. op. cit., p. 190.
- (22) MÁRMORA, Leopoldo. 1992. op. cit., 45.
- (23) BENHABIB, Seyla. 1993. "Models of Public Space: Hannah Arendt, the Liberal Tradition, and Jürgen Habermas", em: CALHOUN, Craig (Org.), *Habermas and the Public Sphere*, Cambridge, MIT Press, pp. 74 e ss.
- (24) LIPPELT, Helmut. 1994. "La política verde en marcha en Alemania", em: GARCÍA-GUADILLA, María P. e BLAUERT, Jutta (Orgs.), *Retos para el desarrollo y la democracia*, Caracas, Nueva Sociedad, p. 153.
- (25) Para maiores comentários nesta perspectiva ver: McCORMICK, John. 1992. op. cit. p. 144.
- (26) Para uma comparação mais detalhada entre os ambientalismos dos países capitalistas desenvolvidos, não-desenvolvidos e socialistas, ver: VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor. R. 1991. "Desordem Global da Biosfera e Nova Ordem Internacional: O Papel Organizador do Ecologismo", em: LEIS, Héctor. R. (Org.). op. cit.; MULLER-ROMMEL, Ferdinand. 1985. "The Greens in Western Europe: similar but different", *International Political Science Review*, Vol.6, No. 4; e também os vários artigos de GARCÍA-GUADILLA, María P. e BLAUERT, Jutta (Orgs.). 1993. op. cit. Para o caso brasileiro ver: PADUA, J., 1990: "O Nascimento da Política Verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos", em: *Ciências Sociais Hoje, 1990*, ANPOCS.
- (27) McCORMICK, John. 1992. op. cit. pp. 140-141.
- (28) Esses países eram: Austrália, Grã-Bretanha, Canadá, França, Alemanha Ocidental, Índia, Japão, Quênia, Nova Zelândia, Singapura, Suíça e Estados Unidos.
- (29) WORLD ENVIRONMENT CENTER. 1983. *The World Environment Handbook*. Nova York, WEC, p. 53.
- (30) McCORMICK, John. 1992. op. cit. pp. 129.
- (31) Em relação à preocupação pelo meio ambiente, um delegado brasileiro falou da "filosofia calvinista que inspira aos países desenvolvidos" (ver: TAMAMES, Ramón. 1985. *Ecología y Desarrollo*. Madri, Alianza, p. 176) e um membro da delegação da Índia ironizou dizendo que "os países ricos estão preocupados com a fumaça dos carros e nós com a fome" (ver: GUIMARAES, R. 1986. "Ecopolitics in the Third World: an Institutional analysis of Environmental Management in Brazil", Tese de Doutorado, University of Connecticut).
- (32) Ainda muito anos depois de Estocolmo, os embaixadores brasileiros reproduziam esse preconceito. Ver um exemplo em: PERICAS NETO, B. 1989. "Meio Ambiente e Relações Internacionais", em: *Contexto Internacional*, No. 9.
- (33) TAMAMES, Ramón. 1985. op. cit. p. 176.
- (34) Para ver em forma detalhada os resultados das negociações sobre temas econômicos globais, mais ou menos nos mesmos anos de Estocolmo, ver: SID-AHMED, Abdelkader. 1981.



*Nord-Sud: Les enjeux. Théorie et pratique du nouvel ordre économique international.* Páris, Publisud, pp. 186 e ss.

(35) McCORMICK, John. 1992. op. cit. p. 107.

(36) Esse relatório foi publicado posteriormente como: WARD, B. e DUBOS, R. 1972. *Only One Earth.* Harmondsworth, Penguin.

(37) McCORMICK, John. 1992. op. cit. p. 104.

(38) HOLDGATE, Martin. 1982. "Beyond the Ideals and the Vision", *Uniterra*, No. 1, p. 2; GUIMARAES, R. 1986. "Ecopolitics in the Third World: an Institutional analysis of Environmental Management in Brazil", Tese de Doutorado, University of Connecticut, p. 145.

(39) ORR, David W. e HILL, Stuart. 1983. "El Leviatán, la Sociedad Abierta y la Crisis Ecológica", em: ORR, David W. (Org.), *Mundo y Ecología: Problemas y Perspectivas.* México, Fondo de Cultura Económica, p. 337.

(40) HOBBS, T. 1977. *Leviathan.* Indianapolis, Bobbs-Merrill, p. 104.

(41) TOCQUEVILLE, A. de. 1979. *A Democracia em America.* Em: JEFFERSON, Th. et al. *Escritos Políticos, etc.* São Paulo, Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), pp. 242 e ss.

(42) HEILBRONER, R. L. 1980. *An Inquiry into the Human Prospect.* Nova York, Norton; OPHULS, W. 1977. *Ecology and the Politics of Scarcity.* São Francisco, Freeman and Company.

(43) HARDIN, G. 1968. "The Tragedy of the Commons", *Science*, No. 162 (ver também, do mesmo autor: 1974. "Living on a Lifeboat", *Bioscience*, Vol. 24, No. 20).

(44) ORR, David W. e HILL, Stuart. 1983. op. cit., p. 339.

(45) OPHULS, W. 1977. op. cit., p. 227.

(46) OPHULS, W. 1977. op. cit., p. 160.

(47) HEILBRONER, R. L. 1980. op. cit., p. 91.

(48) ECKERSLEY, R. 1992. *Environmentalism and Political Theory: Toward an Ecocentric Approach.* Albany, SUNY, p. 16.

(49) Cf. DAHL, R. 1985. *A Preface to Economic Democracy.* Berkeley, University of California Press.

(50) DRYZEK, J. S. 1992. "Ecology and Discursive Democracy: Beyond Liberal Capitalism and the Administrative State", *Capitalism, Nature, Socialism*, Vol. 3/2, No. 10, p. 24.

(51) HOFFERT, Robert, W. "The Scarcity of Politics: Ophuls and Eastern Political Thought", *Environmental Ethics*, Vol. 8, Primavera 1986, p. 32. .

(52) BARRY, John. 1994. "The Limits of the Shallow and the Deep: Green Politics, Philosophy, and Praxis", *Environmental Politics*, Vol. 3, No. 3, pp.378.



# 8.

## O mercado e o desenvolvimento sustentável

### I

Foi o Secretario Geral de Estocolmo-72, Maurice Strong, quem usou por vez primeira, em 1973, a palavra ecodesenvolvimento para definir uma proposta de desenvolvimento ecologicamente orientado, capaz de impulsar os trabalhos do recém criado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).<sup>(1)</sup> Mas os princípios básicos do conceito foram formulados por Ignacy Sachs, pouco tempo depois, num artigo considerado clássico.<sup>(2)</sup> Inicialmente, o conceito foi pensado para as zonas rurais dos países pobres, a partir de uma estratégia anti-tecnocrática que valorizava os conhecimentos das comunidades locais para produzir uma gestão mais ecológica dos recursos.

Na concepção de Sachs, o ecodesenvolvimento se integrava com outros aspectos não estritamente ambientais para definir um verdadeiro desenvolvimento. Os principais desses aspectos eram a satisfação das necessidades humanas básicas, a solidariedade com as gerações futuras, a participação da população envolvida e o respeito às culturas nativas.<sup>(3)</sup> Mas esse conceito foi rapidamente ganhando uma visão complexa do mundo contemporâneo que lhe permitiu fazer uma dupla crítica. No campo das relações internacionais, o ecodesenvolvimento criticou o caráter das relações Norte-Sul, e no campo economico-cultural criticou o progresso gerado pela modernização industrial.

Muitas críticas já tinham sido feitas à idéia de progresso, antes de se começar a falar de ecodesenvolvimento. Nos anos 40, Horkheimer e Adorno tinham argumentado lucidamente que a Ilustração concebeu o progresso como dominação da natureza, o qual acabou trazendo efeitos desastrosos sobre as interações humanas.<sup>(4)</sup> A novidade dos anos 80 é que essa crítica parecia ter condições de sair da teoria para entrar na prática.

Até Estocolmo-72, a ampla maioria dos ambientalistas foi contra o crescimento econômico. Porém, depois de um período de transição de pouco mais de uma década, as coisas se inverteram. Os argumentos pareciam ter-se deslocado de lugar para ganhar outros significados. Agora, a maioria dos ambientalistas defendia o desenvolvimento econômico pensado de um modo sustentável para o meio ambiente. Isso levou a uma tentativa de resignificar o debate em muitos campos. Um exemplo disso foi a questão populacional. Se nos anos 60 era consenso entre os ambientalistas que o aumento populacional era um impedimento para o desenvolvimento econômico, agora a maioria afirmava que, pelo contrário, era a falta de desenvolvimento que incentivava dito aumento.<sup>(5)</sup> Em todas essas mudanças teve uma grande influência a Declaração de Cocoyac, em 1974, e o Relatório *Que Faire*, da Fundação Dag Hammarskjold, apresentado em 1975, que atualizam e expandem as reflexões de Sachs, embora sem retomar explicitamente o conceito de ecodesenvolvimento.<sup>(6)</sup> A Declaração de Cocoyac, resultado de uma Conferência conjunta da UNCTAD e UNEP (organizações das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento e para o Meio Ambiente, respectivamente), enfatizava várias hipóteses: a) a explosão populacional tem como uma das suas causas a pobreza; b) nos países subdesenvolvidos, a pobreza leva à destruição ambiental; e c) os países desenvolvidos contribuem para os problemas do subdesenvolvimento com seu exagerado consumo, sendo portanto indiretamente responsáveis da pobreza e destruição do meio ambiente dos países do Terceiro Mundo.<sup>(7)</sup>

As posições de Cocoyac foram reafirmadas num relatório da Fundação Dag Hammarskjold, que contou com a participação de pesquisadores e personalidades de 48 países. Esse relatório foi além outros documentos anteriores, colocando que os sistemas de poder existentes nas relações internacionais estavam intimamente relacionados com a degradação ecológica. O sistema colonial, por exemplo, concentrando a propriedade nas mãos de uma oligarquia (de europeus e/ou nativos) levou ao deslocamento de massas enormes de população e a devastação do meio ambiente. Cocoyac e *Que Faire* pareciam introduzir também uma forte dose de bom senso no debate ambientalista das décadas anteriores. As alternativas já não eram o apocalipse, por um lado, nem as soluções fáceis tecnológica-burocráticas, por outro lado. Tratava-se agora de avaliar cuidadosamente e equalizar os limites exteriores dos recursos naturais e os limites interiores de direitos humanos fundamentais.<sup>(8)</sup>

Nesse momento de transição coube um destacado papel aos Estados Unidos. Assim como os cientistas e a sociedade civil norte-americana reagiram muito mais rapidamente que seus similares do resto mundo, frente aos problemas ambientais locais e globais, também houve uma reação mais contundente do governo americano, quando comparado com outros governos. Nixon e Carter manifestaram claramente estar muito mais preocupados com o meio ambiente que qualquer outro chefe de Estado dos anos 70. Precisamente, foi Carter quem encomendou, em 1977, o estudo governamental mais relevante (e ambicioso) sobre os problemas ambientais globais (*The Global 2000 Report*).<sup>(9)</sup> O eixo da conclusão de Estocolmo-72 foi a com-

provação da existência de problemas ambientais globais urgentes. Mas foi no relatório solicitado por Carter que por primeira vez um governo reconheceu explicitamente que as mudanças necessárias para atender esses problemas ultrapassavam as capacidades de qualquer país isolado. Portanto, tornava-se necessário examinar a interdependência global, especialmente em relação aos temas de população, recursos naturais.<sup>(10)</sup> Pela primeira vez, emergia uma problemática no cenário internacional que obrigava a pensar em esforços de cooperação entre países desde uma perspectiva global e não de alianças ou blocos de poder. Isso fazia que não fosse tão paradoxal escutar ao governo de uma potência chamar a atenção para o fato de que, se não se alterava a tendência mundial, iriam aumentar as desigualdades entre as nações ricas e as pobres.

O caminho para o desenvolvimento sustentável estava aberto. Em 1983, a Assembleia Geral da ONU criou uma comissão independente para encontrar propostas inovadoras e realistas para harmonizar as questões de meio ambiente e desenvolvimento. O desafio ambiental chegava agora ao centro do dispositivo do sistema internacional. A economia mundial não podia mais isentar-se de levar em conta ao meio ambiente. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, organizada a partir da decisão da ONU, foi presidida por Gro Brundtland e estava composta por personalidades representativas de países com diferentes culturas, sistemas políticos e graus de desenvolvimento (a comissão tinha 23 membros, dos quais 12 vinham de países subdesenvolvidos, 7 de países desenvolvidos e 4 de países de regime comunista). Os trabalhos de comissão levaram aproximadamente quatro anos e seu relatório final ficou mundialmente conhecido como Relatório Brundtland, embora fosse publicado com o título de Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*).<sup>(11)</sup>

O primeiro aspecto a ser destacado nesse relatório é seu bem sucedido esforço para obter um consenso mundial que ultrapassasse as diferenças existentes na política internacional entre países ricos e pobres, assim como entre países capitalistas e socialistas. Mas esse esforço pagou um preço não sempre bem contabilizado. As divergências de critérios entre os membros do conselho não foram resolvidas apelando para uma teoria consistente, mas para um posicionamento ético. Embora o Relatório Brundtland seja habitualmente considerado um texto técnico notável, sobretudo pelas numerosas recomendações de ação para os governos, talvez o correto seja considerar a essa parte a mais fraca.<sup>(12)</sup> O principal mérito desse relatório é seu viés ético. Isto passou despercebido, talvez porque os apelos éticos podiam ser consagrados em grandes declarações (como foi o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos, após o fim da Segunda Guerra Mundial), mas nunca conseguiam sair do plano retórico dos direitos para entrar no terreno mais concreto das políticas. A singularidade da questão ambiental refletia-se no fato de que, a diferencia de outras questões com implicações morais, igualmente colocadas no debate internacional, esta possuía uma grande objetividade, permitindo assim articular ética e política de um modo quase sem precedentes na história. Independentemente do que possa ser pensado do valor dos direitos humanos, não resta dúvida que

essa é uma questão muito mais subordinada cultural e subjetivamente do que a reivindicação de sustentabilidade.

Não é tão importante encontrar conteúdos éticos numa declaração de cientistas ou de ONGs ambientalistas, como num texto originado e contextualizado em âmbitos político e econômico. A demanda do Relatório Brundtland vai mais longe que um simples reconhecimento da complexidade e interdependência de países e fenômenos. A idéia de desenvolvimento sustentável está associada, por exemplo, a demandas de responsabilidade do homem frente a natureza, que receberam uma sofisticada elaboração conceitual em autores como John Passmore e, particularmente, Hans Jonas (ao qual voltarei no último capítulo).<sup>(13)</sup> Se o conceito de desenvolvimento sustentável é tecnicamente eficiente para realizar a tarefa proposta é algo que deve ser analisado, mas não se pode negar sua importância quando ele deixa de assumir ao ser humano como medida de todas as coisas, substituindo-o pela relação deste com a natureza. E isso o que expressa implicitamente a definição que popularizou ao conceito de desenvolvimento sustentável, ao dizer que é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.<sup>(14)</sup>

Esse apelo ético do relatório a uma responsabilidade entre gerações para com a natureza possui um passado surpreendente, do ponto de vista da história das idéias, que permite compreender melhor a complexa relação do ambientalismo com a modernidade. Isto porque a indubitável fonte teórica dessa definição está em Burke, um pensador que é, praticamente, o último pre-moderno da modernidade. É conhecida a crítica de Burke à Revolução Francesa como uma inversão da própria natureza das coisas.<sup>(15)</sup> O conservadorismo do pensador inglês rejeita as inovações, situando-se numa vertente ética-epistemológica que remonta até Aristóteles.<sup>(16)</sup> Sua defesa da continuidade constitucional e da tradição social é lembrada pelos ambientalistas como um forte contribuição teórica contra o afã modernizador.<sup>(17)</sup> Precisamente, Burke permite desmascarar aos argumentos contrafáticos usados para justificar as inovações. Ele diz (embora não com essas palavras) que não é consistente afirmar que as inovações trazem melhoras. Não é verdade dizer que se a sociedade não fosse como é, ela poderia ser melhor. Ela pode ser melhor ou pior. Portanto, se nada garante o resultado do progresso, os riscos não compensam e o princípio de prudência deveria reger o comportamento político.<sup>(18)</sup> Os ambientalistas, acostumados a reivindicar a prudência como norma da política, reconhecem sua herança citando com freqüência uma frase de Burke que propõe um contrato do mesmo tipo que o Relatório Brundtland: “O Estado é uma associação (...) não só entre os vivos, mas também entre os que estão mortos e os que irão nascer”.<sup>(19)</sup>

Esse caráter conservador-revolucionário do ambientalismo (já mencionado no capítulo anterior) torna-se patente quando um relatório de grande circulação no *establishment* internacional fala simultaneamente de desenvolvimento (continuar com o progresso material) e de compromisso com as gerações futuras (prudência ética). Para obter uma perspectiva realista que não negue o crescimento econômico (como na década anterior), os autores do relatório uniram inextricavelmente de-

envolvimento e meio ambiente. Conseguiram assim amplas bases de consenso para a causa ambientalista e legitimaram, impensadamente, o acesso de considerações éticas no cenário da política internacional.

A literatura surgida em torno do conceito de desenvolvimento sustentável permite deduzir que grande parte da diversidade de interpretações desse conceito se deriva da tensão introduzida pela ética no campo da economia e da política. O conjunto de medidas que o relatório reivindica (limitação do crescimento populacional, garantia de alimentação a longo prazo, preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias de fontes renováveis, crescimento econômico nos países industrializados ecologicamente equilibrado, controle da urbanização selvagem, satisfação de necessidades básicas para todos os seres humanos, etc.) obrigaria a revisar em profundidade os valores e as práticas tradicionais das atuais instituições políticas e econômicas nacionais e internacionais. Mas isso o relatório não conseguiu propô-lo com clareza e profundidade, nem podia. Além dos consensos existia uma disputa teórico-política em relação aos diferentes pesos das variáveis em jogo e às características dos mecanismos alocativos e implementativos, assim como das responsabilidades dos atores que poderiam levar ao desenvolvimento sustentável. Deste modo, as tensões e ambiguidades do conceito desenvolvimento sustentável, derivadas de seu posicionamento ético, são multiplicadas pelas diversas atribuições dadas ao papel do Estado, da sociedade civil e do mercado.<sup>(20)</sup> Estas últimas tensões surgem das diversas preferências institucionais para conduzir o processo de transição na direção de uma sociedade sustentável. São três as preferências básicas. A primeira, mais estatista, considera que a qualidade ambiental é essencialmente um bem público que somente pode ser resguardado eficientemente através de uma intervenção normativa e reguladora do Estado.<sup>(21)</sup> Se pretende assim combinar e equilibrar os princípios de eficiência alocativa e equidade social. O estatismo está associado historicamente com a emergência de políticas e agências ambientais na Europa Ocidental e na América do Norte, nas últimas décadas, e conta com a adesão da maioria dos técnicos das agências ambientais, de uma boa parte das ONGs ambientalistas e de um setor minoritário de empresários e gerentes.

A segunda preferência prioriza a sociedade civil por considerar que as organizações de base, grupos comunitários, movimentos sociais e ONGs devem ter um papel predominante na transição para uma sociedade sustentável.<sup>(22)</sup> Seus defensores desconfiam do Estado e do mercado como alocadores de recursos, julgando que ambos deveriam preencher um papel subordinado aos critérios dados pela sociedade civil. Este enfoque valoriza as possibilidades de avanços em níveis local e regional, priorizando claramente o princípio da equidade social por sobre a eficiência alocativa. Não existem atores fora da sociedade civil que defendam esta perspectiva, a qual está bastante presente nas ONGs do Sul.

A terceira preferência escolhe ao mercado, afirmando que através da lógica intrínseca do mesmo, acompanhada de uma significativa apropriação privada dos recursos naturais e da expansão dos consumidores verdes, se avança eficientemente

na direção de uma sociedade sustentável.<sup>(23)</sup> Em contraste com os anteriores, este enfoque considera legítima a apropriação privada dos bens ambientais, partindo do suposto de que os produtores protegerão o meio ambiente quando isso seja demandado pelos consumidores. Aqui se prioriza o princípio da eficiência alocativa por sobre a equidade social, colocando-se os mecanismos estatais reguladores e a atuação educativa das ONGs numa posição subordinada aos mecanismos do mercado. Esse enfoque critica severamente, por ineficiente, o sistema de regulação estatal adotado no mundo ocidental nas últimas duas décadas. Seus defensores encontram-se no mundo empresarial onde o desenvolvimentismo econômico de caráter predatório está em decadência.

Para compreender a complexidade e o conjunto de aspectos e implicações do conceito de desenvolvimento sustentável, se devem acrescentar às anteriores orientações dos atores as várias dimensões da análise científica que a ele se referem. Estas dimensões são basicamente três: ambiental, social e econômica.<sup>(24)</sup> A sustentabilidade ambiental do desenvolvimento refere-se à base física do processo produtivo e da vida social, apontando tanto a conservar o estoque dos recursos naturais necessário para dito processo, como para a proteção dos ecossistemas naturais, mantendo suas condições paisagísticas, assim como sua capacidade para absorver as agressões entrópicas. Existe consenso entre os autores que, para o caso dos recursos naturais renováveis, a taxa de utilização não pode exceder à capacidade de reposição da própria natureza e, para o caso de recursos não-renováveis, além de considerar a importância do desequilíbrio ecológico que produz sua diminuição, é necessário acomodar o ritmo de sua utilização ao processo de procura de substitutos. No mesmo sentido, as taxas de emissão de dejetos e de emissão de materiais contaminantes não pode exceder a capacidade de regeneração dos ecossistemas.<sup>(25)</sup>

A sustentabilidade social do desenvolvimento refere-se à qualidade de vida das populações. Esse aspecto pode associar-se perfeitamente ao conceito de desenvolvimento humano difundido amplamente pelas Nações Unidas (UNDP) em vários relatórios dos últimos anos.<sup>(26)</sup> Esse conceito foi concebido em relação à formação, expansão e utilização de capacidades humanas. Os relatórios da ONU propõem um índice objetivo de desenvolvimento humano, como forma de avaliar mais corretamente aos processos de desenvolvimento. Como apontam alguns autores, embora se trate de uma dimensão objetiva, a idéia de desenvolvimento humano obriga também a explicitar fundamentos éticos.<sup>(27)</sup> De fato, este último conceito supera qualquer visão restrita da qualidade vida, porque implica definir valores (saúde física e mental, educação, amadurecimento do indivíduo, satisfação de necessidades espirituais e culturais, etc.). Não é portanto a abundância de bens o que define um bom desenvolvimento humano. Se recupera aqui a análise aristotélica (retomada posteriormente por Marx) sobre as mercadorias. Elas são sempre meios para outros fins, ou seja, seu significado surge do uso ou fins que tenham para os seres humanos.<sup>(28)</sup> Só para dar um exemplo da insuspeita potencialidade desta dimensão poderíamos observar que um crescimento econô-



mico descontrolado (para satisfazer o consumismo) faz descer a qualidade de vida (na medida que a degradação ambiental produzida pelo crescimento influi diretamente nesta última).<sup>(29)</sup>

A sustentabilidade econômica do desenvolvimento é a mais óbvia e está colocada como crescimento econômico contínuo sobre base não predatórias, tanto para garantir a riqueza como para eliminar a pobreza (causa importante da degradação ambiental) e fazer os investimentos que permitiram uma mudança do modelo produtivo para tecnologias mais sofisticadas e apropriadas.

## II

Apesar de suas tensões e ambigüidades, a força político-ideológica do conceito do desenvolvimento sustentável ficou em evidência quando, nos anos 80 e 90, foi adotado como um estilo de gestão e atividade empresarial. Talvez o setor empresarial não tenha ficado comovido com os conteúdos éticos do conceito, mas também não pode evitar uma atração pragmática em função de seus próprios objetivos.<sup>(30)</sup> Prova disso foi o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (Business Council for Sustainable Development - BCSD), fundado em 1990 por várias dezenas de líderes empresariais, coordenados por Stephan Schmidheiny. Em curto período de tempo o BCSD organizou cerca de 50 conferências em mais de 20 países, incluindo uma participação ativa de empresários de África, Ásia e América Latina. Todas essas reuniões deram como resultado final o relatório *Mudando o Rumo (Changing Course)*, no qual os empresários fixavam sua posição frente ao desenvolvimento sustentável.<sup>(31)</sup>

Embora esse relatório, publicado em 1992, não falasse por todos os empresários do planeta, ele aumentou enormemente a legitimidade da proposta do Relatório Brundtland. Se um setor importante de empresas (com marcada presença de multinacionais) podia olhar de frente para o desafio do desenvolvimento sustentável, não existia então nenhum interlocutor importante da política mundial que ficasse fora do debate e/ou com uma atitude antagônica. Tanto no título do relatório, como nas palavras introdutórias, expressava-se claramente que a atual rota da economia e dos negócios era destrutiva e devia mudar.<sup>(32)</sup> Além do mais, o mesmo insistia abundantemente em exemplos onde se demonstrava que a incorporação de padrões ambientais por parte das empresas ajudava a sua competitividade, invés de prejudica-las.

Tanto ou mais que uma mudança de rumo da economia, o que o setor empresarial queria era mudar a ênfase em relação ao lugar institucional privilegiado para promover o desenvolvimento sustentável. Assim como no período influenciado por Estocolmo-72 se deu ao Estado o papel principal para a solução dos problemas ambientais, agora o setor empresarial tentava ressignificar o desenvolvimento sustentável desde a perspectiva do mercado. Se o debate das décadas anteriores tinha girado em torno dos papéis do Estado e da sociedade civil, em contraposição

ao do mercado, agora se destacava o papel deste último e se minimizava o dos primeiros. Isto se traduzia claramente nas relações privilegiadas que o ambientalismo estabelecia em cada época com o espectro das opções político-ideológicas existentes. Assim como nos anos 60 e 70 as principais variáveis políticas oscilavam entre maior planejamento estatal e/ou centralização da autoridade do Estado e maior participação política democrática e/ou descentralização, agora se inaugurava uma forte aproximação com as ideologias neoliberais baseadas no ideal de mercado livre, aberto e competitivo. Se afirmava que, embora os requisitos estritamente políticos fossem necessários para o desenvolvimento sustentável, no longo prazo este não seria possível sem a liberdade de mercado.<sup>(33)</sup> O BCSD representa o esforço das empresas multinacionais para atender ao desafio ambiental e participar assim na definição das novas regras da política global. Ousadamente, o emergente setor de empresários ambientalizados radicaliza suas posições afirmando que o eixo do desenvolvimento sustentável encontra-se na capacidade de autorregulação das indústrias multinacionais.<sup>(34)</sup> Enfatizando o papel do livre mercado, o BCSD acredita que as próprias indústrias sejam mais eficazes do que as regulamentações estatais para promover mudanças que aumentem a eficiência ecológica global.

Em contraste com a perspectiva mais pessimista dos anos 70, o ambientalismo empresarial apresenta uma expectativa muito otimista, tanto para o crescimento econômico como para a sustentabilidade. Para esses atores, os anos 90 anunciam que não existem limites para o crescimento, devido a abundância de recursos que oferecem os avanços tecnológicos e ao fato de que o mundo está usando cada vez menos e produzindo cada vez mais energia.<sup>(35)</sup> É óbvio que estas posições suscitam suspeitas e desconfianças do ambientalismo das fases anteriores. Porém, independentemente das intenções da setor empresarial, nem o ambientalismo mais radical pode ignorar a esse setor, assim como, vice-versa, as empresas não podem ignorar os problemas levantados pelos outros setores do ambientalismo. De qualquer forma, frente aos danos ambientais produzidos no passado pelas empresas multinacionais nos países menos desenvolvidos, não deixa de ser paradoxal que nos anos 90 estas empresas estejam tendo um papel tão ou mais decisivo que os atores estatais. Segundo uma pesquisa da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), comprova-se que as grandes empresas multinacionais da região tem estabelecido políticas efetivas para a proteção ambiental e estão incorporando progressivamente os critérios do desenvolvimento sustentável.<sup>(36)</sup>

Independentemente de qualquer paradoxo, parece inevitável pensar que num mundo globalizado (onde os Estados-nações se desorganizam progressivamente, de forma quase inversamente proporcional a como o mercado e a nova burguesia transnacional organizam o sistema mundial) sejam as empresas globais as que tenham uma responsabilidade central em qualquer hipótese de transformação da ordem (tanto para o lado da sustentabilidade como para o lado contrário). Neste sentido, vale a pena observar que, tanto Marx como Weber (entre outros clássicos da teoria sociológica), constataram que a história da burguesia mostra que os tra-

dicionais valores capitalistas foram permanentemente renovados e relegitimados, em cada grande momento histórico, através de um processo em paralelo de abandono de valores obsoletos, por um lado, e de adoção de valores emergentes, por outro. Então, é válido imaginar que, frente a desorganização e/ou degradação dos Estados e das culturas nacionais, a nova burguesia global esteja assimilando o ambientalismo como uma forma de atualizar sua visão de mundo.<sup>(37)</sup> Portanto, ainda concedendo que o ambientalismo seja uma adoção oportunista e instrumental por parte do empresariado mundial, é difícil saber o impacto que virá a ter essa adoção no modelo atual de desenvolvimento, na medida que ela reflete um processo de substituição de valores em grande escala.

### III

Naturalmente, a crítica ecológica da economia começou bem antes que as declarações ambientalistas dos empresários.<sup>(38)</sup> Georgescu-Roegen (talvez o fundador da economia ecológica) fez uma crítica radical da economia ortodoxa que, apesar de sua importância, ainda é pouco debatida em círculos acadêmicos.<sup>(39)</sup> Baseada em critérios termodinâmicos (aplicação da lei da entropia ao universo social), a principal discussão derivada de sua posição encontra-se na análise da “internalização” monetária das “externalidades” ou prejuízos ambientais produzidos pelo sistema produtivo, mas não medidos pelo mercado. A economia clássica, quando tenta valorar em dinheiro esses prejuízos, discute dois temas. Primeiro, como se pode traduzir em dinheiro esse custo externo (por exemplo, deveria determinar-se qual é o valor dos danos do efeito estufa produzido pela emissão de CO<sub>2</sub> da indústria e dos carros alimentados com combustíveis fósseis) e, segundo, como encontrar os instrumentos adequados para chegar ao ótimo social (isto é, àquela produção onde se igualam os incrementos marginais do lucro com os do custo externo). Embora não seja este o lugar para um aprofundamento em teoria macroeconômica, os economistas ecológicos argumentam que as coisas são muito mais complicadas, já que não existem condições para calcular corretamente esse custo externo marginal. Apesar de que, uma vez colocado um limite às emissões de contaminantes, podem encontrar-se alguns meios (multas, taxas, etc.) para reduzir essas emissões, não por isso se resolve o problema de adequar a economia aos limites de ecossistemas que estão em constante evolução. É interessante observar que essa crítica é puramente negativa. Neste sentido, a economia ecológica parece aproximar-se à Escola de Frankfurt em sua crítica às possibilidades da razão científica para dar conta de uma transformação correta da realidade social.

Desde a perspectiva da economia ecológica, o ambientalismo de mercado levantada pelos empresários do BCSD não atende as necessidades de sustentabilidade reivindicadas em seu discurso. Em outras palavras, a chamada ampliação ecológica do mercado (através de uma suposta avaliação monetária das externalidades e,

de modo geral, dos recursos naturais e serviços ambientais) é introduzida, no melhor dos casos, mediante técnicas de simulação do mercado. Autores como Georgescu-Roegen, Daly e Martinez-Alier argumentam assim que não existe possibilidade de internalizar convincentemente às externalidades, dado que nos mercados atuais estão ausentes as gerações futuras (como vimos, o eixo principal do conceito de desenvolvimento sustentável). Os agentes econômicos atuais só poderiam, então, valorar de forma arbitrária os efeitos irreversíveis e incertos de nossas ações de hoje sobre as gerações do futuro.<sup>(40)</sup> Os economistas ecológicos, embora aceitando qualquer medida ou instrumento capaz de reduzir os impactos da economia sobre os ecossistemas, argumentam que a fixação dos limites que tornam possível pensar num desenvolvimento realmente sustentável não é tarefa apenas de economistas e/ou empresários. Esses limites supõem uma revisão das relações entre a sociedade, a ciência e a política.

Pensando nas dificuldades que colocam os problemas ambientais à tomada de decisões político-econômicas, Funtowicz e Ravetz conceberam a idéia de uma ciência pós-normal.<sup>(41)</sup> Os autores partem do suposto que os problemas ambientais atuais tem uma forte raiz cultural-civilizatória, da qual carecem outros problemas que, ainda parecendo mais urgentes, são mais fáceis de compreender por concentrar-se em uma só dimensão (o que não é o caso dos problemas ambientais que constituem um desafio simultâneo em vários planos, que vão desde a ética até a economia e da política até a biologia). Ainda que lentamente, a ciência vem respondendo ao desafio ecológico combatendo o reducionismo vigente e superando as tradicionais oposições entre as disciplinas. Mas o desafio é bem maior que encontrar uma interdisciplinaridade viável.

Reconhecer a complexidade e dinamismo dos ecossistemas implica construir uma ciência cuja base seja a incerteza e que aceite uma pluralidade de perspectivas como legítimas. Os cientistas reconhecem isso implicitamente no seu dia a dia, quando procuram pistas para construir suas hipóteses e reconfirmar demonstrações em outras formas de conhecimento (incluindo expressões artísticas e religiosas). O novo tipo de ciência capaz de responder ao desafio colocado pela crise ecológica não parece estar associado a um novo paradigma, como muitos ambientalistas radicais ainda acreditam. Mais que uma revolução no interior da ciência (trazida por novos princípios axiomáticos), se requer de um diálogo produtivo de todos os cientistas com a sociedade civil.<sup>(42)</sup> Na resolução de problemas concretos, às incertezas estritamente cognoscitivas somam-se as incertezas éticas derivadas dos valores em conflito na sociedade. A única forma de resolver o impasse introduzido pela ciência tradicional (que frente ao conflito de opiniões foge em direção a um maior reducionismo técnico) é fazer que a avaliação dos *inputs* científicos para a tomada de decisões políticas seja realizada não apenas pelo governo e por cientistas e técnicos, senão também por representantes da sociedade civil e de setores empresariais.

Os problemas ecológicos são diferentes daqueles que desafiaram à ciência moderna em sua origem. Essa ciência permitiu predizer com sucesso os comporta-

mentos de aqueles aspectos da natureza que podiam ser analisados dentro do laboratório (“recortes” da natureza que, por sua vez, só entravam no laboratório se “aceitavam” perder sua complexidade). Ao contrario do esperado, a somatória da enorme quantidade de tecnologias derivadas dessa ciência deram como resultado uma pouco confiável sociedade de risco.<sup>(43)</sup> Resumindo, na hora de pensar soluções para os problemas contemporâneos não se pode usar uma epistemologia comprometida ou associada com a produção desses problemas. Os inesperados problemas ecológicos surgidos nas últimas décadas nos permitem retirar a natureza do laboratório e coloca-la outra vez em seu lugar. Parece obvio, em conseqüência, que se o cientista deve agora ir a buscar seu objeto fora do laboratório, ele perca o monopólio de exclusividade que tinha antes. Nem por isso o discurso científico perde sua especificidade ou valor, ele apenas deve perder seu caráter de conhecimento dominante. A hiper-complexidade dos problemas ambientais obriga à ciência a submeter-se a um diálogo, onde os diversos saberes existentes (incluindo até o senso comum) possam complementar-se invés de excluir-se. O conhecimento científico é inútil e até perigoso se suas incertezas éticas e epistêmicas não são consideradas conjuntamente.

Os problemas ecológicos e as demandas de sustentabilidade levam a concluir que as metas prioritárias da ciência deixaram de ser a conquista da natureza. As prioridades são hoje muito mais humildes e também muito mais complexas: estabelecer uma relação harmoniosa entre a sociedade e a natureza. Enquanto as antigas metas podiam perfeitamente prescindir de qualquer que não fosse técnico ou cientista, as atuais não podem ser cumpridas apenas com esses atores. A economia ecológica confirma plenamente os supostos de Funtowicz e Ravetz que obrigam a reunir o que as ciências normais tinham separado: fatos e valores, conhecimento científico e prudência ética.

Complementando as reflexões do capítulo 5 sobre o impacto da ecologia e do ambientalismo sobre as ciências sociais contemporâneas, verifica-se agora a partir da crítica à economia (talvez sua disciplina melhor realizada e desenvolvida no presente) o alcance da transformação que vem sendo operada. A economia ecológica permite concluir que a idéia de um paradigma (como definição de um campo de práticas de resolução de problemas) é inadequada. Uma ciência pós-normal (ou ecologizada) não pode mais pretender neutralidade ética. De fato, os valores se transformam em princípios organizadores do conhecimento, na medida que o velho ideal de verdade deixa de ser possível. Do mesmo modo que os cientistas não podem pretender ter o monopólio do conhecimento sobre determinado problema, também não podem proporcionar nenhuma certeza sobre as decisões políticas a serem tomadas. Na investigação de problemas socio-ambientais complexos, mais que a procura de fundamentos epistemológicos ou de conhecimentos básicos comuns, interessa encontrar os valores comuns que permitam a convergência das diferentes abordagens disciplinares entre si e com as posições do público leigo. É neste sentido que a passagem da conquista da natureza para a uma relação mais “amorosa” supõe uma ruptura epistemológica. A ciência moderna deriva também

de uma ruptura, neste caso contra o senso comum. Sabemos que essa ruptura permitiu um grande avanço no conhecimento da realidade, mas também foi responsável pela expropriação de uma boa parte da capacidade de participar das pessoas, enquanto atividade cívica, no desvendamento do mundo e na construção de regras de vida para viver sabiamente.<sup>(44)</sup> A ruptura ecológica não é hoje contra o senso comum mas, ao contrário, para construir um novo e complexo senso comum.

A guisa de conclusão do capítulo gostaria de lembrar que foi nada menos que Stuart Mill, um célebre liberal e economista clássico do século passado, quem estabeleceu que não faz sentido procurar um crescimento econômico ininterrupto. Esse crescimento devia apontar a um estado estacionário (*stationary state*) que, garantindo as necessidades materiais a um certo nível, permitisse realizar valores mais elevados.<sup>(45)</sup> Mill conseguiu antecipar-se a sua época, sendo o primeiro pensador a incorporar critérios éticos-estéticos ecológicos na economia, a partir de um lúcido senso comum:

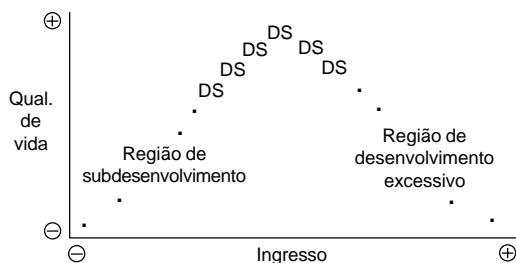
*Não seria para estar satisfeitos se um dia contemplamos um mundo onde não resta nada da vida natural; (...) Se a terra tem que perder essa grande porção de beleza por causa do crescimento ilimitado da riqueza e da população, para suportar uma população mais ampla e também menos feliz, sinceramente espero que os partidários do estado progressivo se conformem com ser estacionários, muito antes de que a própria realidade os obrigue pela força.*<sup>(46)</sup>

#### NOTAS:

- (1) VIEIRA, P. F. 1994. "Meio Ambiente, Pesquisa Sistêmica e Desenvolvimento". Florianópolis (mimeo).
- (2) SACHS, I. 1976. "Environment and Styles of Development", em: MATTHEWS, J. (Org.). *Outer Limits and Human Needs*. Upsala, DHF.
- (3) Esses aspectos ficariam mais claros em uma obra posterior, ver: SACHS, I., 1982. *Ecodesarrollo. Desarrollo sin Destrucción*, México, El Colegio de Mexico, pp. 138-9.
- (4) JAY, Martin. 1974. *La imaginación dialéctica*. Madri, Taurus, p. 421.
- (5) McCORMICK, J. 1992. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, p. 151.
- (6) VIEIRA, P. F. 1994. op. cit., p. 30.
- (7) BRÜSEKE, Franz J. 1994. "A lógica da decadência". Belem (mimeo), p. 134 e ss.
- (8) McCORMICK, J. 1992. op. cit., p. 155.
- (9) Council For Environmental Quality. 1982. *The Global 2000 Report to the President: Entering the Twenty-First Century*. Harmondsworth, Penguin.

- (10) McCORMICK, J. 1992. op. cit., p. 172.
- (11) Em Brasil foi traduzido e publicado um ano depois: BRUNDTLAND, G. H. et al. 1988. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- (12) VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor R. 1991. "Desordem Global da Biosfera e Nova Ordem Internacional: O Papel Organizador do Ecologismo", em: LEIS, Héctor R. (Org.) *Ecologia e Política Mundial*. op. cit., p. 34.
- (13) PASSMORE, John. *Man's Responsibility for Nature*. Londres, Duckworth, 1980; JONAS, Hans. 1995. *El principio de responsabilidad*. Barcelona, Herder.
- (14) BRUNDTLAND, G. H. et al. 1988. op. cit., p. 46.
- (15) BURKE, Edmund, 1982. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília, Ed. UnB.
- (16) SOARES, Luiz Eduardo. 1993. *Os Dois Corpos do Presidente*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, p. 77 e ss.
- (17) YOUNG, John. 1990. *Sustaining the Earth*. Cambridge, Harvard University Press, p. 155.
- (18) SOARES, Luiz Eduardo. 1993. op. cit., p. 78
- (19) BURKE, Edmund, 1982. op. cit. p. 116.
- (20) Cf.: VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor R. 1992. "A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991", em HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo F. (Orgs.), *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Ed. UNICAMP, pp. 79 e ss.
- (21) Cf.: DALY, H. e COBB, J. 1989. *For the common good. Redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future*. Boston, Beacon Press; PEARCE, D. e TURNER, R. 1990. *Economics of Natural Resources and the Environment*. Baltimore, The John Hopkins University Press; REPETTO, R., 1989. "Economic incentives for sustainable production", em: SCHROM, G. e WARFORD, J. (Orgs.). *Environmental Management and Economic Development*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press; HOWE, Ch., 1979. *Natural Resource Economics Issues, Analysis and Policy*, Nova York, John Wiley and Sons.
- (22) Cf.: HENDERSON, H., 1981. *The Politics of the Solar Age. Alternatives to Economics*, Nova York, Anchor Press; SACHS, I., 1982. *Ecodesarrollo. Desarrollo sin Destrucción*, México, Colegio de Mexico; REDCLIFT, M., 1989. *Sustainable development. Exploring the contradictions*. Londres, Routledge.
- (23) Cf.: LOVINS, A., 1978: "A Neo-capitalist manifesto: free enterprise can finance our energy future", *Politics and other Human interest*, No. 12; ANDERSON, T. e LEAL, D. 1990. *Free market Environmentalism*. Boulder, Westview.
- (24) Cf.: LÉLÉ, S. 1991. "Sustainable Development: A Critical Review", *World Development*, Vol. 19, No. 6, pp. 607-621; GUIMARAES, Roberto. 1995. "O desafio político do Desenvolvimento Sustentado", *Lua Nova*, No. 35, pp. 113-136.
- (25) Cf.: DALY, H. 1977. *Steady-state Economics*. San Francisco, W. H. Freeman; MARTÍNEZ-ALIER, J. 1990. *Ecological Economics. Energy, Environment and Society*. Cambridge, Blackwell.
- (26) UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Human Development Report*. 1990. Oxford, Oxford University Press; idem. 1991; idem. 1992; idem. 1993; idem. 1994; idem. 1995.
- (27) SEN, Amartya e NUSSBAUM, Martha (Orgs.). 1993. *The Quality of Life*. Oxford, Clarendon Press (ver a introdução).
- (28) De Aristóteles ver o Livro I, caps. VIII e IX, da *Política* (1256a-1258a), onde fala da crematística (ARISTOTELES. 1958. *The Politics of Aristotle*, tradução de E. Barker. Londres, Oxford University Press, pp. 18-27); e de Marx ver o não menos célebre Livro I, cap. I, do *Capital*, onde fala da mercadoria (MARX, Carlos. 1916. *El Capital*. Buenos Aires, Claridad, Vol I, PP. 13-57).

(29) Um exemplo interessante disto pode ver-se no seguinte quadro (tomado de CARLEY, Michael e CHRISTIE, Ian. 1992. *Managing Sustainable Development*. Londres, Earthscan, p. 46):



Neste quadro, a parte de cima da curva (dos pontos "DS") representaria uma área de desenvolvimento sustentável (onde o crescimento econômico sim supõe um máximo de qualidade de vida), entanto a parte de esquerda teria baixa qualidade de vida, por causa do subdesenvolvimento, assim como a parte da direita teria também baixa qualidade de vida, mas por razões totalmente contrárias (por excesso de desenvolvimento). Isto sugere a necessidade do desenvolvimento ter um duplo e paradoxal objetivo, nem pouco e nem muito, que faz inevitavelmente lembrar no "justo meio" aristotélico.

(30) REPETTO, R. 1986. *World Enough and Time*. New Haven, Yale University Press, p. 17.

(31) SCHMIDHEINY, S. 1992. *Changing Course*. Cambridge, MIT Press.

(32) SCHMIDHEINY, S. 1992. op. cit., p. 1.

(33) idem, p. 9.

(34) GUEDES, Ana Lúcia. 1993. "O Papel da Empresa Multinacional no Contexto de Meio Ambiente e Relações Internacionais", *Contexto Internacional*, Vol. 15, No. 2, p. 242.

(35) NAISBITT, J. e ABURDENE, P. 1990. *Megatrends 2000*. São Paulo, Amana-Key, pp. 30-34.

(36) CEPAL. 1991. *Tecnología, Competitividad y Sustentabilidad*, LC/L. 608, Santiago de Chile, pp. 101-2.

(37) GARE, Arran E. 1995. *Postmodernism and the Environmental Crisis*. Londres, Routledge, p. 11.

(38) Os trabalhos pioneiros são da década do 70: GEORGESCU-ROEGEN, N. 1974. *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge, Harvard University Press; DALY, H. 1977. *Steady-state Economics*. San Francisco, W. H. Freeman. Entre os publicados mais recentemente, talvez os mais importantes sejam: DALY, H. e COBB, J. 1989. *For the common good. Redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future*. Boston, Beacon Press; e MARTÍNEZ-ALIER, J. 1990. *Ecological Economics. Energy, Environment and Society*. Cambridge, Blackwell.

(39) Os comentários que seguem estão tomados de MARTÍNEZ-ALIER, J. 1992. *De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular*. Barcelona, Icaria, pp. 42 e ss.

(40) MARTÍNEZ-ALIER, J. 1992. op. cit., p. 46.

(41) FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J. 1994. *Epistemología Política*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

(42) FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J. 1994. op. cit., pp. 32-41.

(43) BECK, U. 1992. *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres, Sage.

(44) SANTOS, Boaventura de Sousa. 1995. *Pela Mão de Alice*. São Paulo, Cortez, p. 224.

(45) MILL, John Stuart. 1970. *Principles of Political Economy*. Londres, Penguin, p. 111-3.

(46) MILL, John Stuart. 1970. op. cit., p. 116.



# 9.

## A globalização e espiritualização do ambientalismo

### I

Os poetas ensinam que a arte, a filosofia e a religião são as sacerdotisas da natureza. Hölderlin dizia, especialmente, que o efeito da religião “consiste não só em impedir que o homem se afigure como o mestre e senhor da natureza, mas também em curvá-lo, na modéstia e piedade, em toda sua arte e atividade, diante do espírito da natureza, que ele carrega dentro de si, que o cerca, conferindo-lhe estofo e elemento.”<sup>(1)</sup> Alguns ambientalistas sempre souberam reconhecer a importância da dimensão espiritual da crise ecológica, mas o conjunto de forças que compõem o ambientalismo começaram recém nos anos 90 a descobri-la. Para dizê-lo com as palavras de T. S. Eliot, outro poeta-profeta:

*Não cessaremos na exploração  
E o fim de todas nossa procuras  
Será chegar onde nós começamos  
E conhecer o lugar por vez primeira.*<sup>(2)</sup>

Assim como nos anos 70 se descobriram as implicações políticas das teorias e práticas ambientalistas, e nos 80 suas implicações econômicas, tornaram-se evidentes nos 90 suas implicações espirituais. Mas isto não quer dizer que os 90 sejam anos marcados por temas e valores espirituais, muito pelo contrário. Neste sentido, mais uma vez, o ambientalismo manifesta-se como anomalia. Fora do ambientalismo quase nada sugere que existam traços de espiritualidade no marcante fenômeno da globalização da economia, das comunicações e da tecnologia eletrônica que caracterizam esses anos.

Foram duas as notícias mais destacadas de começos da década do 90. O acontecimento mais marcante foi a queda do comunismo soviético (simbolicamente re-

presentado pela derrubada do Muro de Berlim, em 1989, e consumado com a dissolução da União Soviética, em 1991), anunciando o fim do perigo de guerra nuclear total e o ingresso da humanidade num mundo sem barreiras para a expansão do mercado capitalista. Mas, por outro lado, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de Rio de Janeiro (convocada em 1989 e realizada em 1992), não foi menos importante, se considerada do ponto de vista das expectativas positivas criadas. Embora ambos acontecimentos não estejam diretamente vinculados, eles se potencializaram mutuamente para criar um clima de otimismo mundial. É sabido que o interesse pelos problemas globais seguiu imediatamente ao fim da Segunda Guerra Mundial. A própria ONU é um exemplo desse espírito globalista favorável à cooperação. Mas o rápido surgimento da Guerra Fria e a polarização da política mundial em torno dos Estados Unidos e da ex-União Soviética colocou fortes obstáculos às políticas de cooperação global.<sup>(3)</sup> Por isso, no momento da convocação da Rio-92, o fim da bipolaridade parecia anunciar a remoção desses obstáculos e o conseqüente aumento da capacidade de governabilidade global.

Mas as dificuldades do sistema internacional para construir bases sólidas para a cooperação não tinham acabado. As dificuldades continuavam existindo, tornando assim mais evidente o caráter ilusório das promessas. Durante a Guerra Fria não existiram encontros de cúpula da comunidade internacional. A realização da Cúpula da Terra (*Earth Summit*) de Rio-92 aconteceu dentro das novas condições surgidas no fim daquele período. Nunca antes outro encontro internacional (por qualquer motivo que fosse) tinha sido legitimado pela presença de tantos chefes de Estado, nem por tantas organizações não-governamentais de todo tipo. Já foi mencionado anteriormente que Estocolmo-72, apesar de abordar um tema alheio à agenda da Guerra Fria, tinha sido ostensivamente boicotada pelos países comunistas do leste europeu, devido a um problema sobre o *status* de votação da Alemanha Oriental. Observando então a Rio-92 poderia concluir-se que, finalmente, as soluções para os problemas globais começavam a receber uma atenção política concreta. Mas depois de vários longos anos da Rio-92 pouco ou nada saiu do papel e os problemas ambientais e sociais globais continuam deteriorando-se gradativamente. O paradoxo que esses fatos colocam poderia ser expressado da seguinte forma: como é possível que o ambientalismo tenha chegado a penetrar, consensualmente e de forma tão expressiva, em todos os setores da sociedade mundial e, nem por isso, tenha melhorado a governabilidade dos problemas ambientais globais agendados?

Certamente, o rápido colapso da ex-União Soviética impediu a criação de mecanismos políticos internacionais para regular a transição para a ordem da pós-Guerra Fria. Mas a entrada na nova ordem gerou efeitos contraditórios. Ela propiciou tanto uma retomada do interesse mundial pelos problemas globais, como criou a falsa expectativa de que o sistema político internacional acompanharia esse avanço com um aumento decisivo da governabilidade sobre tais problemas. A enxurrada de conferências internacionais de cúpula, organizadas pela ONU na década dos

90, quase sem resultados no terreno da ação concreta, são a prova mais evidente desta duplo efeito do fim da Guerra Fria que, lamentavelmente, ainda não se tornou perfeitamente visível nem bem compreendido para os atores e observadores da política internacional.<sup>(4)</sup>

Para evidenciar com um único fato que todo este agito frente aos problemas globais da pobreza, a fome, a depleção dos recursos naturais, a mudança climática, o desmatamento, a perda da biodiversidade, o aumento da população, as violações aos direitos humanos, etc., expressa uma vontade política mais aparente que real, é suficiente constatar que 1995 foi também o ano do 50 aniversário das Nações Unidas e, portanto, um momento previsto juridicamente e longamente esperado politicamente para introduzir reformas em seu funcionamento que viabilizem e criem uma maior governabilidade do sistema político internacional. Nas sessões da Assembléia Geral desse ano, que foram portanto mais um prestigiado encontro de cúpula a somar aos anteriores, nada além de retórica foi escutado e praticamente tudo continua igual (até o próprio déficit do orçamento das Nações Unidas).

O tempo transcorrido desde a Rio-92 permite hoje fazer uma avaliação bastante objetiva de seus resultados. Do ponto de vista do ambientalismo, o aspecto mais forte dessa conferencia não deve ser procurado entre os acordos assinados pelos governos, mas na constituição de um espaço publico global com relativa capacidade para construir consensos. Espaço no qual se encontram e interagem as diversas dimensões que compõem o ambientalismo, com raízes tanto no Sul quanto no Norte, no Leste como no Oeste, permitindo o destaque não apenas dos ambientalistas estrito senso mas de todo tipo de atores pertencentes aos campos da ciência, a política, a sociedade civil, a economia, a cultura e a religião.<sup>(5)</sup> Embora os acordos assinados foram poucos e fracos, o “espírito de Rio-92” possibilitou a aparição de consensos transnacionais de grande legitimidade que orientam a busca de mecanismos e instituições com verdadeira capacidade de governabilidade global. Poucas vezes antes na historia (a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pela ONU em 1948, foi outro grande exemplo), havia sido possível legitimar consensos transnacionais de tal amplitude.

O elemento facilitador desses consensos é a forte ancoragem do ambientalismo na experiência vivida, comum às várias culturas, regiões e povos do mundo em relação à natureza e à proteção da vida, em geral. Por isso foi no plano da consolidação de novos aspectos da inter-subjetividade global que a Rio-92 teve sua maior significação. Se o encontro dos governos pode ser avaliado como um intento político relativamente fracassado, os resultados do Fórum Global, convocando mais de 2.500 entidades não-governamentais de quase 150 países, produzindo um numero difícil de calcular de eventos especiais e quase 400 reuniões oficiais, devem ser avaliados como um avanço extraordinário no plano da consciência mundial.<sup>(6)</sup> O ponto mais alto dos acontecimentos de junho de 1992 foram então o encontro de várias culturas e setores da sociedade mundial produzindo consensos, frente a crise sócio-ambiental global, que em muito excediam às regras e possibilidades de ação dos atores tradicionais do mercado e da política.

Corresponde perguntar que tipo de experiência comum a todos os participantes criava as condições favoráveis para uma aproximação que, embora sendo principalmente discursiva, em muitos casos passava por cima dos antagonismos gerados pelos interesses materiais das dimensões econômicas e políticas. A explicação da força “centrípeta” que impede a dispersão da diversidade de expressões que constituem o ambientalismo deve ser procurada na dupla raiz deste nas dimensões espiritual e material. Uma prova dessa dupla raiz encontra-se nos eventos do Fórum Global da Rio-92. Quase um 15% dos mesmos tiveram conteúdo espiritual ou religioso, igualando ao número de atividades dos cientistas e do movimento de mulheres (sendo superado apenas pelo número de atividades agrupadas, em forma dispersa, no item de meio ambiente e desenvolvimento, que chegou ao 26% do total).<sup>(7)</sup> Nunca antes tantos grupos religiosos haviam participado em um evento internacional de qualquer tipo.<sup>(8)</sup> Tão significativos como o número de eventos seriam também os temas e palavras de fundo religioso e espiritual que apareciam freqüentemente nos discursos governamentais e, especialmente, nos não-governamentais. Sejam os seguintes quatro exemplos uma amostra entre muitos outros.<sup>(9)</sup> O primeiro foi dado pelo Secretário Geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, quando em seu discurso final na Rio-92 referiu-se à relação espiritual que teriam com a Terra as culturas antigas, e como esse sentido deveria ser recuperado em função de construir o contexto político necessário para atuar em defesa do futuro do planeta. O segundo foi dado pela Carta da Terra, declaração assinada pelos membros do Fórum Internacional de Organizações Não-Governamentais, onde lemos: “Nos somos a Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar. (...) Nos aderimos a uma responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra para permitir o uso sábio e equitativo dos recursos naturais, assim como realizar o equilíbrio ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais. Em nossa inteira diversidade somos unidade”.<sup>(10)</sup> O terceiro foi dado pelo relatório apresentado pelo Fórum de ONGs e Movimentos Sociais Brasileiras para a Rio-92 quando afirma em sua parte introdutória: “Qualquer solução para a crise do meio ambiente/desenvolvimento deve, portanto, estar alicerçada numa abordagem que promova o equilíbrio espiritual da sociedade e a harmonia interna do indivíduo, dos indivíduos entre si, e destes com o meio ambiente.”<sup>(11)</sup> O quarto exemplo, talvez o mais significativo, foi dado por um evento inter-religioso de caráter ecumênico, a vigília “Um Novo Dia para a Terra”, organizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), uma organização não-governamental do Rio de Janeiro. Esse evento, que contou com a participação de destacadas personalidades religiosas (entre outros, Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Helder Câmara e, Sua Santidade Dalai Lama), ocupou durante uma noite (até o amanhecer do dia seguinte) todos os espaços cobertos (tendas) do Fórum Global e foi claramente o maior (por seu número de participantes) e o mais importante (por seu impacto no imaginário do público em geral) de todas as atividades paralelas à reunião oficial dos governos. Tinham-se reunido ali líderes e discípulos de numerosas e variadas igrejas e tradições espirituais de todos os recantos do

planeta (que, como e publico e notório, dificilmente se encontram e, a rigor, nunca haviam se aproximado para celebrar e orar separada e conjuntamente em tal proporção), para dar testemunho de uma humanidade unida espiritualmente para resolver os problemas colocados pela agenda do meio ambiente e o desenvolvimento.

Os exemplos anteriores permitem verificar que o “espírito da Rio-92” quase não se refletiu nos documentos oficiais. A comunhão ética e espiritual, que aproximava a participantes vindos de todas partes do mundo e pertencentes a setores sociais e culturas diferentes, ficava esquecida ou se transformava em excesso de retórica, na hora dos governos terem que redigir os compromissos. E aqui não serve argumentar que a linguagem diplomática teria muitas dificuldades para ser poética porque esse é precisamente o ponto. Se a diplomacia oficial não é poética é porque os governos assumem implicitamente que os problemas de sua agenda são funcionais a uma linguagem técnica e “neutral”.

Foi a modernidade a que praticamente eliminou à ética e a espiritualidade dos assuntos relacionados com os sistemas econômico e político. Quando analisados desde essa ótica comprova-se que os documentos de Rio-92 avançaram pouco em relação a Estocolmo-72. A Agenda 21, talvez o mais importante e extenso documento produzido pelas Nações Unidas nos últimos anos (embora estranhamente pouco divulgado), representa um passo significativo para alcançar uma governabilidade aberta (*open governance*) das questões globais baseada em processos participativos e democráticos em todos os níveis.<sup>(12)</sup> Mas, da mesma forma que os restantes documentos assinados na Rio-92, a Agenda 21 não estabeleceu compromissos, nem políticos, nem éticos, para as partes envolvidas.<sup>(13)</sup> É obvio que não existiam condições para estabelecer compromissos políticos concretos, na medida que a legalidade internacional continuava apoiando-se em Estados-nações soberanos e as estruturas política e econômica dos diversos países continuavam sendo sumamente desiguais e competitivas. Mas não resulta tão obvio que não tenha sido possível estabelecer compromissos da ordem ético e/ou espiritual, já que os consensos para os mesmos estavam presentes.

Ficou claro que na Rio-92 os atores conviveram em duas realidades dissociadas. Isto não deve ser considerado um fato isolado, mas uma característica civilizatória essencial que tende acelerar-se na presente fase da modernidade. Os atores vivem simultaneamente numa dimensão conjuntural, definida por valores e identidades diferenciadas e conflitivas, dos quais são normalmente cientes, e em outra dimensão de longa duração, definida por cosmovisões e práticas indiferenciadas, das quais, pelo contrário, não são normalmente cientes. Neste sentido, a condição reflexiva da espécie humana, tomada em sentido amplo, me parece mais uma expressão de desejos ou uma possibilidade que apenas roça a superfície da realidade do que uma característica essencial dos indivíduos e atores da modernidade (tal como pretende Giddens, entre outros autores).<sup>(14)</sup> Não entanto, acredito que a reflexividade, entendida como a capacidade de gerar conhecimento dirigido a examinar e reformar as práticas sociais existentes, se aplica bem ao ambientalismo.

Em outras palavras, a reflexividade da modernidade é mais uma contra-tendência do que sua tendência principal. Talvez se Giddens dissesse que a primeira modernidade (séculos XVII e XVIII) se construiu de forma reflexiva, opondo o moderno ao tradicional, seria mais convincente. Mas na presente modernidade, quando praticamente todo já é moderno (e o tradicional não é mais uma opção real), constata-se que a mudança de hábitos e atitude se deriva mais de automatismos induzidos, que de atos reflexivos. É por isso que para a maioria das pessoas resulta difícil perceber a dimensão civilizatória dos problemas ambientais e ficam sem entender porque os consensos registrados não se traduzem em ações concretas.<sup>(15)</sup> Fora do ambientalismo, os consensos sobre os problemas ambientais dificilmente são reflexivos e, de fato, são basicamente funcionais ao modelo civilizatório existente, o qual cria um impasse na dimensão sócio-conjuntural. Embora nem todos os ambientalistas sejam conscientes dessa dupla condição da crise ambiental (conjuntural e civilizatória), considerado em seu conjunto, o ambientalismo assume plenamente esta complexidade. Enquanto as declarações oficiais, assinadas pelos governos privilegiavam a dimensão conjuntural (expressando-se de uma forma pretensamente neutra do ponto de vista valorativo), as restantes declarações transmitiam o espírito de Rio-92, situando-se tanto na dimensão conjuntural como na civilizatória.

A crise ambiental global é altamente complexa porque obriga aos atores a irem constantemente da dimensão conjuntural para a civilizatória e vice-versa. Como, obviamente, nenhuma dessas dimensões pode ser suprimida, a crise ambiental obriga a colocar seu análise no contexto de uma profunda transformação cultural que faça converger as ciências naturais com as sociais, e a todas elas com a filosofia, a religião e a arte. Em outras palavras, as teorias e práticas de nossa época estão obrigadas a conciliar as demandas de uma vida boa e justa (o *telos* ou finalidade político-ética dos clássicos) com as demandas de progresso científico-tecnológico dos modernos.

Revisitemos os ensinamentos da “fábula das abelhas” para compreender melhor algumas das dificuldades a serem vencidas.<sup>(16)</sup> Mandeville imaginou essa fábula para desmistificar os princípios sobre os quais se baseava a sociedade moderna, em pleno auge já no século XVIII.<sup>(17)</sup> Além de sua ambição literária, esta obra expressa uma preocupação intelectual por colocar criticamente em debate a relação entre a economia e a ética. Através da história das abelhas de uma colmeia que vivem ao mesmo tempo na corrupção e na prosperidade, Mandeville assinala a contradição existente entre as pretensões moralizantes e um comportamento orientado para satisfações materiais mundanas. Mais do que isso, ele mostra muito coerentemente que vícios (privados) como o egoísmo podem gerar benefícios (públicos) como a prosperidade econômica. Assim como Maquiavel foi um dos primeiros a observar a separação que estava acontecendo entre a ética e a política, Mandeville foi também um dos primeiros que viu na sociedade moderna o abismo que separava a ética da economia. Mas, superando ao autor do *Príncipe* (de forma parecida ao que Hobbes tinha feito pouco antes, convertendo a ação política em

fonte de toda moral), Mandeville realizará uma operação mais sutil do que uma simples separação (que encontrará na “mão invisível” de Adam Smith sua melhor expressão).<sup>(18)</sup> Para melhor emancipar a dimensão econômica da moralidade, sugerirá que a ação econômica possui um caráter moral que lhe é próprio, onde o bem comum acontece a partir dos interesses particulares e egoístas dos homens.

Assim como no campo civilizatório o século XX está finalizando com a derrota das ideologias estatizantes (bem exemplificada na dissolução do mundo comunista), talvez a maior novidade das próximas décadas seja sua contrapartida, a derrota das correntes neoliberais no mundo. A desmistificação que Mandeville fez da hipocrisia de seus contemporâneos está mais vigente que nunca, a outra cara da “tragédia dos bens comuns” que caracteriza a crise ambiental é a “fábula das abelhas”. Desde a perspectiva dos consensos emergentes na sociedade civil mundial, o impasse evidenciada na política internacional pela falta de medidas concretas adotadas para resolver os problemas torna necessário que sejam urgentemente revisadas as relações existentes entre a ética e a economia, do mesmo modo que entre a ética e a política. Porém, revisar essas relações supõe questionar princípios básicos de nossa época. A emancipação da política e da economia em relação à ética foi conseguida na sociedade moderna pela “objetivação” da ética dentro dos campos da política (realismo) e da economia (utilitarismo), operada através do “silenciamento” da espiritualidade.<sup>(19)</sup> Portanto, a ética não poderá emancipar-se dos campos da política e da economia sem trazer novamente a experiência do sagrado, que ainda permanece no mundo vivido, para o centro do social.

Quando se fala de problemas ambientais globais numa conferência internacional de cúpula e pouco ou nada se faz frente aos problemas denunciados, está-se pretendendo implicitamente conciliar as perspectivas político-econômicas dominantes com o ambientalismo e sua emergente espiritualidade. Embora as elites possam ser inconscientes desta manobra de colonização do mundo vivido (apesar de que, em alguns casos, seu cinismo é um indicador da percepção do fenômeno), ela não por isso é menos perigosa, já que atenta diretamente contra a possibilidade de fazer convergir historicamente a aspectos civilizatórios e conjunturais.

## II

Não se deve confundir a experiência religiosa ou espiritual com as doutrinas ou os efeitos sociais originados na tradição cristã ocidental. William James, depois de pesquisar e analisar uma enorme variedade de experiências de vida religiosa ou espiritual, faz o seguinte inventário de suas características comuns: a) o mundo visível constitui uma parte de um universo mais espiritual, do qual extrai seu sentido essencial; b) a união ou a relação harmônica com esse universo superior é nosso verdadeiro objetivo; c) a comunhão íntima com o espírito transcendental (seja Deus, o Sagrado ou a Lei) constitui um processo que produz resultados mentais ou materiais efetivos; e d) se acrescenta à vida um encantamento lírico ou um

chamado à honradez e ao heroísmo, assim como um sentimento de segurança, paz e amor pelos outros.<sup>(20)</sup> Desde a perspectiva da crise ambiental, o cristianismo não parece atender apropriadamente a essas características, facilitando a emergência de algumas e obstaculizando a de outras. Do mesmo modo que a ciência, a principal tradição espiritual de Ocidente tem uma relação bifronte e complexa com a problemática ambiental.

Num um artigo seminal, Lynn White afirmou que o impacto crescente da humanidade sobre o meio ambiente foi resultado da união entre a ciência e a tecnologia, seguida pela aplicação irrestrita desta última na vida social.<sup>(21)</sup> Mas, apesar da importância reconhecida desses fatos, segundo esse autor, as causas mais profundas dessa transformação devem ser procuradas no cristianismo. Nos primeiros séculos da Idade Média européia, dois fatos chamaram-lhe a atenção. O primeiro refere-se aos camponeses, que começam a arar a terra mais profundamente e com uma violência nunca antes conhecida, revelando uma mudança radical na tradicional relação homem-natureza. O segundo, manifesta-se nas ilustrações dos calendários que começam a circular no século IX. Enquanto nas ilustrações anteriores os temas de cada mes eram representados de forma passiva, agora eles mostram homens dominando a natureza que os rodeia (arando, cortando árvores, matando bois e cerdos, etc.).<sup>(22)</sup> White acredita que esses fenômenos são indicativos de uma mudança geral de humanidade, em relação à natureza e ao tempo, derivada da vitória definitiva do cristianismo sobre o paganismo.

Segundo White, o cristianismo tem a responsabilidade pela introdução em Ocidente de uma espiritualidade de novo tipo e efeitos radicais (em relação a todo o mundo conhecido da época). O cristianismo se apresenta assim muito mais próximo da modernidade do que normalmente se acredita, na medida que as idéias de progresso e do tempo histórico linear, tanto como as do homem amo e senhor da natureza, surgem na Idade Média cristã. Antes do cristianismo, a natureza encontrava-se protegida por diversos espíritos, o qual era garantia de um certo equilíbrio entre esta e os seres humanos. Mas a crença num homem feito a imagem e semelhança de um único Deus, retirou da natureza qualquer força espiritual e permitiu sua exploração de forma quase ilimitada. Levando em conta a permanente preocupação do ambientalismo com a necessidade de encontrar limites à expansão humana no planeta, não será difícil entender a importância dessa mudança de valores introduzida pelo cristianismo. O exagerado dualismo entre a sociedade e a natureza, eixo da matriz cultural da crise ambiental, encontra sua raiz mais profunda no cristianismo. Desde esta perspectiva, a ciência e a técnica modernas, embora tenham consumado esse dualismo, mal poderiam responder sozinha pelos problemas ambientais. Assim como a crise ambiental coloca em pauta a revisão dos paradigmas da ciência moderna, de forma igualmente inesperada a teologia cristã também será obrigada a revisar convicções muito sedimentadas (que, de outro modo, provavelmente não o faria).

Obviamente, o artigo de White recebeu numerosas críticas, tanto a favor como em contra de suas conclusões.<sup>(23)</sup> Entre as negativas, as principais se concentraram



em minimizar o papel do cristianismo afirmando para isso que a humanidade sempre tinha alterado seu meio ambiente. Tendo a concordar com Watson e Sharpe que essa observação é pouco pertinente, na medida que White não está afirmando que a atual crise ecológica tenha unicamente raízes religiosas.<sup>(24)</sup> Um ponto obvio é colocado por Osborn quando comenta que não se trata de afirmar que o cristianismo ocidental seja a causa exclusiva dos problemas, mas que seus valores foram bem utilizados para encorajar o processo de exploração da natureza que nos colocou na situação atual.<sup>(25)</sup> Também não parece consistente criticar a White contrargumentando que no cristianismo também existem temas bíblico que falam de uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza.<sup>(26)</sup> Foi o próprio White (muito antes que o Papa cogita-se no assunto) que propus a São Francisco como patrono dos ecologistas, reconhecendo assim implicitamente a existência de outras vertentes dentro do cristianismo. Trata-se aqui de saber qual é a matriz dominante na teologia cristã, e não tanto de fazer uma discussão teológica (embora alguns comentários neste sentido não possam ser evitados).

Curiosamente, as primeiras críticas adversas a White vieram do próprio campo do ambientalismo (como é o caso, por exemplo, de René Dubos, quem junto com Bárbara Ward fora responsável pela elaboração do relatório prévio a Estocolmo-72). Mas isso não deve chamar a atenção, já que é normal que cada setor do ambientalismo queira encontrar em seu próprio campo as explicações (assim como as soluções) para a crise ambiental. Observe-se também que White publicou seu artigo em 1967, quando o setor dos cientistas dominava o debate ambientalista. Não por ser a raiz mais antiga dos problemas ecológicos, a questão religiosa será fácil de compreender. Justamente por ser a mais antiga, será a última a ser “descoberta” e a mais difícil de ser reconhecida em todas as suas implicações.

Embora a crítica ambientalista ao antropocentrismo remonta pelo menos até os anos 70<sup>(27)</sup>, a importância do componente religioso para o ambientalismo será percebido apenas no fim dos 80 e começos dos 90, recém após terem sido processadas as críticas provenientes dos setores social, político e econômico. Eckersley faz uma abordagem interessante da evolução da representação social dos problemas ambientais.<sup>(28)</sup> De acordo com o autor, nos anos 60 esses problemas foram originalmente percebidos como resultado de uma “crise de participação” (de setores socialmente excluídos que procuravam acesso mais equitativo a bens ambientais). Nos anos 70, após os relatórios do Clube de Roma e Estocolmo-72, a problemática ambiental será percebida como uma “crise de sobrevivência”. Supõe-se então que a crise ambiental implica muito mais que falta de participação dos indivíduos ou setores sociais, já que resolvendo esta não se resolve a outra (na medida que o problema é de escassez em termos absolutos, levando a considerar limites naturais intransponíveis para a expansão continuada da sociedade humana). Finalmente, nos fins dos anos 70 e começos dos 80, sem deixar totalmente de lado às óticas anteriores, começa a perceber-se a problemática ambiental como uma “crise cultural” e, portanto, como uma oportunidade para a emancipação da racionalidade instrumental e dos valores materialistas que dominam a sociedade moderna. Ape-

sar de Eckersley não outorgar maior importância à dimensão espiritual, sua associação da crise ambiental com a “herança de idéias, crenças, valores e conhecimentos que constituem as bases da ação social”, confirma o caráter civilizatório dado à crise ambiental.<sup>(29)</sup>

Embora a necessidade de levar o debate ambientalista até os últimos rincões da matriz civilizatória ocidental possa ter sido intuído antecipadamente, por alguns autores, ele é um fenômeno relativamente recente que se consoma com o ingresso de teorias e práticas de fundo espiritual no cenário público. Nas palavras da teóloga Bingemer:

*Após sair do laboratório dos cientistas e ganhar a praça pública, a questão ecológica chegou ao seio das Igrejas cristãs. (...) O esforço que a teologia cristã vem fazendo nos últimos tempos para debruçar-se sobre essa problemática denota uma tomada de consciência por parte dos cristãos de que o que está em jogo na questão ecológica é muito mais que um novo tema a ser trabalhado pela teologia, mas sim o futuro das relações homem-natureza-Deus, ou seja o próprio conceito de Deus.<sup>(30)</sup>*

Evidenciando a mesma tomada de consciência, Leonardo Boff, um dos mais importantes teólogos da libertação de América Latina, no primeiro livro que aborda explicitamente o tema ambiental (publicado um ano após a Rio-92), embora sem citar a White parece assumir sua perspectiva.<sup>(31)</sup> Utilizando a palavra “autocrítica”, diz que o cristianismo é co-responsável pela crise ecológica atual. Ainda que não seja o único responsável, Boff faz questão de frisar que sua contribuição foi determinante. Na opinião desses teólogos, as causas dessa responsabilidade aparecem claras nas palavras do Gênese (especialmente na primeira versão do relato da criação):

*Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E Deus os abençoou, e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei e subjugai-a a terra; dominai sobre os peixes de mar, sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que rasteja pela terra.<sup>(32)</sup>*

Boff aponta que a reflexão cristã dominante não aprofundou muito o mistério da criação, sendo levada por razões históricas e institucionais a concentrar-se mais no mistério de redenção.<sup>(33)</sup> Mas o resgate da teologia da criação para refazer uma leitura do Gênese que não seja antropocêntrica, tal como pretende Boff, não necessariamente resolverá todos os problemas colocados pela crise ambiental. Dizer, como Boff, que o sentido exegético de “subjugai a terra e dominai” não corresponde ao despotismo sugerida pelas palavras, e que o erro deriva do fato de que os leitores colocam-se dentro da modernidade (e, portanto, fora do contexto cultural de 3.000 anos atrás, quando foi escrito o texto), supõe uma certa dificuldade para abordar implicações que não são meramente exegéticas. O problema da interpre-

tação do Gênesis não surge com a modernidade, senão muito antes. Como demonstra Pagels, Santo Agostinho, no final do quarto e início do quinto século, mudou significativamente a leitura tradicional do Gênesis.<sup>(34)</sup> Mas o que Pagels, Sherrard e outros mostraram não é tanto uma mudança na teologia da criação, mas na teologia da redenção (Agostinho passa a enfatizar a escravidão dos homens ao pecado, construindo indiretamente uma teologia política da subordinação ao poder).<sup>(35)</sup> Pode-se resgatar a teologia da criação para dar resposta à crise ambiental, mas esse resgate dificilmente será suficiente se não vier acompanhado de uma revisão integral de toda a doutrina. O fardo mais pesado da tradição judeu-cristã gira em torno de sua matriz dualista. E essa matriz, certamente, aparece no Gênesis mas vai além, sendo mais seu fundamento que um possível infeliz resultado de sua leitura. De todas formas, não resta dúvida que, nos últimos anos, alguns dos esforços mais ambiciosos dos teólogos cristãos referem-se ao tema da criação aos olhos do desafio ambiental. Entre estes, talvez um dos mais importantes seja um texto de Moltmann.<sup>(36)</sup> Num capítulo titulado “Na crise ecológica”, o autor tenta sair do antropocentrismo da interpretação tradicional do Gênesis para substituí-lo pelo teocentrismo. Sua alternativa para superar a crise ecológica reside na impossibilidade de considerar o homem como superior aos outros seres vivos, na medida que estes o antecedem na sua criação por Deus. Criação que deve assumir-se como revelação divina e, portanto, não pode ser dominada (seria como querer dominar a Deus), mas amada. Convergindo (provavelmente sem saber-lo) com a idéia da sustentabilidade (que já vimos, está associada a um contrato inter-geracional), Moltmann afirma que o homem “toma emprestado o mundo e deve esforçar-se em administra-lo com fidelidade”.<sup>(37)</sup>

Boff, indo na mesma direção, falará de pan-en-teísmo como a ubiqüidade cósmica do Espírito (tudo em Deus e Deus em tudo).<sup>(38)</sup> Pan-en-teísmo do qual nasceria uma nova espiritualidade integradora, holística, baseada no amor pela natureza (criação). Essa ecologia espiritual é realmente uma contribuição importante para o ambientalismo, tanto do ponto de vista teórico como prático (nos últimos anos não são poucas as ações ambientalistas das diversas igrejas cristãs). Mas, assim como a aceitação do desafio ecológico por cada um dos setores do ambientalismo já analisados supôs, em todos os casos, uma tentativa de readaptar os problemas às próprias possibilidades de ação e compreensão, se verifica aqui também que o problema do dualismo resulta difícil de enxergar pelos teólogos cristãos. As releituras desses teólogos não eliminam totalmente a posição privilegiada do homem em relação às outras criaturas já que, ainda que não possa explorá-las, o homem está de qualquer forma encarregado de cuidá-las. Mas, sobretudo, as dificuldades não são superadas porque essa nova teologia não aborda (nem poderia) o tema do próprio sentido da criação, que apesar de qualquer definição dada ao pan-en-teísmo, supõe sempre um certo dualismo entre Deus e sua obra. Como está obrigado a lembrar Boff, embora sem apresentar as mesmas conclusões que aqui (já que se assim fosse sua teologia deixaria de ser cristã), Deus é tudo, mas tudo não é Deus.<sup>(39)</sup>

Para perceber as limitações da teologia cristã no campo ambientalista seria suficiente compará-la com o budismo ou com as sabedorias aborígenes.<sup>(40)</sup> Não pretendo aqui fazer uma análise comparativa, mas seja como amo-explorador ou como pastor-protetor da natureza, a teologia cristã não consegue afastar-se muito de sua origem dualista antropocêntrica, a qual motiva poderosamente o homem para uma vida não-contemplativa. É evidente que o caráter mais contemplativo e biocêntrico de outras tradições espirituais está relacionado com a ausência (ou papel mais relativo) de um Deus criador único.

### III

A noção de experiência religiosa enunciada acima permite visualizar a importância da crítica ambientalista sobre o cristianismo. O ambientalismo demanda uma espiritualidade mais ampla e primordial que possa nos aproximar à união e ao encantamento descrito por James, tanto em relação à espécie humana e a suas formas sociais, como à natureza. Essa demanda está obrigada a questionar a religiosidade derivada das tradições monoteístas, justamente por elas tolherem a espiritualidade quando operam a separação (inevitável, para sua perspectiva) das dimensões da natureza e da sociedade. Curiosamente, tem passado quase despercebido no campo do cristianismo, até o momento da emergência do ambientalismo, que uma espiritualidade profunda exige aceitar a criação (assim como a nossa natureza humana) tal como ela é, em sua beleza e harmonia, mas também com sua crueldade e conflitos.<sup>(41)</sup> Na tradição oriental e, de modo geral, nas religiões primitivas, a espiritualidade supõe a adequação e aceitação de aquilo que somos por “natureza”. Deste modo, espera-se que cada um desempenhe seu papel no mundo da melhor forma possível, mas nunca que nos rebelamos ou que não possamos integrar-nos harmonicamente com ele (inclusive em relação àqueles aspectos que contrariam nossos interesses como espécie).<sup>(42)</sup>

Na expulsão de Adão e Eva do paraíso está claramente expressada uma rebelião do homem contra a criação, a qual pode interpretar-se como a fundamentação mítica de uma inadequação essencial entre a natureza e o homem. É interessante observar que o castigo divino a Adão e Eva se está revelando hoje uma profecia auto-cumprida. Se no texto bíblico, os primeiros seres humanos foram expulsos do paraíso por transgredirem a lei divina, a crise ambiental global mostra que nossa atual civilização também transgrediu regras milenares que, do mesmo modo, alienam nossa sobrevivência e nos “expulsam” da vida no planeta.<sup>(43)</sup> Mircea Eliade, Alain Danielou e outros estudiosos da história das religiões mostram que, a partir dos começos das primeiras civilizações urbanas, a espiritualidade humana tem adotado duas formas opostas (e até contraditórias).<sup>(44)</sup> A primeira aparece fortemente vinculada com a vida natural, enquanto que a segunda faz o mesmo com a vida social. Para a primeira vertente, a felicidade humana não depende da transformação da natureza mas, inversamente, da adaptação aos desígnios da mesma.

É fácil verificar que a cultura ocidental está totalmente fora desta vertente. Basta lembrar que não temos dificuldade em julgar que um indivíduo pode tornar-se inimigo da lei de Deus ao participar em atos aberrantes contra seus semelhantes (num genocídio, por exemplo) mas que, obviamente, o mesmo não acontece quando esses atos afetam a outras espécies. Para a primeira vertente espiritual, se o homem chegasse a ser inimigo de outras espécies ele se transformaria em inimigo dos deuses (e, portanto, um ser vazio de toda espiritualidade). Tudo indica que na Idade Média a cultura ocidental completou a substituição de sua herança espiritual arcaica por uma experiência religiosa mais antropocêntrica.

Embora seja um lugar comum observar que a modernidade foi impulsada por um processo de secularização, não sempre este fenômeno é bem compreendido. É verdade que uma característica fundamental da modernidade é a desacralização do mundo. Porém, isto não deve ser entendido como eliminação da vida espiritual em forma indiscriminada, mas como a substituição de um tipo de espiritualidade por outra. A rigor, Ocidente não é uma civilização “ateia” (como repetem incansavelmente os fundamentalistas islâmicos que, paradoxalmente, pertencem ao mesmo tronco religioso e compartilham basicamente a mesma atitude em relação ao mundo e a natureza). Ocidente é monoteísta, o que quer dizer que se constituiu “divinizando” à ordem social humana.<sup>(45)</sup> O monoteísmo serve como perfeita justificação para os homens dominarem a natureza, na medida que sua doutrina está praticamente obrigada a reduzir a divindade à imagem do homem, tornando este (voluntária ou involuntariamente) numa espécie “escolhida”. Chama a atenção que os pensadores da modernidade (dentro de um espectro que inclui desde sociólogos até teólogos), negam ou aceitam a existência de Deus, mas quase nunca registram as consequências da crença num Deus monoteísta que leva inevitavelmente a concentrar o sagrado na espécie humana. Eles são indiferentes ao fato dos ensinamentos de Moisés, Cristo e Mahoma estarem dirigidos a tornar sagradas convenções preocupadas apenas com a convivência social (“não roubaras”; “multiplica-os sobre a terra”; “ama a teus inimigos como a ti mesmo”; etc.), independentemente das consequências boas ou perversas para com as outras espécies do planeta. A maioria dos pensadores da modernidade são muito mais indiferentes ou ignorantes ainda para o fato dos ensinamentos de Dioniso, Shiva e Exu (entre outros) estarem dirigidos, pelo contrário, a transgredir qualquer convenção social em função de redescobrir as leis divinas que regem o universo, para melhor harmonizar a humanidade com ele.<sup>(46)</sup>

A defesa do valor sagrado da natureza indica tanto a emergência de um novo ator no cenário mundial, como a satisfação de uma necessidade geral do ambientalismo para completar seu ciclo evolutivo. Mas isto último depende bastante de que essa defesa não se restrinja apenas ao desenvolvimento de uma espiritualidade monoteísta. Assim como é absolutamente necessário avançar na direção de um compromisso pela paz e o meio ambiente entre as grandes religiões, também é necessário desenvolver uma espiritualidade menos antropocêntrica, somando esforços na direção de uma re-sacralização da natureza que suponha a con-

vergência e compreensão do papel de suas vertentes monoteístas, politeístas e não-teístas. Implícita ou explicitamente, alguns dos mais destacados cientistas que estudam temas da natureza e/ou problemas do vínculo entre sociedade e natureza, assim como vários grupos ambientalistas parecem estar assumindo esta orientação.

A teoria de Gaia (inicialmente tratada apenas como hipótese) é um bom exemplo do anterior no campo da ciência.<sup>(47)</sup> O médico-físico-químico e autodidata James Lovelock propôs na década de 70 que o planeta era um super-organismo vivo, que se equilibrava sozinho quando era perturbado. Embora seu autor não fizesse quase menção à religião ou à dimensão espiritual do tema, sua teoria foi rapidamente ideologizada e rejeitada pelo *mainstream* da ciência, acusada de atribuir uma indevida intencionalidade à biosfera e de ter um caráter místico ou profético.<sup>(48)</sup> O próprio Lovelock reconhecerá posteriormente que não tinha a menor suspeita de que seu primeiro livro seria tomado dessa forma, até porque nos anos 70 ele mesmo não estava preocupado com fazer incursões no terreno religioso. Mas *Nas Eras de Gaia*, de fins dos 80, sua posição muda radicalmente e afirma que não é possível separar o sagrado do profano como faz normalmente a ciência.<sup>(49)</sup>

Da mesma forma que Lovelock dedicará um capítulo de seu segundo livro a “Deus e Gaia”, Herman Daly, um famoso economista ecológico, em seu segundo livro (também de fins dos 80), consagrará o último capítulo à “Visão Religiosa”, sem ter feito nenhuma referência ao tema em seu primeiro livro (publicado em 1977).<sup>(50)</sup> Este também é o caso de Rupert Sheldrake, um biólogo igualmente de renome. Ele parece querer mais longe que os dois cientistas anteriores, já que depois de publicar em 1981 o livro que o lançou à fama, defendendo a teoria de que os sistemas, em todos os níveis de complexidade (sejam integrados por seres vivos ou não-vivos), se auto-organizam “morfo-genicamente” (através de campos de ressonância), escreve em 1991 outro diretamente voltado para a convergência de sua teoria com as religiões animistas.<sup>(51)</sup> Outro caso interessante é o exemplo dado pelo astrofísico Carl Sagan e outros renomeados cientistas (entre os quais estavam o biólogo Stephen Jay Gould, o físico Hans Bethe e o ex-presidente de MIT, Jerome Weisner), que foram a uma conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento, realizada em dezembro de 1989, em Moscou, e auspiciada pela Academia de Ciências da (então) União Soviética, para exortar a todas as lideranças presentes a unir os esforços da ciência e da religião para resolver os problemas ambientais.<sup>(52)</sup>

Independentemente dos méritos das perspectivas religiosas de cada um desses cientistas, todos eles convergem sobre o tema da sacralidade da natureza a partir das vertentes mencionadas anteriormente. Daly, por exemplo, assume uma posição espiritual mais antropocêntrica (embora provavelmente ele não concordaria com esta definição) a partir do resgate do cristianismo e de valores comunitários, enquanto Sheldrake situa-se claramente dentro das tradições religiosas primordiais, assumindo uma espiritualidade mais biocêntrica. Lovelock e Sagan, por outra parte, assumem uma posição espiritual não-teísta, nutrindo-se por igual das vertentes anteriores.<sup>(53)</sup>

Para finalizar este capítulo citarei alguns exemplos demonstrativos da presença da espiritualidade no próprio movimento ambientalista. Um primeiro exemplo está dado pela organização World Wide Fund for Nature (WWF), a qual promoveu numerosas atividades, tanto simbólicas como práticas, para promover o encontro das religiões com os problemas ambientais.<sup>(54)</sup> A fins de 1986, no 25 aniversário de sua fundação, a conservacionista WWF fez um convite aberto a todas as religiões para participar junto com algumas organizações e cientistas ambientalistas num encontro em Assis, a cidade natal de São Francisco. Desse encontro saiu uma declaração que, não obstante ter um certo viés antropocêntrico, conseguiu chamar a atenção para a necessidade de dar um novo fundamento ético-religioso à crise ambiental mundial.<sup>(55)</sup> Outro exemplo sumamente interessante é dado pelo grupo ambientalista radical Earth First! (fundado em USA). Não é difícil encontrar grupos orientados por valores biocêntricos, mas este grupo vai mais longe, já que se apoia explicitamente em sentimentos e crenças religiosas provenientes do Taoísmo, do Budismo, do Hinduísmo, do chamado paganismo e da espiritualidade dos índios norte-americanos e, em grau muito menor, do cristianismo (confirmando indiretamente as observações prévias sobre as dificuldades do cristianismo para aproximar-se da questão ecológica).<sup>(56)</sup> Um último exemplo pode ser tomado do movimento Chipko Andolan, que se fez conhecer mundialmente nos anos 70 porque as mulheres se abraçavam às árvores dos bosques que ficavam perto de suas aldeias, para impedirem o desmatamento. Como grande parte do ambientalismo da Índia, os Chipko não precisaram esperar aos anos 90 para sentir que a espiritualidade e a proteção ambiental deviam e podiam correr juntos (as raízes históricas deste movimento encontram-se precisamente no grupo espiritual Bishnois do Rajastán, surgido na mesma região, no século XV, que considerava um dever religioso à proteção de animais selvagens e árvores).<sup>(57)</sup> A rigor, o movimento Chipko é um contra-exemplo em relação a seus equivalentes ocidentais, colocando em evidência que a forte tradição espiritual politeísta da cultura indiana foi o fator que contribuiu para facilitar uma rápida convergência em seu seio entre ambientalismo e espiritualidade.<sup>(58)</sup>

#### NOTAS:

(1) HÖLDERLIN, Friedrich. 1994. *Reflexões*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, p. 129.

(2) ELIOT, T. S. 1989. *Quatro quartetos*. México, Fondo de Cultura Económica, p. 32.

(3) Cf.: LEIS, Héctor R. 1996. *O Labirinto: Ensaio sobre Ambientalismo e Globalização*. São Paulo/Blumenau, Gaia/FURB, cap. IV.

(4) Exatamente um ano depois de Rio-92, a ONU convocou em Viena a uma conferência mundial sobre direitos humanos (reunindo quase a mesma quantidade de países, embora um pouco menos de ONGs). Viena-93 foi para os direitos humanos o que a Rio-92 para o meio ambiente e o desenvolvimento. Ambas conferências produziram importantes documentos que reafirmaram a crescente consciência mundial sobre os temas tratados. Mas também não geraram nenhum

mecanismo efetivo de alcance global para defender e proteger ativamente os direitos humanos e o meio ambiente. Pouco mais de um ano depois de Viena, foi a vez do Cairo-94. Promovida também pela ONU, foi realizada nessa cidade uma conferência sobre população. Mais uma vez, centenas de governos e milhares de ONGs encontraram-se para debater um problema global da máxima importância, produzindo o mesmo tipo de resultados que nos casos anteriores. Aumentando significativamente a velocidade no lançamento de grandes conferências internacionais organizadas pela ONU, a seis meses da última, foi realizada no início de março de 1995 uma reunião de cúpula em Copenhague sobre a pobreza (*Social Summit*). No final do mesmo mês aconteceu em Berlim uma conferência sobre mudança climática (também chamada de Cúpula do Clima, embora não fosse estritamente uma reunião de chefes de governo). Em setembro do mesmo ano de 1995 houve outra grande conferência em Beijing sobre a mulher. Os eventos de 1996 mostram a mesma dificuldade da comunidade internacional para assumir compromissos práticos. No mês de junho foi realizada em Istambul mais uma cúpula para tratar dos problemas humanos de habitação e, em novembro, foi a vez de Roma para tratar da fome e da produção mundial de alimentos. Todas com nenhum ou escassos resultados práticos.

(5) LEIS, Héctor R. 1995. "Ambientalismo: um projeto realista utópico para a política mundial", em: VV.AA. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania*. São Paulo/Florianópolis, Cortez/UFSC, pp. 34-37; e GUIMARÃES, Roberto 1992. "El discreto encanto de la Cumbre de la Tierra. Evaluación impresionista de Río-92". *Nueva Sociedad*, No. 122, Nov./Dez.

(6) *Calendário Oficial Fórum Global 92 / Official Calendar the '92 Global Forum*. 1992. Rio de Janeiro.

(7) Idem.

(8) GRANBERG-MICHAELSON, W. 1993. "Why We Need Ethical Values to Fulfil UNCED's Promises", *The Independent Sectors' Network*, No. 24, p. 3.

(9) Exemplos tomados de LEIS, Héctor R. 1995. "Ambientalismo: um projeto realista utópico para a política mundial", em: op. cit.

(10) FORUM INTERNACIONAL DE ONGs E MOVIMENTOS SOCIAIS. 1992. *Tratados das ONGs*, Rio de Janeiro, p. 15.

(11) FORUM BRASILEIRO DE ONGs E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A CONFERÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 1992. *Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, p. 31.

(12) GRUBB, M. et al. 1993. *The Earth Summit Agreements*. Londres, Earthscan, p. 122.

(13) A Convenção Sobre Mudança Climática acabou em simples declaração de intenções, recomendando apenas a estabilização das emissões de dióxido de carbono (CO2) nos níveis existentes em 1990, sem fixar prazos nem responsabilidades. A Convenção sobre Biodiversidade, ainda que recomendou algumas medidas para garantir uma complementação, entre os países do Norte e do Sul, na proteção dos recursos genéticos do planeta, está "recheada" de qualificativos do tipo "sempre que isto seja possível". Por último, a que inicialmente seria uma Convenção sobre Florestas acabou sendo uma simples declaração de desejos sem sequer força simbólica. (cf.: GUIMARÃES, Roberto. 1995. "O desafio político do desenvolvimento sustentado". *Lua Nova*, No. 35, pp. 116-18).

(14) GIDDENS, A. 1991. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo, UNESP, pp. 43-51.

(15) CASTELLS, Manuel, 1997. *The Information Age: Economy, Society and Culture* (Vol II: "The Power Of Identity"). Oxford, Blackwell, PP. 11-12 e *passim*; e FLORIT, Luciano, 1996. "Ciencias Sociales, antropocentrismo y ambientalismo". *SI*, mimeo, p. 3.

(16) Cf.: LEIS, Héctor R. 1996. op. cit., "Epílogo".

(17) MANDEVILLE, B. 1970. *The Fable of the Bees*. Londres, Penguin (a primeira versão de sua



sátira foi titulada *The Grumbling Hive: or, Knaves Turn'd Honest* e publicada em Londres em 1705).

(18) DUMONT, L. 1982. *Homo Aequalis*. Madri, Taurus, p. 87.

(19) Cf.: ROSZAK, T. 1973. *Where the Wasteland Ends: Politics and Transcendence in Post-industrial Society*. Nova York, Doubleday.

(20) JAMES, William. 1986. *Las variedades de la experiencia religiosa* (2 vol.). Buenos Aires, Hyspamérica, vol. II, pp. 533-4.

(21) WHITE, Lynn Jr. 1973. "The historical roots of our ecological crisis", em: BARBOUR, I. G. (Org.), *Western Man and Environmental Ethics*. Reading MA, Addison-Wesley.

(22) WHITE, Lynn Jr. 1973. op. cit., pp. 13 e ss.

(23) Para esse debate, ver: WATSON, Michael & SHARPE, David. 1993. "Green Beliefs and Religion", em: DOBSON, Andrew & LUCARDIE, Paul (Orgs.), *The Politics of Nature*. Londres, Routledge, pp. 212 e ss.

(24) WATSON, Michael & SHARPE, David. 1993. op. cit., p. 213.

(25) OSBORN, L. 1990. *Stewards of Creation*. Oxford, Latimer House, p. 9.

(26) DUBOS, René. 1973. "A theology of the earth", em: BARBOUR, I. G. (Org.), *Western Man and Environmental Ethics*. Reading MA, Addison-Wesley, p. 47.

(27) Cf.: DEVAL, B. e SESSIONS, G. 1985. *Deep Ecology*. Salt Lake City, Peregrine Smith.

(28) ECKERSLEY, R. 1992. *Environmentalism and Political Theory: Toward an Ecocentric Approach*. Albany, SUNY, pp. 8-21.

(29) ECKERSLEY, R. 1992. op. cit., p.20.

(30) BINGEMER, Maria Clara L. 1992. "Ecologia e Salvação", em: AA. VV. *Reflexão Cristã sobre o Meio Ambiente*. São Paulo, Loyola, p. 79.

(31) BOFF, L. 1993. *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade: A Emergência de um Novo Paradigma*. São Paulo, Atica.

(32) *A Bíblia sagrada: Antigo e Novo Testamento*. 1986. Rio de Janeiro, Sociedade Bíblica do Brasil, p. 33.

(33) BOFF, L. 1993. op. cit., p. 45; e \_\_\_\_\_. 1995. *Dignitas Terrae. Ecologia: Gritos da Terra, Gritos dos Pobres*. São Paulo, Atica, pp. 267-71.

(34) PAGELS, Elaine. 1992. *Adão, Eva e a serpente*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 137 e ss.

(35) PAGELS, Elaine. 1992. op. cit.; SHERRARD, P. 1987. *The Eclipse of Man and Nature*. West Stockbridge, Lindisfarne Press; e também, para a compreensão da teoria política de Santo Agostinho: WOLIN, S. S. 1960. *Politics and Vision. Continuity and Innovation in Western Political Thought*. Boston, Little, Brown and Company.

(36) MOLTSMANN, Jürgen. 1987. *Dios en la Creación*. Salamanca, Ed. Sigueme. Ver especialmente o capítulo: "En la crisis ecológica", pp. 33-65.

(37) MOLTSMANN, Jürgen. 1987. op. cit., p. 44.

(38) BOFF, L. 1993. op. cit., p. 52.

(39) idem.

(40) Ver: SPRETNAK, Ch. 1992. *Estados de Gracia*. Buenos Aires, Planeta.

(41) DANIELOU, Alain. *Gods of Love and Ecstasy*. Vermont. Inner Traditions, 1992, p. 13.

(42) De acordo com Hans Küng, as religiões monoteístas de origem semítico (judaísmo, cristianismo e islamismo) evidenciam um caráter especialmente confrontativo ou antagonico que as diferen-

cia notavelmente das não-monoteístas. As originadas na Índia (Upanishads, budismo e hinduísmo), por terem uma orientação fundamentalmente mística, tendem para a unidade; enquanto as de tradição chinesa, mais de caráter sapiencial, inclinam-se para a harmonia. Ver: KÜNG, Hans. "No hay paz mundial sin paz religiosa". *Revista de Occidente*, No. 136, 1992, pp. 5-26.

(43) ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro, Campus, p. 173.

(44) Ver, especialmente: ELIADE, Mircea. *Le Chamanisme et les Techniques Archaïques de l'Extase*. Paris, Payot, 1968; \_\_\_\_\_. *Tratado de Historia de las Religiones*. México, Era, 1972; \_\_\_\_\_. *Mefistófeles e o Andrógino*. São Paulo, Martins Fontes, 1991; e DANIELOU, Alain. op. cit.

(45) DANIELOU, Alain. op. cit., p. 14.

(46) Coloquei a Exu ao lado de Dioniso e Shiva não porque queira igualar esses deuses ou pretenda agradar à cultura popular afro-brasileira com isso, mas simplesmente para tornar mais claros meus argumentos frente ao leitor brasileiro. Escolhi Exu precisamente por sua péssima fama. No *Dicionário Aurélio Eletrônico* (versão for windows 1.3, 1994) encontra-se o seguinte verbete para esta divindade originária da cultura ioruba: "Orixá que representa as potências contrárias ao homem, e assimilado pelos afro-baianos ao Demônio dos católicos, porém cultuado por eles, porque o temem". Mas acontece que Exu não é o demônio, do mesmo modo que Apolo não é superior a Dioniso, nem Brahma ou Vishnú superiores a Shiva. Registremos então o que um estudioso do fenômeno religioso brasileiro diz sobre Exu: "É o grande *trickster* do imaginário iorubá (...). Seu lugar é a encruzilhada, o ponto de passagem, a abertura, o umbral. Sua figura é o paradoxo. Exu é jovem e velho, alto e baixo, alegre e raivoso. Personificação da luxúria, da contradição do jogo, da oralidade insaciável. Sabe, como ninguém, semear a confusão e a discórdia - assim como é incomprável em sua habilidade para recompor a harmonia que ele mesmo fraturou. Tem a inocência da criança e a licença do ancião em suas rupturas da norma estabelecida. Induz ao erro e à maravilha. (...) Personalidade liminar, ou liminoide diria Turner. Margem, zona de fronteira, interstícios. E seu movimento é sempre duplo: mensageiro que leva aos mortais signos dos deuses e, aos deuses, signos dos mortais. Rei da Astúcia, Soberanos dos Ardis, Senhor das Armadilhas. Laroiê!" (RISÉRIO, Antonio. *Oriki Orixá*. São Paulo, Perspectiva, 1996, pp. 111-2)

(47) Para a teoria Gaia ver: LOVELOCK, James. *Gaia: A New Look at Life on Earth*. Oxford, Oxford University Press, 1979; \_\_\_\_\_. 1991. *As eras de Gaia*. Rio de Janeiro, Campus.

(48) GUROVITZ, Helio. "O renascimento da teoria de Gaia", em: *Folha de S. Paulo*, 31/12/95, p. 5-12.

(49) LOVELOCK, James. *As eras de Gaia*. Rio de Janeiro, Campus, 1991, p. 191-2.

(50) DALY, Herman. *Steady-state Economics*. San Francisco, W. H. Freeman, 1977.; \_\_\_\_ e COBB, J. *For the common good. Redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future*. Boston, Beacon Press, 1989.

(51) SHELDRAKE, Rupert. *A New Science of Life: The Hypothesis of Formative Causation*. Londres, Blond and Briggs, 1981; \_\_\_\_\_. *El Renacimiento de la Naturaleza*. Buenos Aires, Paidós, 1994.

(52) SHULMAN, S. "Global Change". *Nature*, No. 343, p. 399.

(53) Ainda que menos importante, também existe um caminho de convergência em sentido inverso, partindo da religião em direção à ciência; ver: CAPRA, Fritjof & STEINDL-RAST, David. *Pertencendo ao Universo: Explorações nas fronteiras de ciência e da espiritualidade*. São Paulo, Cultrix, 1993, pp. 128 e ss.

(54) World Wide Fund for Nature. *Conservation: Practical Initiatives*. Gland, 1992.

(55) A partir desse encontro, WWF começou a editar uma revista dedicada a interface entre meio ambiente e religião, que teve 24 números publicados (*The New Road*. Lutry, Suíça, Nos. 1-24, 1986-92).

---

(56) TAYLOR, Bron. "The Religion and Politics of Earth First!", *The Ecologist*, Vol. 21, No. 6, 1991, pp. 258-266.

(57) DURRELL, Lee. *Gaia: El Futuro del Arca*. Madrid, Blume, 1986, p. 207.

(58) Em relação ao encontro das culturas asiáticas em geral com a questão ambiental ver: ENGEL, J. Ronald & ENGEL, Joan Gibb (Orgs.). *Ethics of Environment and Development*. Tucson, The University of Arizona Press, 1991 (caps. 3, 17, 18 e 19); e DAS, A. & NANDY, A. *Desarrollo y Modernización: El enfoque gandhiano*. Rio Negro, Ed. de la Patagonia, 1988, pp. 222 e ss.

